

A inscrição religiosa na fundamentação da Política Externa dos Estados Unidos da América

Bush, Obama e as Relações Transatlânticas

JOANA RÊGO CARDOSO
DISSERTAÇÃO DE MESTRADO APRESENTADA
À FACULDADE DE LETRAS DA UNIVERSIDADE DO PORTO EM
HISTÓRIA, RELAÇÕES INTERNACIONAIS E COOPERAÇÃO

Joana Rêgo Cardoso

**A inscrição religiosa na fundamentação da Política Externa
dos Estados Unidos da América: Bush, Obama e as Relações
Transatlânticas**

Dissertação realizada no âmbito do Mestrado em História, Relações Internacionais e
Cooperação, orientada pela Professora Doutora Teresa Maria Resende Cierco Gomes

Faculdade de Letras da Universidade do Porto

setembro de 2016

Sumário

Agradecimentos	V
Resumo	VII
Abstract	VIII
INTRODUÇÃO	1
CAPÍTULO I - A RELIGIÃO E O CONCEITO DE <i>UTOPIA</i> NA VANGUARDA DOS VALORES NORTE-AMERICANOS: REPAROS CONCEITUAIS E TEÓRICOS	5
1.1. A América como a aurora da <i>Utopia</i> , a <i>Ilha Perfeita</i> do Atlântico e a <i>Nova Jerusalém</i> : revisão de ideologias clássicas	7
1.1.1. Rumo à quimera utópica ocidental	8
1.1.2. América como a <i>Atlântida</i> dos Clássicos	10
1.1.3. As colônias britânicas nas Américas: o projeto de emancipação religiosa e o semblante de perfeição no <i>Novo Mundo</i>	12
1.1.4. Da <i>Utopia</i> do Renascimento ao pensamento Iluminista	19
1.1.5. O fardo do <i>Destino Manifesto</i> : a conduta individualista	25
1.2. O Construtivismo e a concepção do Liberalismo no preâmbulo da diplomacia americana	29
1.2.1. O comportamento externo norte-americano, com lente no Construtivismo	30
1.2.2. Para além da <i>Utopia</i> : delimitação da teoria liberal nas Relações Internacionais	38

CAPÍTULO II - A POLÍTICA EXTERNA DOS ESTADOS UNIDOS DA AMÉRICA: TEORIAS, DINÂMICA E EVOLUÇÃO	46
2.1. O envolvimento norte-americano no alvoroço do século XX: do Isolacionismo ao Intervencionismo	54
2.2. O progresso comportamental: da Guerra Fria ao Intervencionismo ativo e definitivo no sistema internacional	57
2.3. Do 11 de Setembro de 2001 até à atualidade	61
2.3.1. Bush, Obama e as Relações Transatlânticas	64
2.3.1.1. A Guerra no Iraque como abalo no Tratado Transatlântico	66
2.3.1.2. A ilusão de Obama	68
CAPÍTULO III - ESTUDO DE CASO: ANÁLISE COMPARADA DE DISCURSOS POLÍTICOS DE GEORGE W. BUSH E BARACK OBAMA	72
3.1. A Retórica como Arte e mecanismo de persuasão das massas	75
3.2. Uma retórica histórica ou mítica?	81
3.3. Uma retórica para quem?	85
3.4. O espetáculo da política, floreado de retórica religiosa	88
3.5. Bush, Obama e as Relações Transatlânticas: a retórica política em mudança	92
CONSIDERAÇÕES FINAIS	97
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	101

Agradecimentos

É com uma soberba satisfação que concluo este ciclo de estudos, carregando na algibeira um trabalho que me deu um grande prazer desenvolver. Ter tido a oportunidade de cruzar áreas de investigação distintas, um pouco ao estilo do meu percurso universitário, é sem duvida e no mínimo empolgante. Igualmente, a gratidão que de mim flui, encerra-se, mormente em todas as individualidades que tornaram esta redação exequível, a nível académico.

Este, - diga-se - ‘ano solitário’, onde a minha capacidade intelectual e de investigação fora elevada a um nível nunca antes contemplado, jamais poderia surtir efeitos, sem os significativos apoios e incentivos de quem me rodeia e me é tão querido.

Menções honrosas:

- à professora doutora Teresa Maria Resende Cierco Gomes, pelas diretrizes e conselhos. Mas, acima de tudo, pelas palavras de apoio no decorrer destes meses. As várias atividades extracurriculares às quais me comprometi, limitaram o meu tempo. Contudo, a sua compreensão, serenidade e confiança no meu *savoir-faire* transmitiram a tranquilidade *sine qua non* para o desfecho da redação.
- ao restante quadro docente do Mestrado em História, Relações Internacionais e Cooperação, por consentirem o desenvolvimento de estudos vários sobre as demais componentes sociais dos Estados Unidos da América, no primeiro ano do ciclo de estudos. Esses esboços, de inigualável relevância pessoal, transfiguraram-se num estímulo colossal para o avanço desta redação.
- aos meus pais, pela firmeza, compreensão e confiança. Os progenitores tendem a auxiliar nos percursos mais penosos, ofertando e reafirmando aquilo que apenas eles são capazes.
- ao meu prezado irmão, pela inabalável crença na minha idoneidade. Várias nações nos separam, porém a ele recorro avante, quando a dubiedade se instala, pois dele

sempre emanou o exemplo a rastrear.

- à minha avó, por jamais duvidar do meu sucesso.

- à Ana Mendes, pois um gesto vale mais do que mil palavras e, voluntaria ou involuntariamente, vários foram eles de apoio incondicional, de lucidez quando a minha se desmoronava, de sorriso rasgado quando o meu escondia o medo e de resgate quando as quatro paredes se transformavam lentamente num labirinto. Nunca me esquecerei de tais ilustres consolos e espero ser capaz de eventualmente retribuir.

- a todos os restantes amigos de infância, pelo equilíbrio. Efetivamente, a minha ausência, em detrimento da escrita da dissertação, jamais fora sentida, nem tampouco abordada, dada a amizade que nos une há mais de uma década. Um bem haja a vós!

- a todos os grandes amigos que possuo na minha segunda casa, o Porto. Foram sete anos de inesquecíveis fados, que levarei comigo para a vida. Esta secção, em tempo algum, seria bastante para agradecer a todos vós, meus caros companheiros de memórias! Desde conversas fartas a gestos comoventes, várias foram as demonstrações de serenidade, quando o meu mundo rodopiava em tempestade. À Maria, à Nussy, à Mariana e ao Rúben, pelo refúgio; ao Tiago, ao Pedro, à Vânia e à Sílvia, pelas manifestações de carinho; e a toda a minha comunidade académica, pela simplicidade de serem.

- à professora Rita, à professora Marta e ao restante quadro de docentes e colegas do Sabichão - Academia de Estudos, pela flexibilidade, apoio e compreensão face aos compromissos inerentes, quer ao ciclo de estudos para obtenção do grau de mestre, quer à redação da dissertação.

- ao executivo da União de Freguesias de Vale S. Cosme, Telhado e Portela, nomeadamente ao presidente, António Matos, pela sabedoria e oportunidade de o acompanhar nas demais problemáticas de teor social local. Estes meses de plena aprendizagem, ofertaram-me alento e clareza nas aspirações para o meu futuro.

Resumo

Ao contrário de quase todos os estados, os Estados Unidos da América foram fundados essencialmente com base numa doutrina religiosa: desde a chegada dos primeiros colonos, oriundos das grandes potências europeias, até à sua independência no século XVIII, os norte-americanos viram-se a si mesmos através da lente dos escritos bíblicos. Por conseguinte, o *Novo Mundo* - conceito amplamente explanado na considerada 'bíblia' ideológica e cultural da nação, *A Model of Christian Charity* (Winthrop, 1630) - concederia aos colonos a experimentação de ideais, convertendo-os em realidades concretas. Constate-se que, a fuga puritana da repressão religiosa no decorrer da era colonial, dissidente da Reforma e Contra-Reforma inglesa, visava a criação de uma sociedade que se queria a 'nação de santos' e deveria servir de modelo para a Europa. Como tal, a demanda assentaria na adoção de regras e ideais de convivência comunitária, algo que se queria inovador e nunca coercivo.

O objetivo deste estudo consistiu em comprovar e avaliar sinais civis de que esses princípios e motivos metafóricos e religiosos subsistem no imaginário dos norte-americanos e na sua retórica política, nomeadamente no âmbito da Política Externa. A julgar pela abordagem ideológica supracitada, efetuou-se uma comparação entre fragmentos de discursos políticos do atual e precedente presidentes dos Estados Unidos, Barack Obama e George W. Bush, respetivamente. Essas frações foram recolhidas de intervenções direcionadas à agenda interna e às Relações Transatlânticas. Lembre-se que, os Estados Unidos é uma nação construída por europeus e estes mantêm-se os seus mais estimados aliados. A premissa deste estudo demonstrou ser evidente e permitiu uma conclusão clara: os Estados Unidos e os seus líderes políticos são influenciados pelos seus valores religiosos ancestrais, ainda que a secular Constituição e a linguagem universal pareça não o corroborar.

Palavras-Chave: EUA; Política Externa; Religião; Retórica; Análise do Discurso Político

Abstract

Unlike almost all states, the United States of America were essentially established based on a religious dogma: since the arrival of the first settlers coming from the European great powers to its independence in the 18th century, the Americans saw themselves through the biblical writings. Ergo, the *New World* - concept widely developed in the considered ideological and cultural 'bible' of the nation, *A Model of Christian Charity* (Winthrop, 1630) - would grant the colonists a trial and error of ideals, converting them in concrete realities. It should be noted that, the puritans and pilgrims escapade from the religious repression throughout the colonial era, dissidents from the English Reformation and Counter-Reformation, was aimed at the creation of a society that would be the 'nation of saints' and should serve as an example to Europe. As such, it was wished to be implemented rules and ideals of coexistence in society, which would be original and never coercive.

The purpose of this study was to prove and evaluate civil signs that those metaphorical and religious principles and motives dwell in political rhetoric, notably within foreign policy agenda. Bearing in mind the aforementioned ideological approach to diplomacy, it took place a connection between political speeches fragments, from the current and former presidents of the United States, Barack Obama and George W. Bush, respectively. Those samples were taken from speeches addressed towards domestic agenda and Transatlantic Relations. It should be remembered that the United States were settled by Europeans, and these are still their oldest and dearest allies. The assumption for this study having been evident from the start, enabled a clear conclusion: the United States and its presidents are still influenced by its ancient religious values, even if shadowed or hidden by a secular Constitution and universal prose.

Keywords: USA; Foreign Policy; Religion; Rhetoric; Political Discourse Analysis

Introdução

The typical American is quite fatuous in this regard: to him America is the goal towards which all creation moves; and he judges a country's civilization by its resemblance to the American model (Weaver, 1985: 218).

Os Estados Unidos da América nasceram do sonho dos colonos europeus e, mal a primeira geração destes chegara ao *Novo Mundo*, havia predominantemente o anseio de emancipação da sua soberana, Inglaterra. A sua demanda assentava na construção de uma sociedade única, que serviria de exemplo às demais - criam, corruptas - sociedades. Igualmente, este grupo minoritário revolucionário era motivado pelo conceito de *utopia*¹ e saciado pelas narrações bélicas clássicas de descrições de lugares utópicos a Oeste e o relato factual dos Descobrimentos.

The first generation of Americans, for instance, saw themselves creating what Jefferson called an 'empire of liberty' against the opposition of Old World tyranny (Judis, 2005: 2).

Primeiramente, o impulso puritano regia-se pelo sonho de construção de uma hegemonia, onde reinasse a liberdade, contraste com a tirania que vigorava no *Velho Continente*; ulteriormente, pela construção de uma civilização cristã; por fim, pela criação de uma democracia globalizada, em refutação das forças imperiais.

O consórcio *per se* norte-americano entre a Religião e a Política estreou-se na viagem dos indivíduos supramencionados em 1620, a bordo do *Mayflower*², na sua travessia do Oceano Atlântico e no seu estabelecimento permanente no território

¹ Termo concebido por Thomas More (século XVI). Envolto num ambiente hostil, sob-reinado de Henrique VIII, foi largamente influenciado pelas descrições idílicas de Américo Vespúcio, referentes à ilha de Fernando de Noronha. Com efeito, redigiu a sua principal obra, *Utopia*, onde descreve uma ilha fictícia, nova, pura e próspera, díspar do regime vigente na Inglaterra. Todas as referências ao termo, no decorrer da presente redação, fundamentam-se no conceito de More, tal como na sua aceção na obra.

² Famoso navio que transportou os peregrinos ingleses desde o porto de Southampton, Inglaterra, até à Baía de Plymouth, *Novo Mundo* (Estados Unidos da América). O mérito cedido a esta embarcação fundamenta-se no facto dos seus tripulantes terem sido pioneiros no estabelecimento permanente colonial no território norte-americano.

norte-americano. Estes três estádios em direção à *Terra Livre* revelam-se o *leitmotiv* do folclore norte-americano e serviu repetidamente de deferimento ao mito: após as agruras religiosas no solo europeu, os peregrinos escaparam para Oeste, para viverem a vida que - acreditavam - ter sido destinada a eles por Ele, nas Escrituras Sagradas.

A primeira emenda ao Bill of Rights³, a 25 de setembro de 1789, retifica a liberdade de credos religiosos, proibindo o Congresso de estipular legislações nessa matéria; enquanto que conferia às então Treze Colônias a confirmação de serem uma união democrática, protegia os direitos dos cidadãos a praticarem a religião que lhes convinha, razão pela qual os peregrinos abandonaram na vanguarda o *Velho Continente*.

A Constituição dos Estados Unidos da América⁴ perdura e, até à atualidade, nenhuma religião fora nacionalizada no território norte-americano. Contudo, a Religião - nomeadamente o Cristianismo - tem sido uma força motriz na política norte-americana, e nem mesmo a laica Constituição e a secular separação entre a Igreja e o Estado nela reiterada, preveniram tal influência nas demais instituições sociais. Desde o famoso vocábulo ‘God Bless America’ - citação transversal a todos os presidentes da nação - até às petulantes invocações ao Divino e referências aos escritos em Seu nome na própria retórica política, é de fácil captação o quão os ensinamentos puritanos fundamentam a cultura norte-americana.

A presente redação propõe-se a documentar a premissa de que, não só em contexto interno, mas igualmente face a problemáticas externas, os americanos tendem a considerar-se aqueles e únicos aptos a liderarem o mundo contra a malevolência mundial. Não se pretende, constate-se, julgar tal credo, ao invés, conceber os motivos na dianteira da promoção do dito nobre cargo social. Com vista num parecer assertivo e no indício de que a premissa supracitada sustenta-se inclusive em pleno século XXI, dar-se-á uma análise conceptual de trechos de discursos do atual e precedente presidentes dos Estados Unidos, Barack Obama e George W. Bush,

³ Primeiras dez emendas à que viria a ser a Constituição dos Estados Unidos da América, com foco na garantia, não só, mas também da liberdade, de direitos intrínsecos humanos e de governo limitado.

⁴ Sem embargo das suas vinte e sete emendas, a Constituição dos Estados Unidos da América, na sua íntegra, celebra, a setembro de 2016, o seu 229º aniversário, reivindicando a denominação de mais antiga em vigor.

respetivamente.

Haja vista no argumento, suceder-se-á uma decomposição da redação. Num primeiro momento, recuperar-se-ão as máximas religiosas e ideológicas no encalço da cultura e, conseqüentemente, política norte-americana. É do seu surgimento, assentamento e propagação que se assumirá a essência do mito americano, do *Destino Manifesto* e da missão do povo daquela nação no mundo, adágios constantemente propagados na retórica política.

Posteriormente, retificar-se-á a trajetória da política externa norte-americana face às maiores adversidades do século XX até à atualidade. Atente-se que, a diplomacia dos Estados Unidos no estrangeiro entorpecia-se pelo isolacionismo, apenas despertado pela Primeira Guerra Mundial, já no século XX. Haverá igualmente um foco na Organização do Tratado do Atlântico Norte (NATO), pelo seu prestígio como aliança militar transatlântica, vital no século XX. Partir-se-á do axioma que surgiu com a administração de George W. Bush, de que o pacto entre as democracias ocidentais já não seria vital como outrora, e da onda de esperança em derredor de Barack Obama. Não apenas como aliança militar transatlântica e inegavelmente importante para o enquadramento histórico, a menção da NATO, na presente redação, apoia-se igualmente nas nações envolvidas neste tratado: é curioso acompanhar a evolução de uma organização composta por povos unidos por uma história colonial, e de assimilar como os outrora subordinados Estados Unidos lidam com o cenário europeu.

Enfim, ocorrerá um estudo de caso, firmado na análise comparada de trechos retóricos do atual e precedente presidentes dos Estados Unidos. Neste definitivo momento, usar-se-ão as vozes políticas na comprovação das considerações históricas efetuadas anteriormente. Visto que a análise da retórica política implica a sapiência de estudos direcionados à também análise do discurso e da linguagem, nomes vultosos e obras intemporais serão ressaltados.

Por intermédio de máximas partilhadas, os políticos norte-americanos empenham-se em alcançar a popularidade entre o seu povo: em nenhuma outra sociedade ocidental essas máximas significam Religião. Servirá este estudo de

comprovante do comportamento religioso, não só em contexto nacional, mas também internacional, especialmente face a problemáticas que forçam os norte-americanos a retornar à sua velha soberana, Europa.

Capítulo I - A Religião e o conceito de *Utopia* na vanguarda dos valores norte-americanos: reparos conceituais e teóricos

Ao contrário das demais democracias ocidentais, os Estados Unidos da América foram fundados essencialmente com base numa ideologia e crença religiosa, que motiva os seus mais variados domínios sociais, quer sejam eles políticos, culturais ou sociológicos. Não obstante, o investigador que se debruce nas problemáticas norte-americanas, terá de considerar *a priori* todos os aspetos históricos primordiais da nação.

Desde a chegada dos primeiros colonos, oriundos das potências europeias, até à sua independência no século XVIII, os Estados Unidos viram-se a si mesmos através da lente dos escritos bíblicos, adornados de ilusões utópicas; todos atribuíram àquela região e àquele povo um papel único na história mundial, tendo como resultado a ‘americanização’ de um mito, do célebre ‘sonho americano’ que, ao longo dos séculos, tem vindo a incentivar a imigração em massa, na esperança de uma vida melhor e próspera. Efetivamente, as sucessivas vagas de emigrantes, que partiram ao longo dos séculos para o continente americano, foram essencialmente conquistadas pelo poder de sedução da sua *utopia*.

Primeiramente, aquele espaço reuniu uma vasta diversidade de raças e pessoas, instigadas por estímulos religiosos, políticos e económicos, que elegeram os Estados Unidos como a sua nova residência permanente: ‘whether perceived through the metaphor of the melting pot or, more fashionable today, through ethnic pluralism, America has assimilated and taken its character from an extraordinary variety of peoples’ (Luedtke 1987: 11). E, a primeira geração de colonos britânicos ‘saw themselves as colonists and an extension of the European empires’ (Idem), apesar de díspar em todas as dianteiras sociais, tal como Robert Frost previu no seu aclamado poema, *The Gift Outright*:

The land was ours before we were the land's.

She was our land more than a hundred years

Before we were her people, she was ours.

In Massachussets, in Virginia,

But we were England's, still colonials (Frost, 1979: 348).

Incontestável é a herança do legado ideológico, romantizado medieval e renascentista, previsto por Howard Mumford Jones (1964), *O Strange New World*, que ressalta a felicidade peculiar reinante no território, secular na imaginação dos europeus. Já Goethe havia contemplado, na sua declaração, *Amerika, du hast es besser/ Als unser Kontinent, als Alte/ Hast keine verfallene Schlösser/ Und keine Basalte* [original alemão, *América, tu és melhor/ Do que o nosso Continente, do que o Velho/ Não tens castelos arruinados/ Nem Basaltos*] (Goethe, 1827 - tradução pessoal), que transpõe a expressão do sentimento, a profunda e verdadeira gratificação para o povo. Com efeito, o *Novo Mundo* identificou-se como o legítimo legatário das ilusões pastorais que, constate-se, haviam de colidir quer com a imensidão selvagem e a fronteira, quer com as religiões do *Velho Mundo* e os desígnios económicos.

Porém, dita a história americana que os axiomas de liberdade, igualdade e oportunidade contrapõem a discriminação e as parcas considerações pontuais de oportunidade e de justiça. Haja vista neste contrassenso, a América, opina Daniel Bell (Cf. 1996: 11-38), é uma nação esquizofrénica, que peregrina em direção ao consumismo desmedido e à suprema comodidade da vida humana, mesmo que a estrutura social se suporte na poupança, trabalho árduo e eficiência. Já denotara Alexis de Tocqueville (Cf. 2005: 7-22), no seu apuramento factual da realidade norte-americana do século XIX, que o individualismo e a ideologia seriam traços distintos da conformidade e do materialismo americano. Esta tensa configuração delinea-se na conjuntura comportamental, intelectual e emocional daquele povo.

Esta é uma nação que emana diversidade cultural, clareira espacial e abundância material, na medida em que as dualidades individualismo e conformidade, idealismo e materialismo e igualdade e conquista, esculpem a imagem do indivíduo particular e

coletivo norte-americano. Em suma, a vida nos Estados Unidos jamais poderá ser replicada, devido às suas origens míticas e apocalíticas, à força da sua religiosidade e peculiaridade do seu quotidiano que, para todos os efeitos e propósitos, une a disforme população norte-americana.

1.1. A América como a aurora da *Utopia*, a *Ilha Perfeita* do Atlântico e a *Nova Jerusalém*: revisão de ideologias clássicas

Oh, it's home again, and home again, America for me!

My heart is turning home again, and there I long to be,

In the land of youth and freedom beyond the ocean bars,

Where the air is full of sunlight and the flag is full of stars (Dyke, 2004: 298).

A história da América revela ser a história do impacto de uma cultura arcaica num ambiente selvagem, ‘yet the New World was never merely an extension of the Old’ (Figueiredo, Figueiredo, 1969: 13). Igualmente, o íntegro entendimento da inscrição religiosa e das convicções clássicas na biografia norte-americana, configurar-se-á como *avant-garde* na assimilação da sua importância na cultura e, consequentemente, na política da nação.

Para se conceberem as forças que levaram à descoberta e colonização da América, é necessário considerar-se as mudanças que advieram dos anos precedentes ao século XV. Sumariamente, a descoberta do continente resultou das permutas comerciais e da transferência do poder naval do mar Mediterrâneo para o Oceano Atlântico. Isto posto, ‘that came about because Europe was emerging from the Middle Ages, and was reaching out in every way for a larger and fuller life’ (Idem: 17). É sabido que, os ingleses foram pioneiros no esforço de se estabelecerem permanentemente no território que atualmente confina os Estados Unidos: uma congregação de peregrinos ingleses, dissidentes das problemáticas religiosas na sua nação, planearam a sua partida para o *Novo Mundo*. Estes *Pilgrim Fathers* recusaram a supremacia

eclesiástica do rei e alcançaram a Baía de Massachusetts, a 26 de Dezembro de 1620. Com eles, levaram somente a esperança de encontrarem um local onde pudessem exercer livremente as suas diretrizes religiosas e sociais, tal como uma poderosa ideologia radicada nos Clássicos literários. A expressividade e *praxis* destas individualidades, naquele tempo, operou na fundamentação da vida e das instituições daquele povo. Entender as premissas seculares americanas e os fundamentos para as suas instituições, justifica a menção *ad tedium* de determinados conceitos partilhados, nomeadamente encriptados em discursos políticos.

1.1.1. Rumo à quimera utópica ocidental

Com o passar dos anos, a história dos Estados Unidos tem monopolizado, em larga escala, a história da colonização em direção ao ocidente: a existência de uma área territorial livre a Oeste e o avanço da implementação comunitária nesse sentido cardeal, determina a evolução norte-americana. Com efeito, a peculiaridade das suas instituições assenta na adaptação do povo às mudanças associadas, à conquista da fronteira atlântica, às alterações que envolvem a extrapolação do continente europeu, à conquista da vastidão selvagem e ao desenvolvimento para o progresso numa área que, à partida, oferecia condições económicas e políticas precárias. A prosperidade daquela região exibiu não meramente o avanço da linha ocidental, mas o retorno às suas condições primitivas. Certo é que, o pináculo da história americana não se cinge ao avanço da costa atlântica em direção ao horizonte ocidental, e sim à conquista e domínio do próprio Oeste: ‘at first, the frontier was the Atlantic Coast. It was the frontier of Europe in a very real sense. Moving westward, the frontier became more and more American’ (Turner, 1921: 14). Por conseguinte, o avanço fronteiriço simbolizou uma marcha em sentido contrário à influência da Europa - *id est*, uma aurora de independência. E, denotar este avanço de condições políticas, sociais e económicas, é denotar a real essência da história do *Novo Mundo*.

It was this nationalizing tendency of the West that transformed the democracy of Jefferson into the national republicanism of Monroe and the democracy of Andrew Jackson (Idem: 35).

A idealização da existência de um local perfeito, transcendente às problemáticas sociais, científicas e tecnológicas, tem edulcorado insatisfações perante a realidade do mundo e parece colmatar anseios de mestria social - o território circunscreve-se numa área distante da Europa medieval e do passado Clássico. Dessarte, a *utopia* alberga conceitos ficcionais, uma ‘impossibilidade de transposição para a realidade deste superior plano imaginário’ (Pinto, 2010: 8) que, em última instância transpõe ‘um devaneio quimérico do intelecto humano’ (Idem). Note-se que, a consciência da sociedade universal de que a plenitude histórica ainda não fora granjeada e de que a conjuntura atual é passível de extrapolação, constituem a sustentação de todos os projetos de cariz utópico.

Much of the intellectual backdrop to the Renaissance and the Reformation was formed by a generalized reaction through Western Europe against what was perceived to be a degenerate form of scholasticism and, in some cases, the general idea of natural law (Curtright, 2015: 95).

‘The idea of a perfect society is a very old dream, whether because of the ills of the present, which lead men to conceive of what their world would be like without them’ (Idem) e, traçar um Estado sublime, no qual reinasse a inexistência de miséria ou ganância, perigo ou pobreza, medo ou insegurança, seria o intento; ‘or because these Utopias are fictions deliberately constructed as satires, intended to criticise the actual world and to shame those who control existing regimes’ (Idem); ‘or perhaps they are social fantasies - simple exercises of the poetical imagination’ (Idem). Mas, as utopias ocidentais destinam-se aos idealistas que anseiam imortalizar-se numa sociedade equilibrada, cujos indivíduos vivam em paz e livres do abuso físico e psicológico. Detenha-se que, o ser humano alberga a assunção fixa, comum e imutável de que atingirá o pináculo da sua existência aquando da concretização dos seus objetivos naturais.

A demanda utópica decorreu da Reforma e Contra-Reforma inglesa, período que Thomas More suportou de perto. A sua propaganda - a revelação de uma sociedade refinada - semeara fantasias que, rapidamente, transcenderam os domínios sociais. O destemido Hitlodeu [Hythlodæus - ‘contador de histórias’ – herói residente da narrativa] que, ‘tendo abandonado aos cuidados de seus irmãos o património que tinha no seu país’, seguiu em viagem com ‘Américo Vespúcio e permaneceu em sua companhia durante as três últimas das suas quatro viagens, cujos relatos já se encontram mais ou menos por toda a parte’ (More, 1995: 6). Esses relatos eram os da famosa ilha de Utopia, um lugar farto em ‘harmonia interna’ e que ‘jamais será conquistada ou mesmo abalada por seus vizinhos invejosos, que já tentaram, em vão, arruiná-la’ (Idem, Livro II: 111).

Indesmentível é que, ‘o mito designa esse espaço de verdade que não é estabelecido através da razão’, será, em contrapartida, ‘reconhecido por uma adesão na qual se desvenda uma espontaneidade original do ser no mundo’ (Avelar, 2004: 14). Afinal, os forasteiros europeus, idealistas utópicos, radicaram a sua concepção na herança clássica, ‘seja na referência à sociedade perfeita perdida no espaço e no tempo, a Atlântida, seja na sua formulação social e institucional, na República’ (Idem: 17).

1.1.2. América como a *Atlântida* dos Clássicos

As descrições de Colombo são tão vagas quanto idílicas e, juntamente com outras que se lhe seguiram depois, de viagens e aventureiros nas novas partidas, vieram alimentar o imaginário europeu, já suficientemente inebriado pelos mitos antigos de paraísos no aquém - como o da Atlântida narrado por Platão (Santos, 1998: 161).

Efetivamente, a civilização mítica engolida pelo oceano, a ilha dourada no lendário ocidente, intercedeu no levantamento de imagéticas utópicas no período do Renascimento, servindo de modelo às crenças da época. Não será ao acaso que ‘os

relatos 'reais' das viagens que efetivamente se realizaram para ocidente', pintavam 'a possibilidade da existência de um lugar de eleição no Novo Mundo'. Posteriormente, o estabelecimento dos crentes europeus adaptou a 'mitologia clássica das utópicas atlântidas com a retórica bíblica de eleição e de promessa do lugar' (Idem: 163), para conceder a esse povo a concretização de uma vida plena, livre e, acima de tudo, divina, numa nação nova e regida por valores universais.

Será intrigante ressaltar os escritos de Homero, na medida em que localizara a sua sociedade perfeita na ilha dos *Feaces*: seria a Odisseia homérica, a viagem para o ocidente e a ilha situada misteriosamente no meio do mar, 'o livro que mais influência terá exercido, ao longo dos tempos, no imaginário ocidental' (Homero, 2003: 11). Irrevogável é a semelhança análoga entre a ilha de Homero e a demanda da sociedade ocidental, para lá do Atlântico. Em seguimento, variadas noções haveriam de penetrar e cultivar o imaginário do povo civilizado: a 'superação desesperada dos perigos, nas ameaças que lhe surgem na luta pela sobrevivência, que nos identificamos com ele [Ulisses]' (Idem, Canto VI: 14), tendo ele determinado a essência do indivíduo mediterrânico. A imponência da Odisseia transparece as vicissitudes na demanda do destino predestinado por Eles - os Deuses - para o homem, algo que não fora instituído por opção individual. De grosso modo, o poema relata aos seus leitores aventuras fabulosas, que encantam e fartam o imaginário ocidental. O mais comum leitor denotará com facilidade que a estadia de Ulisses na ilha dos *Feaces* destina-se a interligar as viagens de Telémaco (Cf. Idem, Canto I - IV), e a chegada a Ítaca do herói que teria de enfrentar os pretendentes de Penélope: retenha-se a viagem e estadia dos peregrinos europeus nas Américas que, após a sua fixação, foram obrigados a enfrentar o vasto e efêmero território.

Percebe-se que, o povo supracitado habitava numa ilha perdida no meio do mar, de tal forma que, só por extensa casualidade, poderia ser alcançada⁵. Efetivamente, a *utopia* simboliza o que não existe em local algum, isto é, compõe um modelo a ser experimentado em qualquer território. Há assim uma ânsia geográfica, se bem que a

⁵ Recorde-se a ilha da América, localizada no coração do oceano, alcançada em seguimento de um lapso Colombiano.

geografia desses autores se coloque num plano essencialmente imaginário.

Aportámos à ilha de Eólia, onde vivia
Éolo, filho de Hipotas, caro aos deuses imortais,
numa ilha flutuante: em seu redor havia muralhas
de bronze inquebrantável e íngreme era o rochedo (Idem, Canto X: 162).

A concepção geográfica da *utopia* numa ipuã tem sido o local predileto nas mais variadas narrações sobre a temática. Ademais, a ilha funciona como indício de que uma sociedade mais perfeita do que as outras poderá surgir, inexplicavelmente, como que divinamente. Dessarte, o território limitado no extenso mar conduz os mais propensos a fantasiar sobre o desconhecido, perdido no pélago, alcançável apenas por um feliz acaso. Há uma determinada lógica subtil nesta ilusão: perdida no meio do mar, ergue-se a Esquéria, à qual, devido ao naufrago, Ulisses alcança, um pouco ao jeito da América.

Encadeados, Jean Servier ratifica que ‘a utopia é o sonho do ocidente’ (1967: 317), e Isaiah Berlin que, ‘most Utopias are cast back into remote past: once upon a time there was a golden age’ (1990: 20).

1.1.3. As colónias britânicas nas Américas: o projeto de emancipação religiosa e o semblante de perfeição no *Novo Mundo*

Os Estados Unidos traduzem-se numa nação diversificada, composta por vários povos, crenças e ideais de civilização, dissidentes das contingências da sua evolução histórica e cultural, que transladou a possibilidade de convivência entre índoles díspares no mesmo espaço. Esta distinta realidade norte-americana viabilizou a ideação de um edifício sócio-cultural, no qual os indivíduos regressam, especialmente em épocas de instabilidade. O mito da excecionalidade que tornea a nação norte-americana e fundamenta as teorias de hegemonia, advêm maioritariamente da

proclamada pureza dos Pais Fundadores [*Founding Fathers*]⁶, o que reforça, em última instância, o seu caráter heróico. Assim sendo, o mito fundador configura-se na saída dos Pais Fundadores da Europa, na sua tenebrosa viagem e chegada aos Estados Unidos, à *Terra Prometida*, ao lugar da liberdade religiosa.

O processo de exclusão começa neste momento em que os peregrinos seriam os escolhidos de Deus e buscariam a construção de uma República Clássica na América (Oliveira, 2011: 118).

No decorrer do século XVII, instalou-se na Europa uma ideologia que previa o continente americano como sendo a terra de eleição de Deus, e lá os europeus poderiam ser felizes e alcançar o sucesso nos seus objetivos, longe duma Europa corrompida de valores. Ou seja, atravessariam o Atlântico para realizarem um sonho, que não era mais passível de concretização no *Velho Continente*. É a partir daqui que nascem os vários mitos associados à América. Os temas mais significantes da identidade americana são a 'utopia', a 'Terra Prometida', a 'cidade sobre a colina', o 'Povo Eleito', o conceito de 'vida como missão', a 'mobilidade física e psicológica' e 'a vida como viagem interior e exterior'.

O comunicado do *Novo Mundo*, envolto em promessas e milagres, abalou a sociedade ocidental. Para aquele lugar navegaram, seduzidos pela *utopia* e, à medida que naquele recinto se assomavam, a quimera convertia-se em *praxis*. Em indução, depreende-se a supremacia política e social norte-americana, uma vez que 'mostra-lhe [à Europa] como, pelo amor da escola, pelo respeito da lei, pela pertinácia no trabalho, se formam as sólidas sociedades civis, sem distinção de raça, nem de nacionalidade, nem de religião, sem privilégios de nascimento ou de fortuna' (Mesquita 2014: 4). Esta premissa atesta ideias e princípios universais que transcendem a sua população e

⁶ Os Pais Fundadores dos Estados Unidos - original: *Founding Fathers of the United States* - foram individualidades na dianteira da delimitação jurídico-política norte-americana, quer no seu envolvimento na Revolução Americana, quer na redação e assinatura da Declaração de Independência e posterior Constituição dos Estados Unidos. Estes líderes patrióticos, rebeldes e revolucionários face à coroa inglesa, são seriamente estimados e a sua obra motivo de louvor naquela nação. Em várias obras, que se debruçam na história dos Estados Unidos, o vocábulo é alargado a todos aqueles que, desde a partida de Inglaterra até à redação da Constituição, esforçaram-se para que as Treze Colónias se tornassem nos atuais Estados Unidos. Na presente redação, a expressão será aplicada com lente nesta última associação.

que, querem-se, transformem o mundo num espectro sensato. Frisou Roosevelt a miséria e escassez que os primeiros colonos penaram, aquando da sua aventura pelo *Novo Mundo*, selvagem e inóspito. Todavia, esses nobres homens auferiram o sonho internacionalista, cingindo, em limites territoriais, a tolerância racial e espiritual, há muito sonhada.

É de relevante magnitude sinalizar o átimo em que os primeiros colonos desceram da pequena embarcação, *Mayflower*, para se comoverem com aquela terra abençoada: sobre ela ajoelharam-se e beijaram-na como meneio de gratidão. Esses pioneiros e mártires religiosos, na demanda do Oeste, viam os seus anseios corporificarem-se. Ainda, as suas vicissitudes forjaram uma secular resistência a segregações. Por conseguinte, instalou-se equanimidade estatal relativamente à matéria religiosa: não há desinteresse nem tentativas de dissolvência; engane-se o investigador que isso suponha, pelo que há, sim, benevolência religiosa imparcial.

John Winthrop, ‘o apóstolo enviado a pregar uma doutrina, não trazendo no seu sacco mais que o seu sermão’ (Idem: 283), encontrou naquele novo recinto a liberdade vital para a divulgação da palavra de fé. O seu sermão, *A Model Of Christian Charity* (1630), destinado aos puritanos ingleses que com ele viajaram, descreve aquele lugar como uma ‘cidade sobre a colina’ e, consequentemente, personifica uma nova relação com Deus. Este sermão foi claro na denominação da implementação de uma sociedade na nova colónia como um marco na história mundial.

Porque temos de pensar que seremos uma cidade em cima da colina. Os olhos de todas as pessoas estão postos em nós. De modo que, se lidarmos falsamente com o nosso Deus nesta obra que empreendemos (...), os nossos inimigos abrirão a boca para dizer mal dos caminhos de Deus (...). Envergonharemos o caminho de muitos dos servos d'Ele e faremos com que as orações deles caiam sobre nós até desaparecemos da nova terra para onde vamos (Winthrop, 1630 - tradução pessoal).

A dimensão religiosa é fundamentada através do apelo à memória coletiva e à ligação ancestral àquele lugar. Esta ligação ficou eternamente marcada pelo sentimento de posse e predestinação, onde radica o discurso utópico. Desta forma, o indivíduo

puritano inglês do século XVII realizar-se-ia construindo a sua identidade individual - 'find salvation in surrender to God' -, e coletiva - 'But we were England's, still colonials,/ Possessing what we still were unpossessed by' -, tanto na procura do espaço - 'To the Land vaguely realizing westward' -, como na altura predestinada pelo Divino - 'Such as she was, such as she would become'⁷.

A América não é uma terra qualquer, é a ressonância dos Evangelhos, acreditada como sendo a Terra Prometida bíblica. Nesse sentido, este espaço seria consagrado como o local de escolha e criação do Senhor, que foi por Ele e pelo Verbo plantado e criado; a América seria a recompensa que anteciparia outra maior, ambas justificadas pelas ofensas sofridas e pelas agruras passadas, nomeadamente as decorrentes do corte dos laços com o passado - Inglaterra -, algo que, recorde-se, Jesus exigira aos seus discípulos. Portanto, o sujeito imaginou e simulou a voz de Cristo, dirigindo-se aos colonos para justificá-los como possuidores daquele lugar: o sentimento e o sentido de posse são, assim, legitimados.

Porém, a chegada à nova Terra Prometida não significou o fim das provações, pois Satanás continuaria à espreita, com o objetivo de desarmonizar o Povo Eleito e de afastá-los do Senhor. Embora eles, supostamente, tenham encontrado um espaço de liberdade e passível de promoção das suas práticas religiosas, a vida continuaria a ser um teste contínuo, até que, um dia, a salvação lhe fosse concedida.

William Bradford, destacado dirigente dos *Pilgrim Fathers*, foi o protagonista da célebre viagem no *Mayflower* no século XVII, que teve como consequência a criação da colónia de Plymouth. Os peregrinos que com ele viajaram ansiavam um reino espiritual que, para eles, já não seria de possível alcance numa Inglaterra repressora no que à religião concernia: partiram cientes de que seria o seu destino, que Deus queria que estabelecessem uma Nova Jerusalém, uma Cidade de Deus, para lá do Atlântico. Através da leitura de fragmentos da narrativa de Bradford, *Of Plymouth Plantation* (1608-1650), compreende-se a estratégia retórica utilizada e um conjunto de imagens e ideais que se revelariam fundadores dos valores da nação e que,

⁷ Expressão retirada da Bíblia Sagrada e inserida na argumentação do poema, *The Gift Outright* (Frost, 1979: 348).

consequentemente, refletem-se em termos políticos e sociológicos nos Estados Unidos; esta obra de Bradford apresenta a história de um grupo separatista minoritário, desde as dissensões iniciais em Inglaterra face à *Church of England*, passando pelos Países Baixos, pela travessia do Oceano e culminando na implementação de uma nova sociedade no *Novo Mundo* (Cf. Bradford, 2006).

Estes dissidentes adquiriam o estatuto de eleitos, isto é, destinados a trazer à Igreja a sua pureza primordial, afinal eles estariam na posse da verdade. Com efeito, partiram numa viagem ora física ora espiritual. Ao fugirem para os Países Baixos, tiveram a ilusão de que ali encontrariam refúgio e tranquilidade: o sentido de comunidade e de coesão a nível de grupo acentuou-se e, munidos de uma mais firme convicção de que este seria o caminho que Deus lhes destinou, prosseguiram a viagem em direção a um espaço, logo à partida, inóspito. Todavia, antes de o alcançarem, aguardava-os a viagem física, a esgotante e perigosa travessia do Oceano. Esta viagem correspondeu, simultaneamente, a um tempo de reflexão e provação e a uma manifestação de uma vontade que os transcendia e que eles deveriam interpretá-la como uma reforma. Aquando da chegada, o primeiro gesto após o desembarque foi o de agradecimento e louvor a Deus, por Ele os ter conduzido em segurança até ao *Novo Mundo*. O Oceano, imensa fronteira, acentuou essa solidão, assegurando-lhes de que não havia lugar para arrependimentos nem nostalgias do passado. Acabados de chegar a um espaço inóspito foram forçados a lutar pela sobrevivência e pela subsistência; obrigados a definirem regras de convivência e interação social. Entre essas regras e ideais de cohabitação em sociedade, ressurgiu a teoria política de John Locke (1988).

Em suma, os puritanos que colonizaram o país no século XVII, consideravam que estavam a criar uma sociedade sem os moldes do *Velho Mundo*, que se regiria segundo princípios universais e serviria de modelo a toda a humanidade: para esses colonos ingleses, os Estados Unidos assimilavam um novo princípio da história mundial. A fuga das repressões religiosas, dissidentes da Reforma e Contra-Reforma inglesa, tinha o intuito de criar uma sociedade que seria a ‘nação dos santos’, e que deveria servir de exemplo para o *Velho Continente*. É inevitável reafirmar que os colonos puritanos que foram para a Nova Inglaterra levaram consigo várias crenças

proféticas que, aliás, tinham alimentado a Guerra Civil inglesa.

Os puritanos não inventaram a culpa, nem a ética de trabalho protestante, nem o individualismo, nem a sociedade contratual. Todos esses elementos faziam parte do modo de ser da Nova Inglaterra (New England Way), e juntos dão substância ao que entendemos por 'influência puritana'. A contribuição distinta reside no domínio da retórica. Os puritanos forneceram a base bíblica para aquilo que viemos a chamar de o mito da América (Bercovitch, 2012: 141).

Assim sendo, o predomínio puritano surge com mais perspicuidade na propagação da retórica assentada na Bíblia e no desenho ideológico construído pelos americanos, ao qual a sua imagética regressa, principalmente em épocas de crise, como mina de coesão e continuidade - veja-se a retórica de Franklin Roosevelt no decorrer da Segunda Guerra Mundial, e de George W. Bush no rescaldo dos ataques terroristas do 11 de Setembro de 2001. A América mantém-se unida pelo poder das palavras, pela evocação do Seu nome e tudo aquilo associado a Ele.

A primeira geração de colonos, indicada anteriormente, caracterizava-se por crentes nas Escrituras e foram capazes de cambiar os 'tradicionais rituais da Igreja - tanto Anglicana quanto Católica - pelos rituais da palavra' (Idem: 145): os textos de cariz bíblico haviam de ser lidos *ad tedium* e aplicados às suas vidas individuais como que se tivessem sido escritos para si e para a determinação do rumo que haveriam de tomar. Eles veneravam a sociedade que haviam construído, por intermédio evidente das figuras e exemplos proferidos na Bíblia. Ou seja, justificavam a si e as suas estruturas económicas e políticas pelos preceitos das Escrituras, como se estas transportassem a vida que tanto idealizavam. Considere-se a oratória de Winthrop focada numa 'cidade sobre a colina': a alusão direta ao quinto capítulo de Mateus, que trata o crente individual e a peregrinação da alma redimida, demonstra que há uma preservação do seu significado, contudo ampliação da sua aplicação ao incluir um grandioso desígnio profético. A 'cidade sobre a colina' winthropiana traduz-se também na comunidade: um aglomerado de crentes, convocado por Deus para uma missão histórica. No discurso de Winthrop, esses dois níveis de significado, pessoal e

histórico, são mais do que análogos ou paralelos: são recíprocos e entrelaçados; são o paradigma verbal de uma comunidade de santos, 'unidos pelos laços do amor, como um amor, como um homem em Cristo', e por 'autorização especial' incumbidos de uma missão até ao fim dos tempos. Primeiramente, o conceito da 'cidade sobre a colina' salientava os desígnios pessoais dos colonos para a sua nova comunidade, e concentrava o pináculo espiritual e social no progresso. Seguidamente, serviu para colmatar as agruras passadas. Por último, substituiu a presença aristocrática e monárquica do *Velho Mundo* por um inovador modelo autoritário.

A crença de que a América do Norte foi escolhida por Deus para um destino especial no mundo é o ponto fulcral das cerimónias sacras norte-americanas, dos discursos dos seus presidentes ou das Escrituras Sagradas da Religião Civil. A ideia de que Deus reservou uma missão especial para a América e um sentido de sacrifício, foi escrito no mito que trata o espaço. Essas duas ideias deixam os americanos com uma sensação de obrigação, tanto coletiva como individual, de realizar a bondade e vontade de Deus na Terra. A nível inconsciente, os americanos continuaram a aderir a um conjunto de símbolos e mitos nacionais, cujas inspirações e sustentações são de natureza religiosa. Esta 'consagração simbólica' capacita-os a identificar a nação com certas ideias transcendentais, como o *Destino Manifesto* ou a 'Cidade sobre a Colina'. Não é excessivo afirmar que, os puritanos substituíram os tradicionais rituais da Igreja pelos rituais da palavra: os textos das Escrituras, interpretados em sermões, santificando a sociedade através das figuras e dos exemplos da Bíblia.

Portanto, a Nova Inglaterra aguardava ser a Nova Jerusalém, que desceria do Monte Sião e a sociedade seria a de Santos. Atingindo tal fim e por 'autorização especial', teria essa sociedade uma missão até ao fim dos tempos. A América era uma profecia, e estes idealistas foram capazes de encontrá-la nos textos bíblicos: versos apocalípticos sobre os confins da Terra, o sol que despontaria do ocidente, a migração de 'remanescentes sagrados' para um novo Sião, a revelação de um novo paraíso e de uma nova terra, a 'abandonada', a 'desolada' e a 'obscura' irmã de Sião que despontaria quando soassem as trompetas do último mição imaginado da Terra, e brilharia forte como a última e mais amada das noivas de Cristo. Como se

compreende, os puritanos viam a América legível nessas promessas.

Há uma curiosa história de ficção científica, assinada por um autor americano chamado Damon Knight, que narra a descoberta da Terra, quase cinco séculos depois da chegada de Colombo à América, por alienígenas de superior inteligência e excepcional capacidade de organização social. A paz, a felicidade e a abundância é o que prometem estes visitantes de além-estrelas, e tudo parece conjugar-se para o cumprimento do milênio, a terra em curso de perfeição sendo apenas uma antevisão da sublime experiência de um espaço cósmico pleno e absoluto (Santos, 1998: 159).

Esses alienígenas viriam a ser os peregrinos e puritanos provindos da Europa, onde ‘a eleição divina nunca deixou de ser concebida como não sendo deste mundo’ (Idem: 163).

Por uma lado, a América como oferta de espaço infinito, mítica cidade erguida sobre o monte das bíblicas profecias, luminosa Nova Jerusalém, eterno presentificado futuro da promessa do lugar; por outro lado, a América como processo de realização, a América como caminho, viagem ou ponte - numa palavra, a América como sentido (Idem: 161).

Certo é que, quer em 1620 a bordo do *Mayflower* quer em 1630 do *Arbella*, a primeira geração de colonos britânicos aportavam o *Novo Mundo* como uma ideia espantosa, não muito díspar da mensagem de variados poemas ingleses da época, como *Bermudas* de Andrew Marvell (1653) ou *To His Mistress Going to Bed* de John Donne (1669). Estes visionários, mirando uma nova e vasta geografia no globo, carregavam também consigo o peso da promessa e da convicção de que fora Deus que lhes havia enviado o lugar.

1.1.4. Da *Utopia* do Renascimento ao pensamento Iluminista

As sucessivas mudanças verificadas no ocidente - e no mundo - após as grandes

revoluções do século XVIII apresentaram-se extensas e âmagas: o indivíduo renascentista pressupunha essa transformação fundamental do ser humano; um ser que se justifica a partir do trabalho e da intenção transformadora no mundo. Consequentemente, os intelectuais iluministas do século XVIII previam que o Homem deveria ser entendido numa perspetiva quantitativa, concreta e real; que a liberdade deixaria de ser uma experiência espiritual e subjetiva e passaria a ser material, objetiva e verídica; que o direito intrínseco à propriedade privada e coletiva não efluía do Rei, ou de Deus, mas do concreto empreendimento e controlo - que poderia ou não advir de manifestações divinas, todavia de um Deus agora tido como variação ou substância advinda da Natureza.

Com efeito, a liberdade e tudo o que fosse associado às faculdades primárias humanas - pensamento ou ideais - deveria ser garantido através de uma legislatura não tirânica. Deveras, os fundamentos das duas grandes revoluções que decorreram no século XVIII - a americana e a francesa - residiram incorporados essencialmente nesse princípio emancipacionista. O mundo que emergiu, em consequência - e que continua a emergir - comprovou ser labiríntico e mesclado em emancipações. Os filósofos que intercederam pelos ideais anteriormente mencionados consideravam que, o pensamento racional deveria ser levado avante, cambiando as crenças religiosas e o misticismo associado a locais e povos: no seu ver, obstruíam a evolução da humanidade. O homem deveria significar o centro de tudo e esforçar-se pela demanda de respostas para as questões que, até então, eram justificadas somente pela fé. O apogeu deste movimento foi atingido no século XVIII e, este, passou a ser conhecido como o *Século das Luzes* (Cf. Castro, 2002).

O Iluminismo, como movimento intelectual, alastrou-se rapidamente pela Europa e pela América, mas encontrou o seu rastilho na França póstumo Louis XIV. O materialismo do século XVIII aceitou a ideia da moção natural, e construiu nela a visão de um mundo político e social que apagasse efetivamente Deus da sua própria criação. No campo da filosofia moral, os objetivos iluministas centravam-se num sistema racional ético, que permutaria e, quiçá, substituiria os sistemas existentes: ‘there must be a way of showing that true human happiness was attainable only

through the attainment of virtuous human ends' (McClelland, 1996: 297); tentou-se expandir princípios de tolerância, até então parca, e moderação em princípios universais presentes na vida social: 'it is no exaggeration to say that all is best in the Western liberal tradition comes from Enlightenment' (Idem: 298); acreditava-se no institucionalismo e nas liberdades civis, na abolição da escravatura, no gradualismo e na moderação, na reforma atitudinal, moral e política, na paz, no progresso social e económico com respeito pelas tradições nacionais e locais, na justiça e propagação da lei, na liberdade de opinião e associação, no balanço dos poderes governamentais e na divisão da autoridade política entre variadas agências do governo como arma contra a regra despótica de indivíduos, grupos e maiorias, na igualdade social - mas, não numa escala que pudesse ameaçar a liberdade. E, acima de tudo, os iluministas acreditavam na liberdade sob o sistema de leis, com lente na liberdade sem perturbar o velho processo governamental.

What is Enlightenment? (...). Kant chose to regard the whole of eighteenth-century thought as a revolt against ignorance and superstition. Knowing was to know the basis of things, how things really worked (...). What Kant is doing is summing up for his age what that age already thinks about itself. He is inviting enlightened Europe to admire itself in its own gilded mirror (Idem).

Quiçá, a definição iluminista de Kant não seja a mais sóbria e factual cedida, mas apenas uma tradução ou sinónimo do movimento, por ele fornecido: a época – cria - caracterizava-se pela revolta contra a ignorância e superstição. Contudo, os pensadores iluministas discordavam entre si acerca da Política. Note-se que, o Iluminismo revogou-se como a Idade da Razão, mas 'a fundamental belief in the power of reason to change men's lives was perfectly compatible with an effective contempt for the ignorant and irrational multitude' (Idem: 301). Acreditar que todos os humanos são primordialmente presenteados com a razão discorda que as circunstâncias mundiais impossibilitaram o homem de funcionar eficazmente. Com efeito, o Iluminismo salientou as imaturidades das instituições mundiais e as suas práticas, de tal forma que 'irrational institutions and practices perverted natural reason, the habits of deference

to aristocratic superiors and adherence to Catholic superstition being the chief culprits' (Idem). Relatava-se que, o ser humano era naturalmente íntegro, porém era eventualmente corrompido pela sociedade onde se inseria. Acreditavam então que, se todos fizessem parte de uma sociedade justa e livre, a felicidade comum seria alcançada. À vista disso, eles eram contra as imposições de caráter religioso da época, nomeadamente o absolutismo do Rei, além dos privilégios dados à nobreza e ao clero. Note-se que, os burgueses eram os principais interessados nesta filosofia, já que, apesar do dinheiro que possuíam, não eram detentores de poder político.

Sem embargo da sua primordial influência na França, é relevante salientar os movimentos sociais em prol da independência nas colônias britânicas na América do Norte. Um dos principais filósofos do Iluminismo, para efeitos deste estudo e com considerável mérito na fundamentação ideológica e, consequentemente, política norte-americana, foi John Locke. Decerto a figura mais significativa no processo de construção ideológico liberal, encantou-se por problemáticas várias, como a Economia, Educação, Filosofia, Política, Religião e Sociologia. Abertamente empirista e liberal, foi capaz de grifar estes dois campos intelectuais e ideológicos, no que ao quotidiano do seu tempo concernia. No que respeita à Política, sobreleva-se, *Two Treaties on Government* (1988), que auxiliou a fundamentação e formulação da ideologia liberal anglo-saxónica: alegava a igualdade e liberdade dos demais como condições substanciais do homem, no seu estado de natureza. Deste modo, previa-se que determinada comunidade e o seu respetivo governo queriam-se advindos do livre consentimento de quantos a integravam e tinham como finalidade garantir e proteger esses mesmos direitos.

Locke wrote the Two Treatises as a populist resolution of the problem: for the people to reappropriate their political power through a revolution and to 'continue the Legislative in themselves or erect a new Form, or under the old form place it in new hands, as they think good (Burns, 1991: 618).

Locke afirmara que, a mente do mais jovem ser era um lençol branco - *tabula*

rasa - que aguardava sensações e percepções do mundo. Se a mente humana era portadora de impressões externas benevolentes, seria, portanto ela também benevolente. Veja-se o carácter bipolar iluminista, que variava entre o otimismo e pessimismo, um pouco como a visão secular cristã de que a vida humana polarizava-se entre o bem e o mal: ‘there was always a tendency to think that what was good about men came from themselves and what was bad about them came from society, a conclusion which does not seem to follow very easily from Lockian premises’ (McClelland, 1996: 302). Compreenda-se que, os relatos e fantasias dos navegadores provindos das ilhas do Pacífico e do Norte da América, ou épicos persas e egípcios, saciou a curiosidade laica europeia: ‘travellers brought back stories, some of them all, about noble savages living lives of uncomplicated virtue without ever having heard the name of Christ or knowing anything like the institution which European called the state’ (Idem: 303).

The ancient Greek cities had been polished and free, whereas the early Roman republic had been rude and free. The Roman Empire had been polished and unfree (Idem: 309).

Claramente, os ingleses e franceses, colonos na América, levaram consigo modelos das suas instituições nativas. Considere-se as utopias espanholas do período colonial, como as de Bartolomeu de Las Casas (1474-1566) e Vasco de Quiroga (1470-1565): em seguimento da proclamação do Papa Paulo III de que os índios seriam humanos, os idealistas Las Casas e Quiroga almejavam a criação de um mundo, cujo seu povo indígena fosse titular de um conjunto de seres humanos merecedores de todo o respeito. Um outro visionário, Roger Williams (1603(?)-1683), reiterou ter ouvido um índio da América do Norte colonial dizer: ‘Nós não usamos roupas, temos muitos deuses, e contudo são menos os nossos pecados. Vós sois bárbaros, pagãos selvagens, a vossa Terra é a selva’ (Cf. Williams, 1962).

Todo o indivíduo que constata determinada temática sonha, e procede, em seguida, à idealização do que, no seu entender, será a versão ambicionada do perfeito. Pressupõe-se, portanto, que a ideologia, na sua íntegra, retém uma *utopia*; contudo, a

falha do projeto utópico assenta na interferência moral e religiosa dos sujeitos que nele desenham o seu futuro. Ao invés de se reclamar como uma crítica ou quiçá sátira da conjuntura comunitária, há uma intromissão irrefutável da devoção individual na criação de um pensamento económico, político ou social. Thomas More, pioneiro na promoção da *utopia*, não planeou que a sua sociedade fosse perfeita⁸; as únicas utopias assim consideradas são aquelas fundamentadas através de mitos bíblicos e representações celestiais, doutrinas que se tornaram populares no seio do homem colonizador.

Contrastando o texto primário de More, *Utopia*, que saciou os devaneios sociais de plenitude, com os efetivos paradigmas comunistas e fascistas - utopias transformadas em distopias - levaram pensadores como Karl R. Popper, *The Open Society and Its Enemies* (1945), ou Jacob L. Talmon, *Utopianism and Politics* (1975), a alegarem que ‘o Utopismo baseia-se no pressuposto de que apenas a razão (...) poderá ser o único critério a ser considerado no âmbito das relações humanas’ (Talmon, 1957: 13). Porém, a referida razão ‘acaba por ser o guia mais falível e precário, pois não há nada que impeça que uma diversidade de ‘razões’ se sobreponham, cada qual reivindicando validade única e exclusiva sem qualquer possibilidade de se atingir um compromisso entre elas, sem outro árbitro que se imponha além da força’ (Idem). Esta matéria apresenta-se pertinente: a redundante ‘razão’, quer no século XVI ou XX, consegue produzir distopias. Conquanto, a ausência de lucidez também as produz. As distopias que flagelam as demais sociedades no corrente século assentam na fé e na tradição, não na razão. Se se permutar a razão pela fé ou princípios culturais, na afirmação de Talmon supracitada, o resultado apresenta-se idêntico. Em última análise, não é no projeto utópico que reside o problema da sua inviabilidade, mas na insistência em se considerar determinada *utopia* como a única configuração adequada para a organização social.

Isaiah Berlin⁹ situou esta reflexão num contexto cultural e nacional, afirmando

⁸ ‘Quando Rafael terminou sua história, várias das leis e dos costumes dos utopienses descritos por ele me pareceram um tanto absurdos. Seus métodos de fazer guerra, suas cerimónias religiosas e seus costumes sociais eram alguns deles’ (More, 1995: 131).

⁹ Isaiah Berlin é tido como um enorme influente intelectual e político, tal como soldador de ideias previamente estabelecidas (Cf. Said, 1993: 218). A popularidade de Berlin, a sua extensa e prestigiada produção intelectual e a

que a perfeição é ‘o sonho do paraíso terreal, de uma idade do Ouro para toda a humanidade, de uma vida em que todos os homens vivam em paz e fraternidade, a visão utópica de pensadores desde Platão a H. G. Wells, não é compatível com esta idéia’ (Berlin, 1990: 225). É com lente nesta conjuntura que os Estados Unidos intercedem pela humanidade, como se esta fosse da sua inteira e intrínseca responsabilidade.

1.1.5. O fardo do *Destino Manifesto*: a conduta individualista

Em seguimento da asseveração de ideais universais e de se autonear de nação livre e aberta à adoção de indivíduos que já não encontram essa liberdade na sua pátria, poder-se-ia considerar que a sociedade norte-americana fosse receptiva ao mundo. Porém, a realidade prova o contrário: a maioria dos americanos vive muito fechada sobre si mesma. Alexis de Tocqueville, n’*A Democracia na América: Leis e Costumes* (1835), tentou perceber esta atitude social, concluindo que tal deve-se ao êxito das suas instituições, comprovando que ‘veem que no país deles, as instituições democráticas têm até agora prosperado, enquanto que no resto do mundo fracassam; têm-se pois em altíssima consideração e não estão muito longe de crerem que formam uma espécie à parte do género humano’ (Tocqueville, 2005: 250). A atitude mencionada face à sua autoavaliação enquanto sociedade magnânima, fora igualmente prevista por Max Weber, na sua *Ética Protestante e o Espírito do Capitalismo* (1964):

Apontar as consequências sobre a mentalidade dos indivíduos da penetração do quotidiano pelas normas do Antigo Testamento (...) tem importância para o conjunto de hábitos interiores do puritanismo, o facto de pensar que faz parte do povo eleito de Deus (...). A gratidão pela própria perfeição obtida por graça de Deus penetrava o espírito da vida da burguesia puritana, condicionando o seu carácter austero de correcção formal próprio dessa época heróica do

sua amizade pessoal com figuras de grande importância na Europa ocidental e nos EUA (Cf. Idem: 217) foram pertinentes, que, agregadas, fizeram dele uma espécie de expressão incorporada do liberalismo *mainstream*.

capitalismo (Weber, 1983: 127).

A gênese comportamental americana de cariz introvertido prevê-se, deste modo, proveniente dos ensinamentos religiosos, adicionando que, o êxito material dos últimos cinquenta anos também contribuiu provavelmente para isso. Atualmente, terem-se em elevada fasquia e não considerarem as demais civilizações é um fator vigente e de importante relevância na sociedade norte-americana. Compreenda-se que, os americanos proferem 'patriotismo' ao invés do ordinário 'nacionalismo' e caracterizam 'individualismo' àquilo que se entende por egoísmo. Tal surgiu em seguimento do ano de 1776, decisivo na história dos Estados Unidos. Veja-se o excerto de George Mason, na *Virginia Declaration of Rights* (Cf. Broadwater, 2006), adotada como preâmbulo da atual Constituição, a 12 de Junho do mencionado ano.

All men are by nature equally free and independent and have certain inherent rights, of which, when they enter into a state of society, they cannot, by any compact, deprive or divest their prosperity; namely, the enjoyment of life and liberty, with the means of acquiring and possessing property, and pursuing and obtaining happiness and safety.

Thomas Jefferson utilizou e adaptou estes ideais para a sua *Declaração da Independência*, que fora assumida três semanas depois.

Os Estados Unidos, proferiu Tocqueville, trata-se de um país onde os preceitos de Descartes foram parcamente estudados, mas em larga escala aplicados (Cf. Tocqueville, 2005). Dessa forma, na comum assunção americana, procura-se 'to evade the bondage of system and habit, of family maxims, class opinions, and, in some degree, of national prejudices; to accept tradition only as means of information, and (...) to seek the reason of things for oneself, and in oneself alone' (Tocqueville, 1961: II, 1-2). Em súpula, 'each American appeals to the individual exercise of his own understanding alone' (Idem). Atualmente, Norbert Elias (1978) aponta que 'the primary function of the term 'individual' is to express the idea that every human being in the world should be an autonomous entity, and at the same time that each human

being is in certain respects different from all others' (Elias, 1978: 156). Depreende-se que, a caracterização americana de cariz introvertido e individualista deu-se, não pela sua inegável singularidade, mas por se elevarem à hegemonia mundial. Porém, as vicissitudes passadas, decorrentes do período colonial, parecem corroborar esta atitude.

Ultimately the roots of the dichotomy lie in a particular way of experience oneself, a way which has been characteristic of wider and wider circles of European society since the Renaissance, and which was perhaps occasionally characteristic of a few intellectual elites in earlier times. It leads people to believe that their actual 'selves' somehow exist 'inside' them; and that an invisible barrier separates their 'inside' for everything 'outside' - the so-called 'outside world'. People who experience themselves in this way - as a kind of closed box, as *homo clausus* - find this immediately obvious. They cannot imagine that there are people who do not perceive themselves and the world in which they live in this way (Idem: 119).

O individualismo americano foi-se metamorfoseando em ceticismo e claramente nacionalismo. Após a Guerra Civil no século XIX, a doutrina do individualismo tornou-se mais evidente. Esta incorporava o pessimismo, díspar da fé iluminista na perfeição do homem natural; representava, em contrapartida, a visão da natureza humana, que é essencialmente imutável. A extenuação que circundava a alma individual na teologia calvinista¹⁰, nos primórdios da colonização britânica na América do Norte, poderá ser tida como um passo no desenvolvimento do individualismo. Porém, esses pioneiros, com as suas pequenas comunidades, eram bastante diferentes dos individualistas do fim do século XIX: estes relacionavam-se com o domínio do término do período vitoriano, da economia *laissez-faire* e do Darwinismo. Dita a história americana que, a experiência de isolamento dos agricultores na fronteira a Oeste das Treze Colónias, contribuiu bastante para o desenvolvimento do conceito individualista.

¹⁰ 'A relação do calvinista com o seu Deus processava-se num isolamento interior profundo, não obstante a necessidade, para a salvação espiritual, de pertencer à verdadeira igreja' (Weber, 1983: 93).

Thus this man devoid of society learns more than ever to centre every idea within that of his own welfare. To him, all that appears good, just, equitable has necessary relation to himself and his family. He has been so long alone that he almost forgot the rest of the mankind, except it is [sic] when he carries his crops of the snow to some distant market (Crèvecoeur, 1981: 260).

St. John de Crèvecoeur relatou essa fronteira e, brevemente, delimitou os contornos do *Velho Continente*, simultaneamente em declínio e decadência; considerou que se perdera o brio e poderio – seria então um continente corrupto, esvaído e envelhecido. Na vanguarda da argumentação de Crèvecoeur encontra-se a certeza que na Europa já não prosperavam estados sociais sadios; em contrapartida, a América seria passível de contemplação de um novo começo; apresentava-se como o único local onde a história poderia ser escrita de forma diferente. Eles, os americanos, poderia afirmar seguramente que não se perderam como os europeus nas suas instituições e práticas.

What then is American, this new man? He is either an European, or the descendent of an European, hence that strange mixture of blood, which you will find in no other country. I could point out to you a family whose grandfather was an Englishman, whose wife was Dutch, whose son married a French woman, and whose present four sons have now four wives of diferente nations. He is an American, who leaving behind all his ancient prejudices and manners, receives new ones from the new mode of life he has embraced, the new government he obeys, and the new rank he holds. He becomes an American by being received in the broad lap of our great Alma Mater. Here individuals of all nations are melted into a new race of men, whose labours and prosperity will one day cause great changes in the world (Idem).

Sob o lema de apoiar e defender a Constituição e leis dos Estados Unidos, os recentes americanos assentaram a sua fidelidade a uma política nacional enraizada em conceitos de justiça, igualdade e direitos imutáveis individuais e governamentais para e pela sociedade. Com tal característica, foi estabelecida uma nação que excluía um embasamento de elementos que constitui uma nação apartada, como a descendência, uma religião comum, um território historicamente delimitado, uma singularidade

cultural, ou uma distinta língua, legislatura e literatura.

This idea, expressed in the Constitution and the Bill of Rights, embodies what it means to be an American; it is the English tradition of liberty, which would develop in North America unhampered by feudalism or monarchy, encouraged by a favourable geography and abundant natural resources. All a person had to do to become an American was commit himself to universal ideas of liberty, equality and republicanism. ‘The English colonies in North America’, according to Kohn, ‘seemed predestined, by nature and by the philosophy of the age, to a great experiment (Luedtke, 1987: 10).

Certo é que, só na década de 1920, a maioria dos americanos passou a viver na cidade, mesmo que a definição de cidade incluía pequenas comunidades de alguns milhares de habitantes. Aliás, até meados do século XIX, os Estados Unidos mantinham-se essencialmente uma república agrária. Assim sendo, o mito associado à fronteira tornou-se decisivo na formulação do habitat americano, algo largamente tratado por Frederick Jackson Turner em *The Significance of the Fronteir in American History* (1921).

1.2. O Construtivismo e a concepção do Liberalismo no preâmbulo da diplomacia americana

In the seventeenth century, for a variety of reasons, philosophers who reflected on politics began to question the grounds of their allegiance and the legitimacy of the constitutions of particular states (Knowles, 2011: 6).

Um governo civil é um peão político, cujo maior interesse centra-se na conjuntura nacional que representa. Porquanto, deverá preservar o zelo de premissas que se firmam na segurança militar, integridade da dinâmica política interna e beatitude da sua população: se as ações e políticas do governo norte-americano querem-se confinadas segundo um padrão moral, este deverá ser congénere ao

denotado internamente, baseado em princípios tradicionais de justiça e propriedade. As ilações de John Locke a respeito das origens e legitimidade do governo, no seu *Second Treatise of Government* (1988), efluem de conjunturas contratuais díspares daquelas de Hobbes¹¹: o povo consente a ascensão de determinado governo para lhe assegurar a prosperidade e a liberdade; ‘the Lockean state of nature is not so abysmal as that of Hobbes’ (Goodin; Klingemann, 1996: 59).

Porém, não deverá ser assumido que determinado padrão moral seja transversal a todas as sociedades: destacam-se circunstâncias, particularmente recentes, em que o governo norte-americano se ofendeu com o comportamento de outros, pelo seu critério moral. As várias intervenções prosseguiram, com estandartes de democracia, direitos humanos ou fidelidade aos tratados, e serviram, pela apreciação dos líderes americanos, como demonstrações das deficiências morais dos outros e da conveniente, americana - pois seria a sua missão moral detetar e denunciar os lapsos de outrem.

Assertar que o Construtivismo e o Liberalismo poderão ser as teorias mais importantes da política externa norte-americana não se constituirá um devaneio, já que os Estados Unidos têm vindo a promover exaustivamente os valores de liberdade e democracia desde a Declaração da Independência em 1776, através - também, mas não só - de atos assertivos de comunicação e retórica, profundamente enraizadas em ideologias ancestrais.

1.2.1. O comportamento externo norte-americano, com lente no Construtivismo

According to constructivism, the concept of human consciousness should be seen as the starting point to explain human behaviour (Busse, 1999: 44).

O Construtivismo alcançou primeiramente a atenção nos estudos das Relações

¹¹ Thomas Hobbes, filósofo político do século XVII. Apesar de as suas argumentações emanar favoritismo pela monarquia absoluta e governo central, capaz de prevenir guerras civis, deveras colaborou para o arranque do pensamento liberal na Europa. Quiçá, essa preferência dominante intelectual tenha ditado a popularidade de Locke em detrimento da de Hobbes nas Américas.

Internacionais em 1989, através de Nicholas Onuf, *World of Our Making – Rules and Rule in Social Theory and International Relations*, e Alexander Wendt, *Anarchy in What States Make of It: The Social Construction of Power Politics*, no jornal *International Organization*. Com estas contribuições ressalta a premissa básica e comum aos investigadores que se debruçam na teoria: o mundo onde vivemos foi construído pelos homens, sendo eles os principais protagonistas do seu desenvolvimento e aqueles que escolhem os fatores da sua dinâmica. Assim, o mundo não é predeterminado por algo que transcende os seus agentes e pela impossibilidade de metamorfose; a sua construção é social, pelo que pode sofrer transformações, mesmo que limitadas. Ademais, há uma negação da ‘antecedência ontológica, tanto aos agentes quanto à estruturação’ pois ‘ambos são co-construídos’ (Messari; Nogueira, 2005: 163). Importa salientar o contexto em que o Construtivismo surgiu, pelo que a sua eclosão decorreu de ‘um debate intenso nas Ciências Sociais em geral – e nas Relações Internacionais em particular – sobre o lugar das ideias e dos valores na análise dos eventos sociais’, tal como no debate ‘sobre a antecedência ontológica dos agentes ou da estrutura’ (Messari; Nogueira, 2005: 165).

O Construtivismo é a perspetiva segundo a qual o modo pelo qual o mundo materialista forma a ação e a interação humana e por elas é formado, demonstrando que, mesmo as instituições anciãs são fundamentadas em entendimentos coletivos; são estruturas consideradas pela consciência humana, difundidas por entendimentos que, por sua vez, foram subsequentemente consolidados até serem tidos como inevitáveis.

The academic debate on identity politics has grown in the discipline of international studies since 1990s. This was partly because that identity politics was uneasy to explain, especially by employing such mainstream theories as realism and liberalism. In reality, significant events in international politics like the Second World War and the Cold War have produced a dualist rhetoric that makes a clear division between personal ideology and national objectives to such well-defined notions as democratic and dictatorial. After the ended Cold War, identity has been getting more uncertain and challenging (Nguyen, 2013: 24).

Com o término da Guerra Fria e a incapacidade de explicação das casualidades pelas teorias anas, o Construtivismo providenciou uma nova alternativa para o entendimento das mudanças dramáticas no sistema internacional. Em seguimento, explica como a nova realidade mundial fora socialmente construída.

Primeiramente, há que realçar a dinâmica construtivista que se distingue das demais premissas das Relações Internacionais. Esta, avulta a construção social e correlativa na génese estatal e, tal abordagem, poderá ser usada como âmagdo do poder político, da cooperação, do conflito ou de outro fenómeno substancial. Em continuidade e em reação ao materialismo, individualismo e racionalismo, o estudo construtivista visa assimilar os padrões e conduta, quer dos atores quer das instituições políticas.

Na vanguarda do axioma, manifesta-se a perceção de construção social e que ‘people act towards objects, including other actors, on the basis of the meaning that the objects have for them’ (Wendt, 1992: 396): num mundo socialmente construído, a existência de normas, relações de causa-efeito e os próprios Estados, dependem de uma conjuntura de significados e práticas, que os constituem (Cf. Kratochwil, 1991). Contudo, as ideias e *praxis*, tal como os padrões, sólidos e previsíveis, poderão divergir no tempo e espaço.

For instance, sovereignty is a social institution in the sense that a state can be sovereign only when it is seen by people and the other states as a corporate actor with rights and obligations over territory and citizens (and they act accordingly). The practice of sovereignty has changed over time, and the powers and identities of actually existing states have changed as well (Hurd, 2008: 300).

Guarda-se a conotação atribuída a 1945 - violações colossais dos direitos dos cidadãos, por intermédio dos seus Estados - que justificara a intervenção internacional e, consequentemente, a alteração de quotidianos. À vista disso, a soberania é passível de comuta e a autonomia de determinados líderes reduzida em detrimento da de potenciais intervenientes revolucionários.

Com efeito, as ideias que delimitam a política internacional transcendem credos

individuais - incluem preceitos intersubjetivos e institucionalizados, tal como ‘suggests that material forces must be understood through the social concepts that define their meaning for human life’ (Hurd, 2008: 301). Pela contemplação do construtivismo, as crenças, expectativas e interpretações são inevitáveis, aquando da reflexão sobre as tramas internacionais: claramente, a demanda centra-se no estudo da forma como certas matérias afetam a política mundial.

O interesse nacional surge como cerne das Relações Internacionais e da análise da política externa, pelo seu foco no conteúdo social da produção de vínculos internacionais. Alexander Wendt afirma que ‘actors acquire identities - relatively stable, role-specific understanding and expectations about self - by participating in collective meanings’ (Wendt, 1992: 397), o que sugere que os interesses são produzidos parcialmente pelas identidades. A constituição social de determinado interesse envolve as motivações e identidades dos atores políticos, que poderão ser influenciados pela sua interação com outrem ou outros ambientes sociais.

Crê-se que, os Estados procuram potencializar os seus interesses e demanda pela sobrevivência, poder e riqueza, na medida em que são atores sociais, cujos comportamentos subsistem de acordo com os preceitos domésticos e internacionais. Adicionalmente, o Construtivismo salienta o significado de identidade na política internacional, já que a ‘identity as agent refers to the way people declare for themselves and think of the others’ (Nguyen, 2013: 24). Cada indivíduo adquire as suas próprias ideias para construir significados sociais no mundo. Para os Estados Unidos, o facto da Rússia, da China ou do Irão possuírem armas nucleares, apresenta-se com um peso muito maior do que reconhecerem a mesma posse por parte da França ou da Grã-Bretanha. Entendem eles que, as armas nucleares britânicas não são nocivas, dada a relação de aliança que atualmente as duas nações mantêm. Porém, as mesmas armas existirem em solo iraniano, adquire catalogação imediata de perigo eminente, pela larga diferença de identidades e valores entre as duas sociedades. Para os construtivistas, este pode representar um exemplo de como a identidade, crença, valores ou ideais de outrem são importantes na política de intervenção internacional. Declare-se que, em convergência com o intento deste estudo, as ideias nacionais

devem ser o ponto fulcral e de partida para a análise e explicação dos comportamentos externos dos Estados Unidos, uma vez que a sua ‘identity partly represents a function of foreign policy and self-defined image’ (Idem: 25).

Therefore, in the Cold War period, US national identity as the guardian of liberty, democracy and human rights was partly stemming from placing it in proximity to the Soviet Union which was supposed to be totalitarian (...). What makes constructivism theory different from material based theories is that constructivism put forth that national identities are the foundation of national interests which strongly impacts foreign policy formulation (Idem).

Enquanto que as teorias baseadas no materialismo concentram-se na função do seu próprio poder material, o Construtivismo salienta que os interesses resultam das ideias: as ideias que os criadores das políticas externas têm sobre os Estados Unidos estabelecem a fundamentação dos seus interesses nacionais. Note-se que, os comportamentos políticos internacionais não têm um único padrão fixo, pelas identidades e interesses serem mutáveis. Portanto, assevera-se que, as ambições nacionais são formadas internamente através de processos de interação social. Compreende-se a atitude norte-americana face às relações com estados democratas liberais, díspar das com os demais não democráticos.

A fundamentação e conduta da política externa dos Estados Unidos tem reivindicado um foco primário entre os construtivistas, com a aplicação da teoria a vários estudos centrados na dinâmica social da nação, já que houve uma revelação de dimensões da política externa que foram previamente omitidas; ‘particular attention is paid to the linguistic tools used by American foreign policy maker’, com vista à criação e posteriormente realce da identidade nacional norte-americana, ‘in order to justify its foreign policy goals and actions’ (Badie; Folker, 2012: 104).

O processo de interação sobre o qual as identidades e interesses se desenvolvem agiliza a comunicação e, à vista disso, o uso da linguagem para o estabelecimento de significados sociais partilhados. Nesse sentido, as palavras e narrativas usadas pelos políticos, para a interação e compreensão do mundo, providenciam a evidência de que

as realidades sociais sobre as quais os políticos agem são construídas.

While sharing a commitment to language and discourse is central to foreign policy analysis, the constructivist FPA literature or speech acts and language games differs from the boarder discursive bracketing sholarship in that it draws from the study of pragmatic linguistics to focus on and identify specific rules of speech (...). It follows Onuf's original conception of constructivism that operationalizes linguistic tools to understand how language determines the rules of the game in international relations (Idem: 108).

‘Asking why requires scholars to begin by examining the agent, while asking how involves highlighting the discursive structural constraints’. Esta estratégia assume que o significado linguístico e discursivo existe ‘prior to agency’ e a linguagem constitui um poder que, nem emana de agentes preexistentes nem necessariamente segue de preferências ou motivações individuais: ‘rather, preexisting discourses and linguistic structures affect policy by shaping the range of possibilities’ (Idem). Não obstante, o discurso apresenta-se como uma das categorias essenciais da análise construtivista, não negando a materialidade e racionalidade de um ‘mundo lá fora’, ao qual os atores político se referem através dele.

Para Nicholas Onuf, ‘we make the world what it is, from the raw materials that nature provides, by doing what we do with each other and saying what we say to each other. Indeed, saying is doing: talking is undoubtedly the most important way that we go about making the world what it is’ (Onuf, 1989: 59). A virada linguística, à qual o referido académico reclama parcela, introduziu ao debate das Relações Internacionais a conceção de que a linguagem não seria somente uma efígie da realidade material social, e sim ferramenta de interpretação de significados. Em seguimento, o ato de fala¹² (*act of speech*) trata-se de uma ‘form that gets someone else to act’, ao qual o dilucida por intermédio de uma panóplia de exemplos:

(1) You assert that duck season has begun (you might actually say, ‘Duck season has begun!’). (2)

¹² Segundo Onuf (1989), conceito adquirido de *Wittgenstein*.

She demands that we all go duck hunting (she might actually say, 'Let's go duck hunting!'). (3) I promise to roast duck for dinner (I might actually say, 'I'll cook!'). The generic form for a speech act is: I (you, etc.) hereby assert (demand, promise) to anyone hearing me that some state of affairs exists or can be achieved (Idem: 66).

Estes protótipos, afirma, sugerem que os atos de fala recaem em três categorias: 'assertive speech acts, directive speech acts, and commissive speech acts' (Idem).

Do ponto de vista da pragmática, discurso refere o modo como os significados são atribuídos e trocados por interlocutores em contextos reais. Num discurso particular, os enunciados são compreendidos por meio de referência a um conjunto particular de ideias, valores ou convenções que existem fora das palavras trocadas. Esta noção opõe-se à noção de texto que é encarado como pertencente ao domínio do sistema linguístico e como produto, enquanto discurso pertence ao domínio da linguagem em uso e é visto como processo (Xavier; Mateus, 1992: 242).

Assim, o discurso apresenta-se como qualquer ocorrência linguística - ou não linguística - que transluz uma mescla de sentidos partilhados. Este será usado perante um recetor que terá de o entender, reconhecendo os significados pelo verbo propagados.

É reconhecível que, os discursos políticos presidenciais norte-americanos são ricos em menções para a coletividade e em harmonia entre retórica, texto e contexto sócio-histórico. A retórica política norte-americana recorre a máximas populares entre a nação, a morais ancestrais e ditos que se arrastaram pelos séculos e que emocionam os cidadãos. Recorrerão os presidentes americanos a uma retórica apocalítica e religiosa somente para alcançarem a estima do povo?

Ambos presidentes, George W. Bush e Barack Obama, adornaram a sua retórica com Deus, a Bíblia, a 'missão americana', a fé individual, e ambos são cristãos devotos. Contudo, muitos duvidaram da fé de Obama e nunca da de Bush. Terá sido a menção religiosa exaustiva retórica de Bush a razão para a desconfiança em Obama? Terá Bush recorrido, no seu discurso, a conceitos socialmente construídos e

reconhecidos com mais veemência do que Obama?

Society is a complex institution within which many other related institutions are to be found. Agents are likely to act as if their society's boundaries are clear and accepted, even if observers, including agents, have a hard time specifying those boundaries to anyone's satisfaction (Onuf, 1989: 73).

Axiomático é que, Onuf também considera o mundo uma construção social, 'tudo está em permanente evolução, e que a mudança é permanentemente possível' (Messari, Nogueira, 2005: 172).

Em suma, a atenção construtivista na construção social dos interesses e identidades políticas introduz a relação entre as estruturas e os seus agentes, na medida em que 'suggests that the actions of states contribute to making the institutions and norms of international life', e estas contribuem 'to defining, socializing, and influencing states' (Hurd, 2008: 304): quer as instituições, quer os atores poderão ser redefinidos neste processo. O mútuo reconhecimento de uma constituição social entre ator e estrutura demonstra ser de relevante importância para as Relações Internacionais, já que os Estados preocupam-se simultaneamente em calibrar a sua conduta com as regras preestabelecidas e reordenar a legislação para que se coadune com o seu comportamento.

International norms are simultaneously the products of state actions and influences upon state action. Thus, the idea that states and the international environment are mutually constituted is inherent in the constructivist approach' (Idem).

A alvorada da abordagem construtivista encorajou o estudo empírico e filosófico face às Relações Internacionais, tal como chocou com outras anteriormente tratadas e solidificadas: *id est*, o foco nas normas internacionais deram lugar ao comportamento estratégico e o racionalismo ao Construtivismo.

1.2.2. Para além da *Utopia*: delimitação da teoria liberal nas Relações Internacionais

Os pensadores e filósofos clássicos, que reiteraram ideais liberais, emanaram dos seus escritos conceitos chave para a compreensão de uma componente teórica de considerável valor na política externa norte-americana – o Liberalismo. Este, incorpora uma panóplia de princípios que, querem-se, assegurem a liberdade individual e a propriedade privada. Estas retóricas filosóficas emergiram no final da Idade Média, quando um novo ciclo se iniciava - a sociedade capitalista; advêm dos ensinamentos ocidentais direcionados para o exórdio da teorização, a respeito do posicionamento de determinado indivíduo na sociedade, do carácter do Estado e da legitimidade das suas instituições. De natureza igual, o legado liberal emanava apreensão face às relações entre o indivíduo e as componentes sociais e governamentais nas quais se inseria. Sabe-se que, a referida preocupação com a liberdade individual e coletiva sucede os ensinamentos iluministas, que asseveravam a importância da razão do homem.

At first glance Locke may appear an unlikely candidate for such a study. International relations were not the primary focus of his work, and foreign affairs is treated less systematically by Locke than other modern political philosophers such as Machiavelli, Grotius, and Kant (Ward, 2006: 691).

Porém, pela sua índole profícua na tradição liberal, pela autoria do *Primeiro Tratado sobre o Governo Civil* - crítica explícita ao direito divino dos reis e anuência à separação entre o Estado e a Igreja - como do *Segundo Tratado do Governo Civil* - teorização do Estado Liberal e propriedade privada - e este ser um dos pilares fundadores da política nos Estados Unidos, será oportuno recorrer ao, tido por muitos, pioneiro teórico liberal, John Locke: ele propalou a teoria de que o homem era naturalmente livre e dono de si, recusando considerar o absolutismo - ‘no one ought to harm another in his Life, Health, Liberty or Possessions’, e qualquer indivíduo ‘is

bound to preserve himself'¹³. Locke, cuja influência profunda, duradoura e patente no pensamento político, ressaltou as imperfeições do sistema absolutista. No ensaio supracitado, ele expõe a sua teoria do Estado, referindo fundamentos da associação política e salientando o domínio e as leis que o conservam e o dissolvem. Aliás, as premissas propagadas por Locke pareciam - aos colonos - racionalizar a experiência dos americanos e, apesar das suas teorias não apresentarem comprovação de serem passíveis de concretização, tal apenas salientava que estavam destinadas àquele povo, para fazê-las valer naquele novo lugar, destinado a eles por Deus.

Em virtude da insistência no conceito de liberdade e tolerância, Locke é considerado um dos precursores da democracia liberal e uma das principais vozes que os colonos ingleses elegeram para justificarem a sua nova sociedade no *Novo Mundo*. É certo que, a liberdade e tolerância teriam, para eles, cunhas religiosas, já que pela emancipação do credo, partiram para o continente americano. Suplementarmente, Locke - 'the great founder of modern liberal individualism' (Badie; Berg-Schlosser; Morlino, 2012: 1434) - que insistiu nos Estados derivados dos direitos individuais à vida, liberdade e propriedade - providenciou os fundamentos da lei internacional; Immanuel Kant será igualmente detentor de relevância para o presente estudo, na medida em que era assumidamente republicano liberal, 'who theorized an internationalism that institutes peace among fellow liberal republics' (Idem: 1434). Evoque-se a tradição liberal republicana, que incorpora o individualismo e o comércio liberal, e que exerceu uma feroz influência 'on contemporary liberal international relations theory', tal como especula que os 'liberal states are peaceful with each other, but they are also prone to make war on nonliberal states' (Idem: 1435). Foram os liberais clássicos republicanos - *id est* Jeremy Bentham ou Giuseppe Mazzini - com Kant na dianteira teórica, que previram as instituições internacionais como agentes ativos no desmembramento da incerteza e na reforma da segurança mútua entre Estados; 'thereby attenuating the security dilemma and actively promoting international cooperation and world peace' (Idem: 1437).

¹³ John Locke, *Second Treatise* [1690] 1988, seção 6. No decorrer da restante narração, será indicado o tratado (I/II) e página do mesmo.

O crédito cedido a Locke prende-se na base moral dos agentes ou instituições políticas nas Relações Internacionais, e reflexões dos mesmos face à sociedade alóctone: não será precário atestar a elevação da moral no histórico presidencial norte-americano. Detenha-se o princípio anti-agressão lockiano como visão normativa das Relações Internacionais, ‘that combines both a deep respect for the idea of self-government, as well as morally compelling authorization for direct violations of the principle of sovereignty including military intervention, punitive war, and even lawful conquest and occupation’ (Ward, 2006: 692). Ademais, crê que, a lei natural dar-se-ia ‘in vain, if there were no body that in the state of Nature, had a Power to execute that, and thereby preserve the innocent and restrain offenders’ (Locke, II: 7).

Na vanguarda, Locke argumenta que determinado agente ou instituição poderá punir ou até exterminar seja qual for o ‘enmity to his being’ (Locke, II: 6). Em seguida, floresce a sua interpretação do direito corretivo em detrimento das vítimas de agressão, assertando que deverá haver igualmente a regalia de ‘every man’ ou ‘every other Person’ (Locke, II: 8,10) intervir no combate ao agressor que ameaça outrem: ‘the law of nature is a mixed blessing providing the state of nature with both its moral foundation and its fundamental problem’ (Ward, 2006: 693).

Contudo, o estado de natureza demonstra ser a primeira grande comprovação lockiana de que esta é a condição imutável para as Relações Internacionais, ‘since all Princes and Rulers of Independent Governments all through the World, are in a State of Nature, ’tis plain the World never was, nor ever will be without Numbers of Men in that State’ (Locke, II: 14). Identificar um estado de natureza internacional sugere que os líderes de sociedades independentes conservam a liberdade e igualdade natural dos seus cidadãos, autonomamente de alianças e pactos que possam preservar com outras *commonwealths*¹⁴. Tal sugere igualmente que, as comunidades independentes não se sujeitam a autoridades supremas seculares, reivindicando o papel de protagonistas no cenário internacional: ao remover a possibilidade do estado de natureza internacional engendrar uma legislatura comum, Locke exclui o palco para um governo global.

¹⁴ Com salvaguarda à sua conotação controversa oriunda do radicalismo da guerra civil inglesa, Locke emprega esta expressão como sinónimo de ‘Independent Community’ (Locke, II: 133).

Prevê-se então que, cada Estado autónomo encarrega o seu governo de exercer a sua política externa com liberdade e autoridade moral. Este fora um poder natural atribuído ao homem, ‘before he entered into Society’ (Locke, II: 145).

Em seguimento, Locke propõe a reivindicação radical ‘that selfgoverning commonwealths in the international sphere are no less subject to punishment’ - já que viola a lei natural - ‘than are individuals in the state of nature’: a não agressão não é análoga a não intervenção; o seu esforço em permutar a retórica soberana pela lógica da supremacia regulamentar, demonstra a renúncia de ideais imperantes face ao reinado. Todavia, auxiliou no estabelecimento de uma justificativa moral, baseada nos princípios da justiça natural intrínseca e superior ‘to the claims of political sovereignty deriving from the consent of the community’ (Ward, 2006: 692). É acurado que, Locke contemplava o estado de natureza como condição transversal nas Relações Internacionais, pelo que se compreende que, quiçá, a norma internacional que emana da sua lei natural assenta na regulação do conflito e cooperação no seio das sociedades independentes.

De acordo com Locke, a condição de natureza humana é ‘a State of perfect Freedom’ tal como ‘a State of Equality, wherein all Power and Jurisdiction in reciprocal, no one having more than another’ (Locke, II: 4).

The moral plan upon which independent peoples interact and conflict in international society has both a natural and a conventional or legitimist foundation (Ward, 2006: 697).

Pela lente de Locke, o fundamento natural da sociedade internacional repousa na distinção entre governo e sociedade: esta sendo uma associação ‘by the consent of every individual (Locke, II: 96) e o governo civil a sua obra e dela inseparável.

The dissolution of government by conquest or revolution exposes the fundamental distinction between these two interrelated, but discrete modes of existence (Ward, 2006: 698).

A implicação da distinção para a arena internacional assenta na ‘commitment to social

union’ (Idem: 698), de formar uma única sociedade de valores e moral que se elevasse e transcendesse a qualquer dissolução de um determinado governo de uma determinada associação de indivíduos: Locke acreditava que as pessoas existiam na sociedade, e não esta nelas.

Sendo os homens todos naturalmente livres, iguais e independentes, ninguém podia ser tirado deste estado e submetido ao poder político de outrem sem o seu próprio consentimento, pelo qual pode convir, com outros homens, juntar-se e unir-se em sociedade para sua conservação, para sua segurança mútua, para a tranquilidade da sua vida, para desfrutar pacificamente do que lhe pertence no sentido próprio, e estar melhor ao abrigo dos insultos dos que quisessem prejudicá-lo e fazer-lhe mal (Chevallier; Guchet, 2004: 99).

Em suma, destas filosofias clássicas lockeanas, poder-se-á transportar para a contemporaneidade o debate da ética de intervenção e de soberania perante Estados débeis. A respeito da ética de intervenção, o debate fundamenta-se em problemáticas territoriais, emancipação política e no direito - ou falta dele - de nações soberanas interferirem nas adversidades internas de outras nações. É do entendimento comum que Locke não demonstrara interesse ou intenção de que as instituições internacionais interviessem ou cambiassem líderes, valores ou convicções de sociedades perfeitamente lideradas – independentemente de humanamente bons ou maus líderes. Veja-se a sua reflexão sobre a invasão turca da Grécia, como ilustração do direito natural de revolução, um convite para os gregos ‘cast off the Turkish yoke... whenever they have the power to do it’ (Locke, II: 192). Claramente, há um axioma de direito à liberdade da sociedade grega, ou qualquer outra impossibilitada de se autogovernar, mesmo que se tenha desapossado da sua independência política.

O liberalismo é uma doutrina política que, utilizando ensinamentos da ciência económica, procura enunciar quais os meios a serem adotados para que a humanidade, de uma maneira geral, possa elevar o seu padrão de vida (Stewart, 1988: 13).

Certo é que, até à alvorada do presente século, a formulação do ideário liberal fora construída alicerçada ao estudo de obras e pensadores clássicos. Relembre-se que, o Liberalismo surgiu em oposição ao poder monárquico absoluto e ao mercantilismo¹⁵, a este regime associado.

What does not seem to be in doubt is that liberalism as a set of ideas, and as a first tentative approach to the treatment of political and social problems, began in the Enlightenment (...). Nationalism helped. In some of its versions nationalism was the natural ally of liberalism, as was an efficient system of railways, posts and telegraphs, and uniformity of weights, measures and currency. Anything which emphasised centrality as opposed to locality, the nation-state as opposed to local and provincial loyalties, helped the new against the old (McClelland, 1996: 428).

Naquela época, o conceito liberal que irrompia - e que se opunha ao absolutismo pleitado pelos monarcas - mostrava ser de cariz substancialmente político. Apenas nos finais do século XVIII, ‘a ideia dominante entre as elites intelectuais’ passou a ser o Liberalismo e ‘ser um intelectual era sinónimo de ser liberal’ (Stewart, 1988: 21). Doravante, a liberdade económica e política determinava um novo rumo social mundial: as monarquias absolutas fraquejaram, deu-se a separação entre a Igreja e o Estado e a fundação dos Estados Unidos como primeiro regime constitucional. Independentemente de alguns lhe terem atribuído ao Liberalismo a conotação de explorador da classe baixa, fora esta a grande beneficiada, já que possibilitou a diminuição da mortalidade infantil, a criação de mais postos de trabalho e o aumento da produtividade. Reconhece-se, portanto o mérito no irrefutável progresso económico: o notável sucesso do liberalismo foi o capitalismo.

Porém, o sucesso liberal, o capitalismo e a geração de riqueza sem precedentes, mesmo que a génese teórica ainda não estivesse delimitada, arruinou as instituições sociais que outrora o tornaram exequível: a riqueza produzida - cem anos antes seria

¹⁵ ‘O mercantilismo se baseia no conceito de que, quando alguém ganha, alguém perde. Está implícita nessa noção a ideia de que a riqueza é uma grandeza definida, de que a maior riqueza de uma nação só poderia existir como fruto da pobreza de outras nações’ (Stewart Jr., 1995: 20).

algo inconcebível - era vista como regalia de todos. Relembre-se a teoria marxista, propagada com enorme sucesso no mundo, que suponha o comunismo como inevitável estágio decorrente ao capitalismo. Queria-se, pois, a produção introdutória de riqueza para que esta fosse socializada.

A título de fundamento argumentativo, é inteligível que as máximas marxistas e socialistas tenham suscitado a aprovação e devoção das massas. Eugen von Böhn-Bawerk referira que estas seguiram o seu instinto emocional, em detrimento do crítico, independentemente da fundamentação daquilo que respeitavam (Cf. Böhn-Bawerk, 1982). Essa conduta da população é concebível, o mesmo não poderá ser dito da fina flor intelectual política: ‘essas elites têm preferido defender medidas de cunho intervencionista que, embora momentaneamente agradáveis, provocam necessariamente efeitos perversos’ (Stewart, 1988: 23).

O término da Primeira Grande Guerra assinalou o surgimento de regimes totalitários, de carácter soberano: na URSS eram implementadas normas comunistas, cuja índole de extermínio fora somente revelada por Aleksandr Solzhenitsyn¹⁶ e o reconhecimento da inépcia social por Mikhail Gorbachev¹⁷; na Itália dava-se a instauração do fascismo que forçava a submissão popular aos desígnios do poder central; na Alemanha verificava-se o regime nazi, idêntico ao fascismo italiano, que eventualmente irrompeu com a Segunda Guerra Mundial e o primeiro grande extermínio da história da humanidade. É nessa conjuntura de terror mundial que ocorreu o *renascimento*¹⁸ do pensamento liberal, com especial afluência por parte das nações ‘renascidas’ do pós-tumultuosos conflitos no território europeu.

Na Alemanha, Adenauer, tendo Erhard como ministro da economia; na Itália, De Gasperi, tendo Einaudi como seu mentor económico; e na França, após o retumbante fracasso da Quarta República,

¹⁶ Personalidade capaz de denunciar o regime totalitário vigente na União Soviética, nomeadamente os campos de trabalhos forçados do antigo regime.

¹⁷ Último líder da União Soviética, que esteve envolvido no término da Guerra Fria e dissolução da unidade comunista.

¹⁸ A expressão *renascimento* é banalmente utilizada como vocábulo metafórico. Dita a plena acessão da palavra o renascer de algo preexistente. O Liberalismo é, para todos os efeitos e propósitos, uma ideia moderna, já que a sua teoria fora somente divulgada na contemporaneidade. Apesar de o ideário liberal existir desde um período muito anterior ao das Grandes Guerras, a sua teoria de base definida e difusão como alvo de estudo teórico apenas foi concebida recentemente.

De Gaulle, tendo como chefe de sua assessoria económica Jacques Rueff, conseguem realizar o milagre de, em prazo relativamente curto, soerguer economicamente os seus países (Idem: 32).

Será importante denotar o neoliberalismo que se verifica na atualidade. Posto a queda do muro de Berlim e o estigma de não se ser socialista/de esquerda, vários foram os autores liberais ostentados que, na brecha do fiasco socialista, viram os seus escritos publicados e os seus ideais defendidos popularmente: entre eles a privatização da economia e a cessação do controlo supremo do Estado.

Capítulo II - A Política Externa dos Estados Unidos da América: teorias, dinâmica e evolução

A política externa representa determinados anseios nacionais, valores que a fundamenta e recursos utilizados na sua demanda, projetados nas suas relações com as entidades estrangeiras. Deveras, subordina-se aos atores e instituições envolvidas e aos ideais, normas e crenças por eles propagados. Reitera-se que, o desfecho da Guerra Fria encetou a emenda da análise da política externa - APE/FPA¹⁹ -, conferindo-lhe valor no estudo e dinâmica da política internacional, tal como no papel dos seus atores.

O aparente fracasso das teorias tradicionais dominantes em prever ou elucidar o colapso do bloco soviético, bem como a complexidade e fluidez do mundo pós-bipolar que lhe seguiu, vieram realçar a utilidade de modelos teóricos menos centrados em variáveis sistémico-estruturalistas (Raimundo: 139. Cf. Freire, 2011).

Dessarte, a relevância do processo de formulação política surge em detrimento da análise dos seus resultados, tal como ‘os novos desafios do pós Guerra Fria cimentaram a convicção de que as teorias tinham de reconhecer que, com cada transformação sistémica’ haveria uma ‘vontade e imaginação humana’ que seriam ‘fundamentais ao influenciar a condução dos assuntos globais’ (Freire, 2011: 16). O Estado empenha-se em decifrar o comportamento dos demais agentes internacionais, para agir em conformidade e conspecto num ambiente mundial favorável. Adicionalmente, granjeia prosperar a sua influência além-fronteiras nacionais.

Em contrapartida, a idiosincrasia estatal face ao externo deriva da esfera interna: os conflitos, alianças, imperialismos, tramas diplomáticos ou comportamentos isolacionistas advêm das pressões políticas ao nível doméstico, de ideologias

¹⁹ *Id est*, Análise da Política Externa/Foreign Policy Analysis.

individuais e/ou coletivas, da opinião pública ou simplesmente de interesses económicos e sociais. Será de importante relevância para este estudo a menção do comportamento individual das figuras do Estado, pois dele exalam motivações, percepções e valores que auxiliam a APE de estipulada nação.

(...) o impacto das características pessoais de um líder na política externa aumenta quando a sua autoridade e legitimidade são amplamente aceites pela população ou, em regimes autoritários ou totalitários, quando os líderes são protegidos de amplas críticas públicas (...). A auto-imagem do líder – a crença de uma pessoa na sua capacidade para controlar os acontecimentos de forma política (conhecida como ‘eficácia política’) – também influenciará o grau em que os valores pessoais e as necessidades psicológicas governam o processo de decisão (Freire, 2011: 31).

A Psicologia Política²⁰ assiste o investigador no entendimento das metas do indivíduo: sob certas adversidades - stress, incerteza, posições dominantes - as características individuais do agente político tornam-se cruciais na razão da política externa. A Cultura²¹ poderá igualmente afetar o seu cognitivo; os processos que envolvem as decisões de teor político poderão estar estampados na herança e interação sociológica individual. Similarmente, os lobbies políticos, aliados a circunstâncias estatais, condicionam a decisão dos líderes, por intermédio das suas múltiplas valências. Não é atribuída ao acaso a relevância ao lobby israelita na fundamentação da política externa norte-americana: ‘composto por uma coligação informal de indivíduos e grupos, o lobby israelita tem mobilizado um nível assinalável de apoio material e diplomático para persuadir os decisores americanos a manterem uma política de apoio a Israel’ (Freire, 2011: 38).

No presente capítulo, pretende-se analisar a ligação entre os Estados Unidos e o

²⁰ ‘[As variantes da Psicologia Política] are central to the explanation of individual beliefs, preferences, and decisions, and to decision-making in small groups and organizations as well as states’ (Huddy; Levy; Sears, 2003: 253).

²¹ ‘America’s status as the greatest and most influential nation on earth comes with certain inescapable realities. Among these are an abundance of enemies wishing to undermine us, numerous allies dependent on our strength and constancy, and the burden of knowing that every choice we make in exercising our power—even when we choose not to exercise it at all—has tremendous human and geopolitical consequences’ (Marco Rubio - in *Restoring America’s Strength*, artigo disponível no site oficial do Council on Foreign Relations: <http://www.cfr.org>).

resto do mundo, nomeadamente a sociedade transatlântica: dela advêm eles, como já sumariamente tratado no capítulo prévio. Serão igualmente referenciadas as teorias, evolução e dinâmica na intervenção além-fronteiras, considerando o objeto de estudo de caso: a análise do recurso a conceitos religiosos na retórica de justificação da política externa norte-americana.

Uma leitura crítica do processo de ação política americana de teor externo ‘suggests that no single source category can dictate American foreign policy’ (Nguyen, 2013:21), pelo que a assimilação da sua dinâmica carece que se leve em consideração os eventos e *praxis* no sistema internacional. Para a compreensão da abordagem americana nos assuntos mundiais, o investigador que se debruce na temática deverá compreender variadas questões como a Constituição americana, o impacto do Congresso, o regionalismo, o papel da tradição missionária ou o peso da máxima de democracia e nacionalismo. Walter Russell Mead afirmara que esta multiplicidade de influências encaminhou para a emergência de uma tradicional política externa competitiva, ao invés de uma única unificadora nacional: ‘throughout the U.S. rise to world power, most observers have believed that the country did not care very much about foreign policy and was not very good at it’ (Mead, 2009: 1). Em seguimento, ressaltava a tendência ‘to reduce the American foreign policy tradition’ a um espólio de ‘moralism and isolationism’ (Mead, 2009: 8), cujos valores em que assenta ‘inform a global consensus’, tal como domina ‘to an unprecedented degree the formation of the first truly global civilization our planet has known’ (Mead, 2009: 10).

Tal como em qualquer outra nação, os Estados Unidos sensibiliza-se diante das contingências dominantes no âmbito político mundial. Dessarte, o governo norte-americano examina detalhadamente as vicissitudes internacionais, aquando da ponderação do seu comportamento externo. Resumidamente, ‘the making of US foreign policy is impacted by events in the international politics’ (Nguyen, 2013:21).

É certo que, os problemas que assolam a sociedade norte-americana e que condicionam a sua política derivam progressivamente do exterior. Contudo, ‘os EUA continuam a dominar a situação internacional através das suas estruturas políticas e militares (mas muito menos através das económicas)’ (Sylvers, 2003: 32). Detenha-se

que, não é pretendido aqui desconstruir as diretrizes da política externa norte-americana e sim os seus fundamentos, as teorias que interpretam o seu *modus operandis*, a dinâmica e, maioritariamente, a sua evolução desde a Primeira Guerra Mundial até à atualidade. O intento nesta temática de intervenção externa, firma-se pelo seu cariz ideológico, apenas factível por intermédio de uma nação inflente; o crédito cedido às suas relações transatlânticas subsiste porque ‘afinal de contas, o terrorismo, os narcotraficantes ou qualquer líder rebelde do ex-Terceiro Mundo são pouca coisa em comparação com o confronto global vivido com a URSS e com os seus aliados’ (Sylvers, 2003: 147).

(...) o facto é que nos Estados Unidos se levantou com vigor a questão da identidade nacional e do significado a dar aos valores da liberdade e da democracia, palavras utilizadas com grande facilidade nos discursos públicos e nas conversas (Sylvers, 2003: 147).

A arenga que envolve todo o enredo de carácter identitário sintetiza-se na ação política. A realidade histórica e retórica adotada realça o quão delicada e particular é a configuração social dos Estados Unidos: um país de imigrantes, em busca de realização pessoal, económica, social e religiosa, fundida pela ligação comum ao território. A auto reivindicação de serem um país para o qual as pessoas caminham, provindas dos demais locais e procurando liberdade e melhoria social e económica, já inexistente no seio da sua sociedade, encontra-se devidamente citada em St. John Crèvecoeur. Este cidadão proveniente da França do século XVIII referenciou, nas suas *Cartas de um Cultivador Americano*²² em 1782, que o indivíduo americano, novo, mas descendente de europeus, arrecada em si uma mescla jamais encontrada noutro país. Note-se, em seguimento, a citação localizada na Estátua da Liberdade;

²² *Letters from an American Farmer and Sketches of Eighteenth-Century America* (Crèvecoeur, 1981: 68 - 69): ‘In this great American asylum, the poor of Europe have by some means met together, and in consequence of various causes; to what purpose should they ask one another what countrymen they are? Alas, two thirds of them had no country. Can a wretch who wanders about, who works and starves, whose life is a continual scene of sore affliction or pinching penury - can that man call England or any other kingdom his country? (...) *Ubi panis ibi patria* is the motto of all emigrants. What, then, is the American, this new man? He is either an European or the descendant of an European; hence that strange mixture of blood, which you will find in no other country’.

um fragmento do soneto, *The New Colossus*, da autoria de Emma Lazarus²³ destinado à nova nação: *Give me your tired,/ your poor,/ Your huddled masses yearning to breathe free,/ The wretched refuse of your teeming shore./ Send these, the homeless, tempest-tossed to me,/ I lift my lamp beside the golden door!*²⁴

Dessarte, a atitude norte-americana deverá ser analisada com lente no espectro das suas instituições democráticas e forma de vida, na medida em que, desde a guerra de 1812, ‘the American people gave their main attention to internal development’ (Figueiredo, 1969: 202). Certo é que, a peculiaridade e bipolaridade da política externa dos Estados Unidos decorreu das experiências do povo ao longo da sua história, sendo estas nitidamente díspares das demais sociedades. O embalo individualista e a crescente dubiedade perante a identidade coletiva adveio ‘da crescente globalização da economia internacional: não só o capital norte-americano vagueia por toda a parte, como nas grandes metrópoles norte-americanas estão verdadeiramente representadas todas as raças e etnias’ (Sylvers, 2003: 148). Aliás, um fator determinante da política norte-americana assenta nas tensões sociais colossais, ao nível das mudanças e impulsos étnicos e raciais. Atesta-se que, seja qual for a controvérsia no território, esta decorre da sua formação demográfica em célere transformação - salvo os indígenas americanos, os Estados Unidos constituem-se num aglomerado de imigrantes, dado que ‘they or their ancestors migrated to North America within the past four centuries, and they cannot entirely forget who they are and where they originated’ (Figueiredo, 1969: 201). A grande maioria descende da Europa e, em tempos de crise, amam ou odeiam a sua velha casa. Retenha-se que, a vaga migratória para o *Novo Mundo* traduziu-se numa mistura de sentimentos de

²³ (1849–1887); a estátua da liberdade - oferecida à nação por Frédéric Auguste Bartholdi - representa, compreensivelmente, uma imagem de liberdade e fora, já por inúmeras vezes, reconhecida como o símbolo da América e dos seus valores. Os imigrantes que atracavam os seus barcos no porto norte iorquino, avistavam primeiramente este monumento (92.9m de altura), sabendo por certo que estariam a alcançar a terra livre, recheada de possibilidades. O poema da judia Lazarus veio tonificar o simbolismo criado pelos imigrantes: inicialmente redigido com vista na angariação de fundos para o pedestal da estátua, retrata uma mulher, *Mother of Exiles*, apelando aos demais que lhe enviem os mártires. Complementarmente, *Colossus* remete à gigantesca estátua, Colosso de Rodas, construída na Grécia Antiga, como agradecimento e comemoração da retirada dos invasores; ao nomear o seu poema como o novo Colosso, reitira que a estátua pretende representar o acolhimento e não a repressão.

²⁴ *Dai-me as vossas massas cansadas,/ pobres,/ amontoadas, que desejam ardentemente respirar liberdade./ Dai-me os rejeitados miseráveis das vossas margens transbordantes./ Enviai estes, os sem-abrigo, lançados pela tormenta até mim, / eu elevo o meu lampião ao lado da porta dourada!* - Tradução pessoal.

medo ou repressão da opressão e pobreza ou perseguição que sofreram nas suas Terras Natal: ‘these contradictory forces necessarily produce great political conflicts in the United States whenever Europe is in danger’ (Idem: 201).

Considere-se também a geografia isolada da nação que, em última instância, justifica as atitudes da população face aos estrangeiros.

American thinking has also been deeply affected by living for three hundred years in a vast continent with open spaces for new settlement (...). The long experience of the frontier has thus created habits of thought and an optimistic attitude towards material progress which do not always fit the facts of the present century, and certainly not those of many foreign countries (Idem: 202).

A título de reforço argumentativo, a formação e implementação da política externa dos Estados Unidos é vigorosamente motivada pela sua estrutura governamental interna; denota-se a adoção de fontes domésticas e doutrinas propagadas por feições não governamentais norte-americanas, no exercício da sua política externa: ‘it is believed that US foreign policy reflects the core values and ideology of its domestic political system’ (Nguyen, 2013: 21). Dita a Constituição a descentralização do poder e que este quer-se repartido entre a presidência e o Congresso. Sem embargo do respeitável papel do presidente, este terá sempre de se submeter a um Congresso ativo, à complexa burocracia executiva, assumir a pressão gerada pela imprensa e, acima de tudo, pela opinião pública.

Os decisores dependem de conselheiros, chefes de departamentos e de agências governamentais e do seu pessoal burocrático para obterem informações fundamentais relativamente às decisões da política externa (Freire, 2011: 26).

Este desmembramento do poder monitoriza a política externa e garante a disseminação dos valores democráticos.

Em 2002, o Presidente George W. Bush declarava que a América não era detentora de um império ou local propício para o estabelecimento de uma *utopia*,

desejando apenas para aos demais o que sempre ambicionou para si - ‘safety from violence, the rewards of liberty, and the hope for a better life’ (Bush: 1 de junho de 2002, Washington, D. C.)²⁵. Atualmente, os alicerces de tal retórica zelam a intervenção citada, realçando que a América pretende ‘to shape and sustain a peaceful, prosperous, just, and democratic world and foster conditions for stability and progress for the benefit of the American people and people everywhere’ (The Department of State: novembro de 2015)²⁶.

Sabe-se que, os valores de liberdade, democracia, paz e prosperidade que, ao longo dos séculos, tanto embelezaram a história americana, nem sempre resultaram em estratégias de intervenção congêneres: os fatores que levaram à decisão de invasão do Iraque sugerem ‘that an apocalyptic mentality was distorting the administration’s view of reality’, uma vez que os ‘administration members continually referred to Saddam Hussein as evil’ (Judis, 2005: 6).

They did this partly to stir up popular feelings against him and for a war, but they also appear to have endowed Saddam with qualities that went beyond any empirical understanding of the man and his life (Idem).

Porém, perduraram na retórica oficial atribuindo consistência à sua política externa: ‘peace and prosperity, stability and security, democracy and defense - these are the enduring values and interests of American foreign policy’ (Jones; Wittkopf, 2008: 29). A procura incessante destes valores nas demais nações confeccionou a crença de que a invasão do Iraque poderia alimentar revoltas encadeadas que, em última instância, transformariam todo o Médio Oriente - a democracia seria implementada na Síria, no Irão e na Arábia Saudita, os militantes palestinos seriam marginalizados e ver-se-ia a queda da Organização dos Países Exportadores de Petróleo (OPEP).

²⁵ Os trechos dos discursos de George W. Bush, aqui tratados, encontram-se na íntegra no site oficial da Casa Branca: www.whitehouse.gov

²⁶ As estratégias de segurança e de missão externa, aqui tratadas, encontram-se na íntegra no site oficial do The Department of State: <http://www.state.gov>

From the Indian wars to the Mexican war of 1846 to the Philippine war of 1899 to Vietnam in the 1960s, Americans erroneously believed, just as they did before the Iraq war, that they would be welcomed as agents of political transformation' (Idem: 7).

A liberdade, que também eles por ela travaram duras batalhas, o livre comércio e a difusão de ideais e valores americanos, persistem nos intentos desta nação para o mundo. Em seguimento, a história bicentenária americana, adornada pela bipolaridade isolacionista e internacionalista, mescla-se com estratégias 'closely intertwined with idealism and realism (...), of international politics and states' foreign policy motivations, and of the problems and prospects for achieving a peaceful and just world order' (Idem: 29).

O sistema político norte-americano apresenta-se surpreendentemente individualista e dedicado ao desenvolvimento nacional: 'the whole culture always celebrated individual rights, yet laid down many restraints against potencial anarchy in the name of national harmony' (Taylor; White, 1976: 5). A fundamentação da sua política de intervenção externa alega medo e hostilidade ao estrangeiro, justificada pelas agruras passadas e tensões que a história comprova aquando da colonização do espaço. Tocqueville, no intervalo que limita a década de 1830 e 1840, constatou que os Estados Unidos assumiam um inovador sistema social, apoiado no ideal da potencialidade humana, mas adquirindo êxito pela conservação da certeza inerente das limitações do homem no seu quotidiano: 'an urge for security versus a desire for adventure in a new world; a love of individual freedom competing with collective needs; a concern for material success that might thwart the nebulous idealism in which most Americans believed; and a desire to tolerate the unusual opposed to a fear of potentially disruptive diversity' (Idem: 6).

O sucesso da Revolução Americana 'drew into its wake an already established sense of special mission among colonists' (Idem: 9), baseado nos ensinamentos puritanos. Sabe-se que, no período imediatamente posterior à sua independência, a maioria dos americanos preocupava-se com as questões de teor interno, pelo que a política externa e a participação nas questões mundiais aconteceu com a Primeira

Grande Guerra.

Para um melhor entendimento da estratégia atual dos Estados Unidos, é necessário analisar os fatores históricos que a fundamentam e a importância e evolução da hegemonia tantas vezes associada a esta nação. Ademais, será nessa minuciosa instrução que encaixar-se-ão as premissas históricas e ideológicas já debatidas e a plena compreensão da fundamentação da retórica dos presidentes.

2.1. O envolvimento norte-americano no alvoreço do século XX: do Isolacionismo ao Intervencionismo

A influência norte-americana é perceptível no espectro político internacional. Todavia, tal posição hegemónica viu o seu apogeu no decorrer do seu longo percurso de expansão, no calamitoso século XX. Os eventos europeus conferiram à nação transatlântica uma panóplia de apanágio que a elevou perante os demais países europeus, empobrecidos, desmoralizados e vulneráveis. Fora na conjuntura de empréstimos aos aliados, interesses diplomáticos e na repercussão que a Primeira Grande Guerra ia alcançando, que os Estados Unidos viram-se impelidos a nela se envolverem, distanciando-se da neutralidade desejada. Relembre-se que, apesar da emancipação das Treze Colónias e reivindicação de liberdade face à soberania britânica, no século XVIII - com o apoio da França -, mantiveram-se vínculos, maioritariamente comerciais, económicos e políticos com estes dois referidos aliados.

(...) o facto de nos anos 1920 a economia mundial ter passado por uma forte crise aliada à desatenção com a guerra e a perturbação pós-guerra, levou ao poder no Japão e na Alemanha forças políticas do militarismo e da extrema direita, esmerando-se para o rompimento do *status quo* (Simon, 2011: 76).

Com a depressão, a crise interna e o afastamento da Liga das Nações, os Estados Unidos mergulharam novamente numa atitude política de isolamento, no que às Relações Internacionais concernia. Salvo contactos comerciais e financeiros, a

emergência de uma nova guerra à escala mundial atormentava a clara preferência em se manterem isolados e, em último caso, neutros em conflitos de grandes dimensões.

A queda da França e o ataque aéreo à Grã-Bretanha influenciaram na mudança de posicionamento estadunidense, pois lhes mostrou o poder da máquina militar alemã e, se os ingleses caíssem, os Estados Unidos ficariam sozinhos contra uma forte colisão militar. Diante dessa possibilidade, a preparação para a guerra foi acelerada (Idem: 77).

Doravante, a imparcialidade dissipou-se gradualmente e novas medidas foram tomadas pelo governo norte-americano: ‘o ataque a Pearl Harbor uniu mais a nação do que qualquer outra feita poderia ter unido, fazendo com que passasse a dedicar todos os recursos e energias à guerra’ (Idem: 78).

Términos conflitos mundiais e rendimentos económicos proveitosos obtidos provindos destes, proporcionou aos Estados Unidos consolidar-se como potência hegemónica; a Europa, outrora principal parceira em trocas mercantis, lidava com inúmeros problemas decorrentes dos conflitos travados no seu solo. Diante de um panorama internacional desfavorável, os líderes de 44 países reuniram-se em Bretton Woods - uma cidade do nordeste dos Estados Unidos - com mira na regulamentação do sistema monetário internacional e superação do bloqueio comercial internacional. Uma das deliberações aclaradas na conferência atestava o dólar americano como a nova moeda internacional e o estabelecimento de um regime monetário cambial baseado em taxas fixas (Cf. Carvalho, 2004). Tal demonstrou ser de sublime valor, pelo que robusteceu o processo hegemónico da nação, tal como lhe atribuiu um papel dominante sobre as novas instituições, subordinadas à sua política.

Todavia, ‘as instituições de Bretton Woods (...)’²⁷, foram insuficientes na promoção da reconstrução da Europa’ (Simon, 2011: 82), visto que irrompia um clima hostil americano-soviético, essencialmente ulterior ao Acordo de Potsdam e da propagação da Doutrina Truman²⁸. No entender americano, a prioridade fundia-se na

²⁷ *Id est*, Banco Internacional para a Reconstrução e Desenvolvimento e o Fundo Monetário Internacional.

²⁸ Harry S. Truman, a 12 de Março de 1947, dirigiu-se ao Congresso, ressaltando a reprobção do poderio imperial

contenção do avanço comunista e na garantia dos mercados europeus. É nessa conjuntura que surge o Plano Marshall²⁹ - Plano de Reconstrução Europeia, que ‘desempenhou um importante papel na consolidação da hegemonia político-económica americana e marcou, de forma concreta, o abandono do isolacionismo na política externa’ (Simon, 2011: 83).

É inteligível a oscilação idiossincrática no período entre guerras (1914-1945). Com a Primeira Guerra Mundial, os americanos foram capazes de fomentar a sua indústria e economia, tal como assinalar uma breve aurora de mudança na sua atitude diplomática, previamente de carácter isolacionista. Aquando da divulgação das políticas do *New Deal* de Roosevelt, nos anos de 1930, foi liberado ao povo americano a expansão da sua economia, paralelamente à atuação do governo além-fronteiras. A Segunda Guerra Mundial alterou por completo a diplomacia dos Estados Unidos e viabilizou ao país a emergência no cenário internacional como o notável credor, devido aos lucros oriundos do conflito.

Em súmula, a Segunda Grande Guerra demonstra ser a que marcou *in totum* a extrapolação da política externa norte-americana: outrora isolacionista e neutra, deu origem a uma intervencionista e internacionalista, porquanto deveria preservar os bens angariados nos conflitos. Com esse intuito, os Estados Unidos adotaram estratégias que garantissem mercados consumidores, algo apenas passível de concretização num sistema económico e financeiro estável. Os Acordos de Bretton Woods e os esforços na reconstrução europeia, não só reformaram a economia da Europa, devastada pelas guerras, como mantiveram o dinamismo da dos Estados Unidos. Com efeito, as intervenções supracitadas tonificaram a nação transatlântica a nível económico, elevaram-na a potência hegemónica e assinalaram o término da tradicional política isolacionista, no seio das suas relações com entidades externas.

comunista: ‘The United States has received from Greek Government an urgent appeal for financial and economic assistance (...). The very existence of the Greek state is today threatened by the terrorist activities of several thousand armed men, led by Communists, who defy the government's authority (...). Meanwhile, the Greek Government is unable to cope with the situation. The Greek army is small and poorly equipped (...). The United States must supply that assistance (...). No other nation is willing and able to provide the necessary support for a democratic Greek government (...), each dollar spent will count toward making Greece self-supporting, and will help to build an economy in which a healthy democracy can flourish’.

²⁹ Consistiu numa assistência financeira à Europa abalada pela Segunda Guerra Mundial, possibilitando a reconstrução dos países capitalistas.

2.2. O progresso comportamental: da Guerra Fria ao Intervencionismo ativo e definitivo no sistema internacional

De variadas talhes, a Guerra Fria eclodiu antes mesmo do repouso das armas na Alemanha e no Pacífico, em 1945. A suspeita e desconfiança perpetuadas ao longo das décadas entre a frente americana e soviética despontou aquando da queda de Adolf Hitler - 1945 - e da já dispensável aliança face ao pró-imperialismo nazi. A disparidade de ideologias e visões num Europa pós-tumultuosos eventos não possibilitou uma parceria entre as, então, individualidades Harry S. Truman e Joseph Stalin: a União Soviética entendia ser imprescindível aniquilar as capacidades industriais alemãs, prevenindo assim a sua reorganização bélica; ademais, almejava a implementação de governos pró-soviéticos por toda a Europa de Leste, com lente numa eventual e futura invasão. Contudo, Truman idealizava a revitalização da industrialização e instauração da democracia no solo alemão, algo que asseguraria a estabilidade financeira mundial.

Os Estados Unidos empenharam-se intensivamente na organização e estabelecimento de uma nova ordem internacional: Truman envolveu-se na criação do Banco Internacional para a Reconstrução e Desenvolvimento (BIRD) e do Fundo Monetário Internacional (FMI), tal como providenciou capital financeiro para a reconstrução do Japão, sob a supervisão do general Douglas MacArthur. Em 1947, após os julgamentos de Nuremberga, Truman esboçou o Plano Marshall, desembolsando de uma quantia de dez biliões de dólares para a reconstrução e reindustrialização da Europa Ocidental, sobretudo dos países mais afetados pela guerra. Note-se que, o mencionado plano possibilitou às demais empresas da Europa Ocidental a renovarem a sua produção.

Não obstante, a crise de Berlim e a formação do Bloco de Leste, dominado pela ex-URSS, encaminhou os oficiais de política externa em Washington a engendrarem medidas de intervenção contra o comunismo. Com efeito, os Estados Unidos

incorporaram o ideal de *Cointainment*³⁰ na Doutrina de Truman, algo que prometia o apoio às nações livres na sua peleja face ao comunismo: em parceria com o Congresso, Truman garantiu quatrocentos milhões de dólares para as batalhas revolucionárias comunistas verificadas na Grécia e na Turquia. Em 1949, estes foram igualmente capazes de imbuir as potências ocidentais europeias a acoplarem-se na Organização do Tratado do Atlântico Norte (NATO), a fim de mutuamente se defenderem de uma eventual invasão soviética.

Na arena política doméstica, os Estados Unidos reestruturaram-se para a salvaguarda de uma ameaça comunista: o Acto de Segurança Nacional³¹, o posto de Secretário da Defesa, o *Joint Chiefs of Staff*, o Conselho de Segurança Nacional e a Central Intelligence Agency (CIA), foram algumas das providências cautelares assumidas ainda sob a liderança de Truman.

A tensão da Guerra Fria entre as potências americana e soviética eventualmente romperam na Coreia, aquando da apadrinhada soviética Coreia do Norte ter invadido a Coreia do Sul, em 1950, e da ameaça de armamento nuclear por parte do novo presidente americano, Dwight D. Eisenhower³², em 1953. O renovado presidente, com o apoio do vice-presidente Richard M. Nixon³³ e o Secretário de Estado John Foster Duller³⁴, adotou uma nova e intensa perspectiva de política externa, ressaltando a clara intenção de uso de armas nucleares, ao invés de tropas convencionais, no combate ao comunismo: Eisenhower ameaçou a URSS de ‘massive retaliation’ -

³⁰ Estratégia militar norte-americana de prevenção do domínio global do Comunismo, mantendo o *status quo* e impedindo o avanço do inimigo. Esta doutrina rapidamente tornou-se a base da estratégia dominante americana no combate ao Comunismo, no decorrer da Guerra Fria. Vários presidentes viram esta estratégia de perspectivas díspares. Contudo, o intento de impedir o progresso do ideal soviético no mundo perpetuou-se intacto até ao término da Guerra Fria, nos anos de 1990.

³¹ The National Security Act: o cenário de uma guerra com a União Soviética incitou o Congresso, Truman e a liderança militar a reorganizar drasticamente as forças armadas e os serviços de informação e espionagem. Os civis eram escolhidos para integrarem e servirem no posto de Secretário da Defesa e como secretários de filiais militares individuais, enquanto que os oficiais de elite das forças armadas formariam a *Joints Chiefs of Staff* para coordenarem os esforços militares. Houve, de igual modo, a criação do posto civil de *National Security Advisor*, que aconselharia o presidente e lideraria o Conselho Nacional de Segurança. Note-se que, a CIA - Central Intelligence Agency - tornar-se-ia o principal serviço de informação e espionagem.

³² Um herói da Segunda Guerra Mundial e ex-comandante supremo da NATO, que se tornou presidente dos Estados Unidos em 1953, após derrotar com notória facilidade o adversário democrático, Adlai E. Stevenson. A sua política de teor externo, *New Look*, salientava o armamento nuclear e a ameaça de retaliação maciça contra a União Soviética, para evitar custos e o avanço do comunismo.

³³ Deputado republicano do Congresso e membro proeminente da HUAC - House Un-American Activities Committee, nos tardios anos de 1940s; processou, com sucesso, Alger Hiss - antigo empregado federal, perseguido pela HUAC entre 1948 e 1950, por ser um comunista e espião soviético.

³⁴ Secretário de Estado sob a liderança de Eisenhower. A sua política assentava na ‘massive retaliation’ com armamento nuclear.

doutrina militar, que consistia na retaliação superior, na eventualidade de um ataque.

John F. Kennedy³⁵ abandonou a doutrina supramencionada, adotando uma de ‘flexible response’ perante o seu grande desafio da Guerra Fria, Cuba.

A crise dos mísseis de Cuba de 1962 ilustra o modo como as decisões dos EUA foram conformes a um processo racional. Uma vez descoberta a presença de mísseis soviéticos em Cuba, o presidente John F. Kennedy pediu ao grupo de crise criado para proceder a um levantamento exaustivo relativo aos perigos e possíveis cursos de acção’ (Freire, 2011: 21).

Na tentativa de travar o novo líder revolucionário pró-comunista, Fidel Castro, Kennedy tentou, sem sucesso, a invasão de Cuba e o próprio assassinato de Castro. Este, indignado e intimidado, recorreu ao auxílio económico e de segurança da União Soviética. Após a crise dos mísseis cubanos³⁶ e a estipulada redução de tensões, estas intensificaram-se no Vietname - palco para a próxima peça da Guerra Fria.

O termo da guerra, já na década de 1990, assinalou a aurora de um novo ciclo na política externa dos Estados Unidos: a hegemonia volátil da nação no espectro mundial. Dita a história da política americana que, tem havido, nas diretrizes de intervenção externa, um encadeamento de ideais, provindo da retórica dos Pais Fundadores, com ambições primárias americanas: o *Destino Manifesto*, as guerras em Cuba, Porto Rico e Filipinas, o isolamento, a batalha contra o imperialismo nazi, fascista e comunista, representam somente alguns exemplos da constante pugna entre o império bom - os Estados Unidos e todos os seus aliados democráticos - e o império mau - nações ou aglomerados destas que se opõem às diretrizes democráticas, à liberdade e aos direitos humanos. Sumariamente, poder-se-á afirmar que os líderes americanos vêm na sua superioridade moral, o estímulo para a sua política externa.

³⁵ 35º presidente dos Estados Unidos da América, eleito em 1960, após derrotar o candidato republicano, Richard M. Nixon. Perante a política de intervenção externa adotada por Eisenhower, ‘massive retaliation’, Kennedy e os membros da sua equipa de política externa adotaram a tática de ‘flexible response’ na contenção do comunismo. Em 1963, após mil dias no seu posto, foi assassinado e o vice-presidente, Lyndon B. Johnson, tomou o cargo.

³⁶ *Cuban Missile Crisis*: a crise despontou quando o líder cubano, Fidel Castro, procurou auxílio económico e militar na União Soviética. Nikita Khrushchev aliou-se a Castro e este garantiu-lhe o direito a assentar mísseis nucleares em Cuba. Após descobrir o tratado, Kennedy ordenou um bloqueio naval da ilha e exigiu a sua remoção. Khrushchev admitiu a remoção e o presidente dos Estados Unidos concordou em remover da Turquia os mísseis nucleares apontados para a União Soviética.

Efetivamente, a alicerçada ideologia individual e/ou coletiva apresenta-se como tónica no seio dos estudos sociais e políticos: ‘as ideias políticas e os movimentos de massa adquirem a sua energia através do deslocamento dos motivos íntimos dos sujeitos’ (Kinnvall; Nesbitt-Larking, 2011: 121).

Ideologies also endeavor to describe or interpret the world as it is - by making assertion or assumption about human nature, historical events, present realities, and future possibilities - and to envision the world as it should be, specifying acceptable means of attaining social, economic and political ideals (Federico; Jost; Napier, 2009: 3).

A América é dominada por um sistema imutável de valores, atitudes e credos que procuram elevar a voz de um à uniformidade de pensamento e comportamento de todos. A despeito da heterogeneidade política, observada no solo americano desde a conclusão da Guerra Fria, há a crença imutável de que eram eles incumbidos de levar ao mundo a democracia e todos os valores a esse regime associados.

The end of Cold War produced an even greater temptation to recast the international environment in America's image (...). In the post-Cold War world, the United States is the only remaining superpower with the capacity to intervene in every part of the globe (Kissinger, 1994: 805).

O triunfo da Guerra Fria conduziu a América para um mundo desigual, coordenado por regimes díspares do seu. Doravante, os Estados Unidos atuaram para garantirem os mercados consumidores, já que a sua indústria expandira no decorrer da guerra e havia produção a ritmo acelerado. Percebe-se a preocupação *ad infinitum* de um sistema económico estável: a importância cedida ao reposicionamento da ordem mundial elevou a nação à hegemonia e consolidou até à atualidade o abandono incontestável do tradicionalismo isolacionista para uma inovadora e intervencionista política no exterior.

2.3. Do 11 de Setembro de 2001 até à atualidade

(...) in mid-September 2002, the Bush administration released a formal statement of its national security strategy. It ignited a storm of controversy. 'The United States', reported the Guardian, 'will not hesitate to strike pre-emptively against its enemies... and will never again allow its military supremacy to be threatened by a rival superpower'³⁷. In an editorial three days later, the newspaper excoriated the Bush strategy. It 'is arrogant, patronizing, complacent, amazingly presumptuous-but above all aggressive'³⁸ (Leffler, 2003: 1045).

A política externa norte-americana sofreu alterações notáveis após os ataques terroristas, no prelúdio do século XXI. O 11 de Setembro de 2001 aumentou a preocupação com a segurança, elevando-a ao elemento substancial dirigente da política externa dos Estados Unidos, tal como introduziu uma ansiedade assentada na ação militar avolumada no combate ao terrorismo. Afinal, os atentados desvendaram uma vulnerabilidade desconhecida e reacenderam fatores culturais americanos. E, tanto Bush como, posteriormente, Obama subscreveram a guerra ao terror, sem embargo da disparidade de interesses, nomeadamente a guerra no Iraque, a retirada de Saddam Hussein e a liberdade política para Xiitas e Sunitas³⁹.

Como potência ativa desde o fim do século XIX e superpotência no período que sucedeu o desfecho da Guerra Fria, os Estados Unidos têm gerido a sua política externa 'à luz das suas aspirações globais e dos seus objetivos: liderança/hegemonia mundial; segurança dos EUA e dos seus aliados e parceiros; prosperidade e desenvolvimento com base na inovação e num sistema económico e comercial internacional livre e aberto; expansão da democracia, das liberdades e dos direitos humanos; e ordem internacional estável' (Freire, 2011: 125). Porém, a configuração e implementação de tais premissas têm demonstrado ser de complexa execução e

³⁷ In *The Guardian*, 21 Sept. 2002: 22.

³⁸ *Id. Ibid.*, 24 Sept. 2002.

³⁹ A oposição Xiismo-Sunismo representa atualmente um grande desafio e *leitmotiv* para a civilização ocidental, especialmente para os Estados Unidos, por não se desconstruir meramente numa oposição étnico-religiosa; é uma oposição cada vez mais de caráter político, com domínio geopolítico e protagonista no Médio Oriente. A consolidação do Irão xiita, a eventual soberania primitiva xiita e decadência sunita e a brutalidade inter-étnica representam um estímulo para a preocupação e, por ventura, intervenção ocidental no Médio Oriente.

delicada consumação para Washington: lida-se com evoluções, metamorfoses e conjunturas internas e externas, tal como a obsoleta oscilação de visões, credos e interesses das subseqüentes administrações presidenciais, entre o Partido Democrata e Republicano ou entre a Administração vigente e o Congresso. Sem embargo, deverá o Presidente estar apto a solucionar as reivindicações de caráter interno ou externo, mas, acima de tudo, ‘afirmar e promover os interesses e valores dos EUA nos palcos regionais e mundial’ (Idem: 125).

Várias são as controvérsias que irrompem do cerne da agenda política norte-americana, já que se bipolariza no balanço do poder doméstico e internacional e no balanço das ameaças exteriores (Cf. Walt, 1987). Aliás, indaga-se se a hegemonia delimita a política da nação ou se a percepção de ameaças determina o acréscimo do seu poder internacional (Cf. Zakaria, 1998).

A superpower, like the United States, and its foreign policy actions typically produce substantial consequences throughout the world. Influencing other regimes to move towards the U.S. preferred position encompasses a substantial part of its foreign policy. To the extent that the United States is able to effect such changes through diplomatic inducement and deterrence and via other mechanisms that utilize its soft power, it preserves foreign policy resources for use in situations that require more forceful applications of U.S. Power. And while the U.S. Government sometimes deliberately, and sometimes inadvertently, takes actions that result in other nations moving their policies away from U.S. preferences, nonetheless the overall goal in world affairs remains: to make more nations act globally more like the United States (Meernik, 2008: 1).

É certo que, a presença americana nos demais territórios estrangeiros poderá variar de missão diplomática a força invasiva e, a sua conveniente/bem intencionada intervenção, imporá metamorfoses políticas: ‘while the regime and citizens of one nation may welcome the United States and its largess, others may find such relationships a threat to the nation’s honor and sovereignty’ (Idem: 5). A hegemonia, que se propõe aqui discutir e associar aos Estados Unidos, quer-se configurada na sua influência global.

Mas, estará a América qualificada para sustentar uma posição hegemónica e conduzir com eficácia uma diplomacia de colossal influência mundial, numa era complexa? A resposta a esta indagação alicerça-se nas escolhas dos líderes políticos nacionais, no *savoir-faire* em honrar os compromissos internacionais e na legitimidade dos órgãos envolvidos da própria nação.

Bush referenciou que a política dos Estados Unidos assenta na demanda e suporte no crescimento dos movimentos e instituições democráticas. Ele não é, claro, o primeiro presidente americano a colocar os valores na agenda central da política externa. A administração Bush tentou impor a democracia no Iraque: evidente no seu desinteresse pelas normas internacionais dos direitos humanos perante o tratamento dos prisioneiros, a sua hipocrisia a favor das eleições na Palestina e a rejeição da sua repercussão, tal como o apoio dos ‘bons’ soberanos como o presidente Hosni Mubarak, no Egito. Quiçá, o medo delimitou a sua estratégia e a apreensão integrou e ditou a citada postura militar. É certo que, os oficiais de defesa aspiravam renovação nas capacidades militares norte-americanas, com o fim de ‘assure our allies and friends’ e ‘deter threats against U.S. interests’; caso a dissuasão adversária não surtisse efeito, iriam ‘decisively defeat any adversary’; as forças norte-americanas deveriam ser, como sumariamente referenciado na homologação estratégica, ‘strong enough to dissuade potential adversaries from pursuing a military build-up in hopes of surpassing, or equaling, the power of the United States’, já que ‘the presence of American forces overseas is one of the most profound symbols of the U.S. commitments to allies and friends’ (National Security Strategy, 2002: 30)⁴⁰.

As the United States Government relies on the armed forces to defend America’s interests, it must rely on diplomacy to interact with other nations. We will ensure that the Department of State receives funding sufficient to ensure the success of American diplomacy (Idem).

Apesar de a ‘foundation of American strength is at home’ (Idem: 31), no povo, no

⁴⁰ A Estratégia de Segurança Nacional dos Estados Unidos da América [*The National Security Strategy of the United States of America*] a setembro de 2002, encontra-se na íntegra no site oficial do The Department of State: <http://www.state.gov>

dinamismo económico e estoicismo institucional, é notável a menção exaustiva e preocupação incessante face aos aliados e parceiros internacionais. Atualmente, o anseio do fortalecimento da longa aliança com a Europa mantém-se, já que ‘a strong Europe is our indispensable partner, including for tackling global security challenges, promoting prosperity, and upholding international norms’ (National Security Strategy, 2015: 25). Recorde-se que, os Estados Unidos e a Europa mobilizaram os seus valores para a defesa coletiva, no decorrer da Guerra Fria: em primeira instância, pelo domínio na guerra e, finalmente, pela construção de uma Europa livre.

2.3.1. Bush, Obama e as Relações Transatlânticas

Democratic partisans accuse the press of a Republican bias, and Republican partisans accuse the press of a Democratic bias. Such effects are particularly noteworthy because they operate in an opposite direction from the effects that arise on social communication (Goodin; Klingemann, 1996: 240).

É do conhecimento comum que parcerias que se querem duradouras conheçam eventualmente desavenças ocasionais, mas estas deverão ser secundárias em comparação com os valores e interesses comuns que as coordenam: quer os Estados Unidos quer a Europa partilham interesses e valores - *id est* promoção da democracia, liberdade e estabilidade social mundial -, contudo divergem na delimitação das políticas a serem utilizadas, na demanda desses intentos.

Ora o que parece evidente a muita gente, mesmo que não se filie nesta escola, é que a forma como a Europa e os EUA encaram a anarquia internacional na sua face mais violenta do terrorismo e das guerras civis, é distinta (Reis, 2006: 86).

A União Europeia assegura que as suas ‘priorities and expectations have changed over

time’ (Departamento Político do Parlamento Europeu, 2015: 14)⁴¹. Enquanto que, em 2003, primava pela diplomacia em detrimento da violência, opondo-se veemente às ações de intervenção da Administração Bush, está agora segura de que a segurança das demais nações-estado é um fator primordial da sua agenda. Ademais, reconhece o ‘highly unstable period in which the reduction in the number of violent conflicts’, guiou-a ‘into a false sense of security’ (Idem). Porém, dita a cultura estratégica europeia, a preferência genérica no diálogo diplomático e contenda militar, diferenciando-se singularmente da norte-americana, fundamentada na *praxis* militar robusta: depreendem-se ambições díspares, apesar do vínculo ancestral entre as duas sociedades ocidentais. E, em congruência com a estratégia de segurança europeia, independentemente de esta identificar ameaças similares às dos Estados Unidos, há interesse em gerir os conflitos, com lente num mecanismo de *soft power*.

Será inevitável referenciar a NATO - outrora o principal fórum de segurança transatlântica e o único agente capaz de garanti-la -, pois ela permanece como a principal aliança do Atlântico Norte. Relembre-se que, politicamente, este tratado ‘promotes democratic values and encourages consultation and cooperation on defence and security issues to build trust and, in the long run, prevent conflict’⁴².

Rematada a Guerra Fria, o presidente George H. W. Bush cria que a sua nação estava destinada a desempenhar um papel vultoso a nível internacional, pelo que considerou ser importante construir um consenso nas Nações Unidas e no seio dos seus aliados, com vista numa resolução assertiva dos desafios mundiais - reporta-se a sua resposta à invasão iraquiana no Kuwait, em 1990. Posteriormente, Bill Clinton adotou uma perspetiva díspar face ao estrangeiro, contudo, entendeu eventualmente que uma liderança assertiva americana poderia ser uma vantagem, ao invés de fardo. Com a ascensão de George W. Bush em 2000, as preocupações europeias centravam-se essencialmente na esperança de que os Estados Unidos pudessem retirar as suas tropas dos Balcãs. Porém, as políticas iniciais de Bush içaram novas

⁴¹ A Estratégia de Segurança Europeia [*Towards a new European security strategy? Assessing the impact of changes in the global security environment*] a junho de 2015, encontra-se na íntegra no site oficial do Parlamento Europeu: <http://www.europarl.europa.eu>

⁴² Alegação manifesta no site oficial da Organização do Tratado Atlântico Norte, OTAN/NATO: <http://www.nato.int/>

inquietações, particularmente assentes no isolacionismo demonstrado pela decisão americana de abandonar o tratado de proibição de testes militares e oposição à participação do Protocolo de Quioto. As deliberações face à política externa do mencionado presidente, cuja Europa questionou, anexadas à cismada na frente afgã-paquistanesa pós-11 de Setembro, abalaram os alicerces fundadores da Aliança Transatlântica.

2.3.1.1. A Guerra no Iraque como abalo no Tratado Transatlântico

Efetivamente, a guerra no Iraque fora justificada com vista na demanda da derrota do terrorismo, e, sabe-se, as nuances estratégicas no Médio Oriente dos hegemónicos Estados Unidos, divergiram daquelas que mantinham a aliança transatlântica vital para a segurança ocidental, no período que circunscreveu a Guerra Fria. Outrossim, a administração Bush alteou questões e dúvidas face ao envolvimento dos Estados Unidos na NATO - *id est*, a divagação do valor do acordo na defesa americana, o corte significativo do exército americano no solo europeu e a decisão do presidente em não envolver a NATO nos ataques ao Iraque. Aliás, no decorrer da segunda metade do ano de 2002, a atenção mundial focou-se, de modo crescente, na possibilidade de guerra no território iraquiano. Ademais, vários europeus mantinham-se subordinados aos planos americanos, apesar de muito se ter criticado ‘acerca da condução dos assuntos internacionais na era Bush’ (Lima, 2009: 1). Relembre-se, pelas palavras de Bush, em Praga, a Novembro de 2002:

To meet all of this century's emerging threats from terror camps in remote regions to hidden laboratories of outlaw regimes, NATO must develop new military capabilities. NATO forces must become better able to fight side by side. Those forces must be more mobile and more swiftly deployed. The allies need more special operations forces, better precision strike capabilities, and more modern command structures Few NATO members will have state-of-the-art capabilities in all of these areas (...); Yet, security against new threats requires more than just new capabilities. Free

nations must accept our shared obligations to keep the peace (...). The hopes of all mankind depend on the courage and the unity of great democracies. In this hour of challenge, NATO will do what it has done before: We will stand firm against the enemies of freedom, and we'll prevail. The transatlantic ties of Europe and America have met every test of history, and we intend to again (Bush, 20 de novembro de 2002, Praga)⁴³.

Sem embargo da linguagem inclusiva - ‘every European democracy that seeks NATO membership and is ready to share in NATO's responsibilities should be welcome in our Alliance’ - e do apoio à rápida resposta das forças militares destinadas especificamente para a ação além-fronteiras europeias, Bush manifestou claramente a superioridade americana face à NATO, pelo que seria esta prescindível nas suas missões, salvo em melhoria de capacidades. É certo que, a relação entre a Europa e os Estados Unidos, ao nível de aliança estratégica, manteve-se, mas a relação militar, tão importante no decorrer da Guerra Fria, havia perdido importância, sobretudo em Washington. Como poderia a NATO sobreviver sem a tão querida potência?

Axiomático é que, a crise transatlântica da administração Bush poderá ter sido a mais severa na história septuagenária da aliança. Apesar da oposição americana na tentativa militar britânica, francesa e israelita de reverter a nacionalização egípcia do Canal de Suez e da oposição europeia à guerra americana no Vietname, formarem o currículo da NATO, a crise do presente século foi a mais difícil por ter sido claramente instigada por personalidades políticas do governo americano que, na Europa, foram tidas como anti NATO. Ademais, a própria administração Bush produziu declarações, em consequência dos ataques do 11 de Setembro, que sugeriram que o líder da aliança já não encontrava nela motivo de vínculo. A guerra do Iraque simplesmente torneou as diferenças estratégicas transatlânticas. Percebe-se que, a falha europeia em erguer capacidades militares que contribuíssem significativamente para os problemas de segurança no pós Guerra Fria, resultou na perda da confiança americana nos seus aliados europeus. Alguns acreditavam que o

⁴³ Os trechos dos discursos de George W. Bush, aqui tratados, encontram-se na íntegra no site oficial da Casa Branca: www.whitehouse.gov

término da Guerra Fria deixaria a NATO sem propósito e exposta a uma relação fictícia entre os Estados Unidos e os seus dependentes aliados europeus.

What is the present status of NATO in US security thinking? That issue has been debated frequently among politicians, policy advisors, and scholars on both sides of the Atlantic the past years. The Lybia War in 2011 gave quite clear indications that the United States wanted to lead NATO ‘from behind’, and that the Europeans were expected to take care of their own problems. The US focus on Asia cemented that impression. According to several experts, NATO had transformed to a ‘post-American’ alliance (...). From a European perspective it has always been highly relevant to follow, analyse, and understand the longer trends in the US NATO debate and its potential consequences for European and global security (Petersson, 2015: 1-2).

2.3.1.2. A ilusão de Obama

É universalmente sabido que, os candidatos ao poder de determinada nação reiteradamente constroem uma campanha sob a premissa de que o atual presidente apenas agiu mal, e sob a promessa de que tudo farão de forma diferente, se eleitos. Porém, após eleição, vários presidentes vêm-se na continuidade da política externa do que na mudança. A campanha de Barack Obama em 2008 foi construída inteiramente à volta do tema de mudança e, mormente, em redor da repudição da política externa do seu antecessor, George W. Bush.

(...) a Administração Obama procura fazer um corte com as estratégias predecessoras da Administração Bush, não só definindo o conceito de Segurança Nacional como alargando os temas que a compõem, incluindo na agenda de política externa princípios e preocupações considerados até aqui como fazendo parte das agendas de política interna (Almendra, 2010: 130).

Claro é que, a administração Obama manteve a mesma campanha retórica no decorrer dos mandatos, mas ao nível político e estratégico, tem havido uma continuidade

substancial. Deveras, o sucesso da política externa de Obama aconteceu quando seguiu as políticas inerentes da administração Bush, enquanto que as suas falhas deram-se quando tentou executar as suas próprias iniciativas.

Todavia, ‘uma das principais preocupações deste documento é a admissão clara de que os EUA não podem liderar sem uma ordem internacional que partilhe os mesmos valores, e que o sistema internacional deve ser multilateral’ (Idem: 136). É nessa conjuntura que o presidente Barack Obama surgiu envolto de esperança e extrapolação pela mirada europeia, ‘até porque a agenda do Presidente Obama para o Afeganistão traz para primeiro plano o dilema europeu: ou acompanha as exigências da Aliança Atlântica no Afeganistão ou perde o que lhe resta de relevância aos olhos de Washington’ (Lima, 2009: 2). Não se subestime que, ‘a NATO - sobretudo os norte-americanos - joga tudo na frente afgã-paquistanesa e quem não a quiser defender está a dizer em voz alta que ela passou à irrelevância, que não quer pagar o preço da segurança europeia e que está disposta a abdicar da relação com os Estados Unidos’ (Idem).

Em 2006, na *Foreign Policy Agenda*⁴⁴, Daniel Fried assegurava que ‘our common values ensure that the European-American partnership will endure even as it evolves to meet new challenges’. Sem embargo das problemáticas internacionais do século XX estarem essencialmente focadas na organização política e económica da Europa, o pós 11 de Setembro levantou temáticas incomparavelmente importantes de tratamento: ‘whether freedom can stand and grow throughout much of the world’ (Idem).

The European Parliament and the American Congress established the Transatlantic Legislators' Dialogue (TLD) in 1999. The TLD aims to strengthen and enhance the level of political discourse between European and American legislators and is based on the understanding that policies and legislation made either in the US or in Europe has an effect across the Atlantic (Departamento Político do Parlamento Europeu, 2015: 48).

⁴⁴ ‘Magazine of global politics, economics and ideas. Published bimonthly in print and daily online by the Slate Group, a division of the Washington Post Company’ in: <http://foreignpolicy.com/>

Salvo as preocupações recentes norte-americanas face à Ásia e ao Pacífico, em particular ao desenvolvimento chinês - a administração Obama foca-se na paz e segurança, ordem, propagação de leis e normas internacionais e liberdade de navegação e comércio (National Security Strategy, 2015: 24)⁴⁵ -, a Ucrânia e subsequentes avanços militares russos reacenderam a união transatlântica: ‘we are reassuring our allies by backing our security commitments and increasing responsiveness through training and exercises, as well as a dynamic presence in Central and Eastern Europe to deter further Russian aggression’ (Idem: 25). De igual modo, a Síria e as ações militares do Estado Islâmico do Iraque e do Levante (EIIL)/Estado Islâmico do Iraque e da Síria (EIIS)/Daesh neste mencionado território e no Iraque recentraram a atenção americana: ‘in the Middle East, we will dismantle terrorist networks that threaten our people, confront external aggression against our allies and partners, ensure the free flow of energy from the region to the world, and prevent the development, proliferation, or use of weapons of mass destruction’ (Idem: 26). Indubitável é que, a Europa e a América partilham uma visão comum e imutável de democracia no Médio Oriente - ‘we remain committed to a vision of the Middle East that is peaceful and prosperous, where democracy takes root and human rights are upheld’ (Idem); ‘over recent decades, EU has actively supported efforts to resolve the regional conflicts including the long-standing Israeli-Palestinian conflict, the resolution of which is a necessary (...) factor’ (Departamento Político do Parlamento Europeu, 2015: 36) - e, juntos, trabalham em iniciativas que reforcem os intentos destes nos locais a serem reformados.

Em conformidade com o Artigo 3 do Tratado do Atlântico Norte, a 4 de Abril de 1949, ‘in order more effectively to achieve the objectives of this Treaty, the Parties, separately and jointly, by means of continuous and effective self-help and mutual aid, will maintain and develop their individual and collective capacity to resist armed attack’ (The North Atlantic Treaty, Washington D. C., 1949). É evidente a leviandade norte-americana em comparação com a calculada europeia, especialmente com lente

⁴⁵ A Estratégia de Segurança Nacional dos Estados Unidos da América [*The National Security Strategy of the United States of America*] a fevereiro de 2015 encontra-se na íntegra no site oficial do The Department of State: <http://www.state.gov>

na ação militar no Médio Oriente.

Capítulo III - Estudo de Caso: análise comparada de discursos políticos de George W. Bush e Barack Obama

Disse Tocqueville: ‘não sei se todos os americanos têm fé na sua religião, mas estou certo de que a julgam necessária à manutenção das instituições republicanas (Tocqueville, 2005: 234). E, mais de dois séculos depois, George W. Bush recuperou, em momentos históricos, um painel de referências partilhadas entre os norte-americanos: na sua retórica, resgatou mitos e símbolos sobre a fundação do país, que relembraram àquele povo que eles fazem parte de uma comunidade ímpar. Efetivamente, a religião adquire, ainda hoje, uma força motriz tanto na fundamentação política, como na projeção utópica e na imaginação da vida social da população norte-americana. Deveras, tal ainda se nota nos discursos do atual presidente dos Estados Unidos, Barack Obama.

This is the source of our confidence: the knowledge that God call on us to shape an uncertainty destiny (Obama: 21 de janeiro de 2009, Washington, D. C.)⁴⁶.

Não será precipitado afirmar que, qualquer discurso político de qualquer presidente da nação poderia ser analisado neste estudo, na medida em que todos evocam, mesmo que parcamente, a figura divina, o *Destino Manifesto*, a missão americana para com o mundo ou a *utopia* que justificou a construção de uma sociedade a Oeste, para lá dos males que vigoravam no *Velho Continente* - conceitos já solidamente analisados no perpassar da vigente redação.

Em seguimento, no decorrer da sua história, os Estados Unidos mostraram ter acolhido, da atual parceira transatlântica - Europa -, ideais democráticos e liberais, na transição dos séculos XVIII e XIX. Atualmente, revogam a posição de potência

⁴⁶ Os trechos dos discursos de Barack Obama, aqui tratados, encontram-se na íntegra no site oficial da Casa Branca: www.whitehouse.gov

mundial, conservando como principal aliada a sua outrora soberana. O escopo do estudo é a monitorização prática dos conceitos teóricos citados no decorrer da presente redação, com lente na justificação de máximas retóricas empregadas pelos políticos nos seus discursos. Espera-se que, este leve posteriormente a uma reflexão crítica acerca das circunstâncias que induziram a nação norte-americana - uma democracia construída por europeus, um refúgio para a emancipação e a *Nova Jerusalém* habitada pelo *Povo Eleito* prometido na Bíblia, que teria uma missão no mundo - a ser uma potência política e cultural e a influenciar os velhos costumes das demais sociedades ocidentais. Axiomático é que, um grupo minoritário inglês no século XVII, para lá partiu, com vista na implementação de um lugar único, livre e, acima de tudo, tolerante, farto em ideologias e objetivos de prosperidade para todos. Atualmente, a retórica política americana já não se confunde tão vincadamente com a religiosa, quiçá pela separação *a priori* constitucional entre a Igreja e o Estado, ou quiçá até pela diversificação crescente de raças e etnias no espaço.

Contudo, há expressões que poderão ter um semblante estranho e serem transcendentais aos demais estrangeiros, mas são partilhadas, reconhecidas e até motivo de popularidade entre os americanos. Relembre-se a invasão do Iraque, que fora justificada com lente em preceitos religiosos, que Bush acreditava terem sido designados para os Estados Unidos. E, como outrora acontecera, os norte-americanos ‘erroneously believed’ que seriam ‘welcomed as agents of political transformation’ (Judis, 2005: 7) no solo iraquiano. Tais credos ‘reflected not just error and ignorance, but the blindness that a millennial mentality periodically encourages’ (Idem). Alguns críticos, essencialmente estrangeiros, reprovaram os erros da administração, denunciando a influência dos conservadores protestantes - *id est*, Partido Republicano, já que os seus militantes e intentos na política externa são influenciados amplamente pelos ensinamentos religiosos cristãos.

A obra de Max Weber, *Die protestantische Ethik und der Geist des Kapitalismus* [original alemão, *A Ética Protestante e o Espírito do Capitalismo*] (1983), parece corroborar esta reflexão crítica acerca da inscrição utópica e religiosa na fundamentação da política externa norte-americana. Será ela ‘o rastreio das

motivações psicológicas criadas pela crença e pela prática religiosas, que indicavam a orientação da vida e mantinham o indivíduo ligado a ela' (Weber, 1983: 88). Aqui, Weber desenvolve as questões pelas quais o capitalismo se desenvolveu, chegando posteriormente à conclusão de que tal foi incutido pelo protestantismo da época; ou seja, os ensinamentos puritanos influenciaram o desenvolvimento de uma nação na vanguarda do capitalismo, os Estados Unidos. Note-se que, esta obra torna-se importante para o entendimento do desenvolvimento de uma sociedade como a norte-americana, colonizada e construída por europeus, e que se caracteriza pela sua disparidade comparativamente com a sua antepassada governanta, a Inglaterra. Engane-se o investigador que considere a obra obsoleta e relembre-se o fragmento do primeiro discurso inaugural de George W. Bush, já no século XXI:

I will work to build a single nation of justice and opportunity. I know this is in our reach because we are guided by a power larger than ourselves who creates us equal in His image. America has never been united by blood or birth or soil. We are bound by ideals that move us beyond our backgrounds, lift us above our interests and teach us what it means to be citizens (Bush: 20 de janeiro de 2001, Washington, D. C.)⁴⁷.

Nada obstante, oito anos depois, o atual presidente dos Estados Unidos, Barack Obama, manuseou máximas idênticas.

Time and again these men and women struggled and sacrificed and worked untill their hand were raw so that we might live a better life. They saw America as bigger than the sum of our individual ambitious; greater than all the differences of birth or wealth or faction (Obama: 21 de janeiro de 2009, Washington, D. C.).

A América, terra que acolhe as mais distintas comunidades sociais, permite que os seus políticos expressem as suas convicções religiosas no discurso público, e a

⁴⁷ Os trechos dos discursos de George W. Bush, aqui tratados, encontram-se na íntegra no site oficial da Casa Branca: www.whitehouse.gov

retórica do atual e precedente presidentes dos Estados Unidos (2001/2009) comprovam, de forma evidente, a totalidade da argumentação prestada na vigente dissertação.

3.1. A Retórica como Arte e mecanismo de persuasão das massas

Parte-se do pressuposto de que, o ato de fala é passível de despertar pretensões referentes à sua validade, pretensões essas radicadas na componente performativa. Veja-se que, existe uma dimensão dramática no seio político que, com a intervenção ativa dos media, é capaz de desenvolver uma poderosa estratégia de marketing. A opinião pública sobre a política deixou gradualmente de ser construída a partir de ideias partidárias, para ser ligeiramente imposta, ao politicamente apático cidadão, através de visões e imagens. Com o vingar das democracias ocidentais, os candidatos vêm-se agora obrigados a preencher os requisitos impostos pelo povo, uma vez que este já não se inibe de partilhar a sua opinião.

(...) aos argumentos apresentados pelos candidatos, se sobrepõe, em televisão, uma quarta dimensão, que vive sobretudo da imagem e provoca no telespetador um sentimento intuitivo de adesão ou recurso (Monteiro, 2010: 56).

Adicionalmente, o espetáculo da política nada mais é do que a própria política, os discursos partidários e/ou presidenciais, campanhas e candidatos, que recorrem a preceitos dramáticos para levarem avante interesses particulares: já não é a capacidade do candidato de manutenção governamental que leva o eleitor a votar, e sim a sua imagem, postura e retórica; o poder político é sempre uma teatrocracia (Cf. Balandier, 1980), que é exercida através de uma concretização dramática, com o intuito de adquirir a adesão emocional dos seus espetadores.

O quesito de veracidade ou falsidade das premissas ostentadas na retórica política traduz-se como escopo da consciência humana face ao mundo. Desse modo, o

entendimento que o auditório tem do cosmos e a assimilação da atividade performativa do orador, delimitam os cânones do que seja uma pretensão de validade. Quer-se, portanto, que haja uma comunicação e compreensão intersubjetiva da realidade e do mundo, pelo que a retórica realiza-se integrando a lucidez social comum e a ética discursiva.

Há que reter a importância do estudo da retórica no processo de análise do discurso político. As referências atuais a ela advêm das tradições aristotélicas e do desenvolvimento de uma variação contemporânea da doutrina da argumentação, com principal fonte Chaïm Perelman (1997; 2005). Haverá uma ênfase na visão de Aristóteles, uma vez que este se preocupou em delimitar o alcance da Arte da Retórica, estabelecendo as bases para o uso e compreensão dessa mesma arte. Alegou ele que, a retórica seria ‘a faculdade de ver teoricamente o que, em cada caso, pode ser capaz de gerar persuasão’, tal como ‘descobrir o que é próprio para persuadir’ (Aristóteles, 2005: 33). À vista disso, quer-se que sejam manuseadas figuras da linguagem - em particular, a metáfora, formalmente tratada na obra -, como recurso para o embelezamento da argumentação e persuasão falaciosa do auditório. Com efeito, a retórica constitui-se um mecanismo proficiente para a política, ramo que depende da conversão do público para certa causa específica.

Porém, reconhece-se que os contextos através dos quais a retórica política opera atualmente são diferente da situação em que os oradores gregos e romanos se depararam. No período clássico, a oratória requeria uma voz que se ouvisse e gestos formais, já que os oradores dirigiam-se presencialmente a audiências em massas. No mundo moderno, a oratória política é tipicamente mediada por audiências distantes, através de meios textuais e eletrônicos de comunicação, quase deixando infame a diferença entre política e entretenimento. Atualmente, os líderes políticos adotam um estilo informal e multicultural, evidenciado particularmente nas entrevistas políticas televisivas. Depreende-se que, o trabalho clássico focava-se na retórica política direcionada para a oratória, em contrapartida o trabalho recente foca-se, como

repara Roland Barthes (1977: 160), na ‘rhetoric of the image’⁴⁸.

Complementarmente, Billig (1991) notara que, os retóricos clássicos aconselharam os locutores a transporem a sua causa através do uso de ideais comuns (*topoi*): referências a factos ou valores morais que seriam posteriormente partilhados pelas audiências. A retórica política formal frequentemente usa as supracitadas referências, que apelam ao senso comum da audiência (Cf. Billig, 1991).

An ideograph is an ordinary-language term found in political discourse. It is a highorder abstraction representing commitment to a particular but equivocal and ill-defined normative goal. It warrants the use of power, excuses behavior and belief which might otherwise be perceived as eccentric or antisocial, and guides behavior and belief into channels easily recognized by a community as acceptable and laudable (McGee, 1980: 15).

McGee sugerira igualmente que, uma ‘ideograph’ poderia fornecer a base para o entendimento partilhado entre os locutores. Porém, o uso de termos chave no debate político, poderá não garantir que a audiência vá necessariamente aceitar o argumento. Por seu turno, Alan Finlayson (2007) notou que, a política democrática pressupõe a assunção de ‘irreducible and contested plurality of public life’ (2007: 552) e que as ideias políticas e os credos ‘are always turned into arguments, into elements of contestable propositions’ que, ‘if they are to survive, must win adherents in a contest of persuasive presentation’ (Idem: 559). A política não é, portanto, personalizada *per se* pelos credos ou decisões, mas pela ‘presence of beliefs in contradiction with each other’ (Idem: 552). Alvitra-se que, as ideias políticas não são simplesmente expressas no decurso do debate, mas sim que os conceitos políticos, valores e intenções são formulados através de um contínuo processo argumentativo. Apesar de a elaboração política envolver a formação de um consenso, o processo não carece da demanda dos interesses ou visões comuns, mas sim da construção de acordos através do processo argumentativo.

⁴⁸ ‘To the general ideology, that is, correspond signifiers of connotation which are specified according to the chosen substance. These signifiers will be called *connotators* and the set of connotators a *rhetoric*, rhetoric thus appearing as the signifying aspect of ideology’ (Barthes, 1977: 161).

Assome-se novamente os discursos inaugurais do atual e antecessor presidentes dos Estados Unidos. Quer com lente na difusão da liberdade e igualdade - ‘The grandest of these ideals is an unfolding American promise that everyone belongs, that everyone deserves a chance, that no insignificant person was ever born’ (Bush: 20 de janeiro de 2001, Washington, D. C.); ‘The time has come to reaffirm our enduring spirit; to choose our better history; to carry forward that precious gift, that noble idea passed on from generation to generation: the God-given promise that all are equal, all are free, and all deserve a chance to pursue their full measure of happiness’ (Obama: 21 de janeiro de 2009, Washington, D. C.) -, quer na demanda da justiça interna e responsabilidade externa - ‘I will work to build a single nation of justice and opportunity’ (Bush: Idem); ‘What is required of us now is a new era of responsibility -- a recognition on the part of every American that we have duties to ourselves, our nation and the world’ (Obama: Idem) -, a retórica política empregada assenta em conceitos imbuídos no imaginário norte-americano. Desse modo, há um apelo à emoção do povo, que será estimulado para a adesão aos argumentos.

Não será errado partir da aceção de que, não há um protótipo do discurso retórico, na medida em que a metodologia da oratória persuasiva subordina-se a um conjunto de argumentos e estratégias, selecionados frente a determinada ocorrência, propósito do orador e/ou contexto em que a intervenção se insere. Veja-se o terrorismo, que aparenta ser um contexto cada vez mais comum, e a estratégia argumentativa semelhante, que tanto Bush como Obama adotaram: ‘America was targeted for attack, because we’re the brightest beacon for freedom and opportunity in the world’ (Bush: 11 de setembro de 2001, Washington, D. C.); ‘Americans were targeted because we’re a country that has learned to welcome everyone, no matter who you are or who you love’ (Obama: 16 de junho de 2016, Orlando). Estas duas passagens parecem comprovar o uso de justificativas como estratégia retórica, justificativas essas alicerçadas na história ideológica norte-americana: o mundo inveja os Estados Unidos pelas suas instituições, fartas em moralidade, pelo que tentam derrubá-las. Contudo, Ele concedeu-lhes uma missão, pois eles são o *Povo Eleito*, prometido nas Escrituras, e Ele abençoará sempre os Estados Unidos. Obama, a respeito dos ataques em

Orlando, terminou o seu discurso dizendo: ‘May God bless the Americans we lost this morning. May He comfort their families. May God continue to watch over this country that we love’ (Obama: Idem). Porventura, os norte-americanos já não se consideram tão fervorosamente o *Povo Eleito*, habitados na *Terra Prometida* na Bíblia, como os seus antepassados supunham. Todavia, os ensinamentos destes perpetuaram-se por gerações, manifestando-se tenuemente, especialmente em tempos de crise. Repare-se que, todos os discursos de todos os presidentes dos Estados Unidos terminam rematando o desejo de que Deus abençoe a América e os americanos.

Hay que decir, en primeir lugar, que la persuasión es obra del discurso y que éste, concebido como lógos, es la expresión verbal de la racionalidad humana. Esto explica la existencia de muchos textos en los que la persuasión aparece en contraposición a la violencia ya a la coacción exterior características de aquellas acciones en las que el sujeto se ha visto obligado a hacer algo contra de su voluntad. En la medida en que la persuasión va asociada al discurso racional es interpretada como aquel factor civilizador que consigue elevar al hombre por encima de un estado salvaje en el que imperan sólo la violencia y la barbarie (Cf. Isócrates, Vallejo, 2001:1).

‘Persuadir é convencer’ (Perelman; Olbrechts-Tyteca, 2005: 31) e, na esfera política, as premissas que se pretendem difundir tendem a indicar como alvo o público indouto. No entanto, a retórica é patenteada como a Arte de proferir discursos eloquentes, e muitos são os que associam uma boa retórica a um enunciado bem elaborado e ornamentado com recursos da linguagem.

A Nova Retórica é, então, o ‘discurso do método’ de uma racionalidade que já não pode evitar os debates e deve, portanto, tratá-los e analisar os argumentos que governam as decisões. Já não se trata de privilegiar a univocidade da linguagem, a unicidade *a priori* da tese válida, mas sim de aceitar o pluralismo, tanto nos valores morais como nas opiniões. A abertura para o múltiplo e o não-coercitivo torna-se, então, a palavra-mestra da racionalidade (Idem: 20).

Esta *Nova Retórica* de Perelman resgata o conceito da retórica aristotélica e rompe com os ditames da razão pura, pelo que crê ser necessário o conhecimento do auditório, para o sucesso do discurso persuasivo. Com efeito, a relevância das premissas no processo persuasivo é retomada: ‘uma preparação para o raciocínio que, mais do que uma introdução dos elementos, já constitui um primeiro passo para a sua utilização persuasiva’ (Idem: 73). Em seguimento, a noção de verdade, na *Nova Retórica*, não provém do raciocínio lógico proveniente das evidências empíricas, mas sim da deliberação e da adesão do público-alvo. À vista disso, o orador deverá primar por estratégias discursivas, que incluam um conhecimento farto do auditório e do contexto onde a intervenção se inserirá.

Tome-se como protótipo as oratórias proferidas em solo estrangeiro - ambas em Praga - pelo atual e antecessor presidentes dos Estados Unidos: ‘It is fitting that we meet in the Czech Republic - a nation at the heart of Europe, and of the struggle for freedom on this continent. Nine decades ago, Thomas Masaryk proclaimed Czechoslovakia’s independence based on the ideals of modern democracy. That democracy was interrupted, first by the Nazis and then by the communists, who seized power in a shameful coup that left the Foreign Minister dead in the courtyard of this palace’ (Bush: 5 de junho de 2007, Praga); ‘For over a thousand years, Prague has set itself apart from any other city in any other place. You’ve known war and peace. You’ve seen empires rise and fall. You’ve led revolutions in the arts and science, in politics and in poetry. Through it all, the people of Prague have insisted on pursuing their own path, and defining their own destiny’ (Obama: 5 de abril de 2009, Praga). Estes trechos demonstram haver consciência, por parte dos oradores, da história do auditório, neste caso, da República Checa. Por certo, a estratégia retórica dos presidentes firma-se no conhecimento do povo, que não é seu, para atingir emoção e, conseqüentemente, a persuasão.

3.2. Uma retórica histórica ou mítica?

Max Weber (1983) chama a atenção para a dimensão religiosa, fundamentada através do apelo à memória coletiva e à ligação ancestral ao lugar. Esta ligação ficou eternamente marcada pelo sentimento individual de posse e predestinação, onde radica o discurso utópico.

From the day of our Founding, we have proclaimed that every man and woman on this earth has rights, and dignity, and matchless value, because they bear the image of the Maker of Heaven and earth. Across the generations we have proclaimed the imperative of self-government, because no one is fit to be a master, and no one deserves to be a slave. Advancing these ideals is the mission that created our Nation. It is the honorable achievement of our fathers. Now it is the urgent requirement of our nation's security, and the calling of our time (Bush: 20 de janeiro de 2005, Washington, D. C.).

Today we continue a never-ending journey to bridge the meaning of those words with the realities of our time. For history tells us that while these truths may be self-evident, they've never been self-executing; that while freedom is a gift from God, it must be secured by His people here on Earth. (Obama: 21 de janeiro de 2013, Washington, D. C.).

Ademais, as ‘doutrinas da predestinação e da justificação’ do século XVII, ‘impediam em regra, apesar de algumas exceções, a unidade da igreja’ (Weber, 1983: 88) numa nacional constitucional. A terra dos homens livres, América, outrora acolhera grupos religiosos dissidentes das reformas inglesas. A Constituição dos Estados Unidos é clara: ‘Congress shall make no law respecting an establishment of religion, or prohibiting the free exercise thereof’ (Constitution of the United States, 1º Emenda, 1791⁴⁹). Ou seja, o estabelecimento de uma Igreja ou Religião nacional seria um atentado aos princípios fundadores da nação e ato petulante aos olhos do mundo.

⁴⁹ A Constituição dos Estados Unidos da América, aqui tratada, encontra-se na íntegra no site oficial da Casa Branca: www.whitehouse.gov

Não é possível compreender os Estados Unidos nem o fundamento das suas instituições se não for do conhecimento do investigador os traços particulares do seu ambiente. O regime político desta nação apresenta uma grande originalidade técnica, comparativamente com as demais democracias ocidentais. Apesar de ser uma nação que tem origem no regime monárquico limitado britânico, a rutura com a metrópole através da Revolução Americana constituiu uma rutura também com a monarquia. Consequentemente, a Constituição adotou um regime presidencial, transformando a nova nação na única democracia ocidental que o aplica puramente, feito regularmente aludido na retórica política.

Forty-four Americans have now taken the presidential oath. The words have been spoken during rising tides of prosperity and the still waters of peace. Yet, every so often the oath is taken amidst gathering clouds and raging storms. At these moments, America has carried on not simply because of the skill or vision of those in high office, but because We, the People, have remained faithful to the ideals of our forebears, and true to our founding documents (Obama: 21 de janeiro de 2009, Washington, D. C.).

Para Weber, uma sociedade abandonará a sua cultura se se submeter a uma racionalização dos moldes externos que, consequentemente, esmaga todos os seus valores quer morais quer religiosos. Admite sim que as sociedades humanas não são capazes de progredir apenas com a verdade prática e sem valores; ou seja, não acredita que elas possam progredir sem um Deus. Perceba-se que, *A Ética Protestante e o Espírito do Capitalismo* não se foca nos Estados Unidos, mas é clara a sua associação, pelo simples facto de ser uma sociedade que, por todos os aspetos referenciados e para além de capitalista, consciente ou inconscientemente, evoca a figura divina em todas as instituições que compõe a nação. Em mais nenhuma democracia se usa repetidas vezes o nome de Deus para justificar, perdoar, sarar ou persuadir ações.

We go forward with complete confidence in the eventual triumph of freedom. No because history

runs on the wheels of inevitability; it is human choices that move events. Not because we consider ourselves a chosen nation; God moves and chooses as He wills (Bush: 20 de Janeiro de 2005, Washington, D. C.).

O mais incrível é talvez o facto de esta referência ser aplaudida e motivo de popularidade entre os cidadãos, algo que não aconteceria caso um político europeu o fizesse na Europa. Poder-se-iam encontrar, em vários estudos acerca das demais variações do comportamento cultural, referências e aglomerados de provas incontestáveis a respeito desta matéria. Porém, a política externa face às relações transatlânticas recorda a política - um domínio social que se quer frugal e não saciado de intenções apocalíticas e vocábulos religiosos - e a diplomacia com a Europa, o continente que, para todos os efeitos e propósitos, estará historicamente e eternamente vinculado a eles.

Os Estados Unidos, como nação escolhida ou portadora de uma missão concedida pelo Criador, tem demonstrado ser o cerne da retórica de cariz político - para efeitos deste estudo - de intervenção externa, já que os americanos creem ser portadores de um compromisso para a transformação do mundo. Esta visão apocalítica fora notada em *The American Jeremiad* (Bercovitch, 2012), um estudo da história mítica dos Estados Unidos que, ‘despite its arbitrary territorial limits, could read its destiny in its landscape’ (Bercovitch, 2012: 80). Outrossim, a sua população, sem embargo da mescla de raças e credos, ‘could believe in something called an American mission’, tal como ‘invest that patent fiction with all the emotional, spiritual, and intellectual appeal of a religious quest’ (Idem).

Reconhece-se que, o discurso religioso e de teor apocalítico teve a sua maior manifestação na administração Bush.

For the first time since religious conservatives became a modern political movement, the President of the United States has been candid not only about the role his faith has had in his personal life, but how it sets the foundation for his political platforms become the movement’s *de facto* leader’ (Philips, 2006: 171).

Deveras, Bush subordinou o seu poder político à sua fé individual cristã⁵⁰, com vista na eleição quer em 2001 quer em 2005: a sua abnegação religiosa arremessou as suas ações e atitudes políticas. Consequentemente, a sua presidência constituiu-se como impulsionadora da maquia religiosa na América. Compreenda-se, todavia, que tal surtiu efeito em decorrência da conjuntura pós-11 de Setembro de 2001, altura em que Bush foi capaz de projetar-se, não como um crente que procurava um guião comportamental e bênção divina como outros presidentes, mas como um profeta, um líder cultural para o seu povo e mundo.

Bush's fusion of a religious outlook with administration policy is a striking shift in rhetoric. Other presidents petitioned for blessing and guidance. Bush positions himself as a prophet, speaking for God (Philips, 2006: 207).

Ademais, tanto o seu discurso imediatamente posterior aos mencionados ataques como na homenagem trimestral do evento, Bush foi capaz de se reinventar como porta-voz de um desígnio que o transcendia.

I pray they will be comforted by a power greater than any of us, spoken through the ages in Psalm 23: 'Even though I walk through the valley of the shadow of death, I fear no evil, for You are with me (Bush: 11 de setembro de 2001, Oval Office - Washington, D. C.).

Our enemies have made the mistake that America's enemies always make. They saw liberty and thought they saw weakness. And now, they see defeat (Bush: 11 de dezembro de 2001, The East Room of the White House - Washington, D. C.).

Igualmente, justifica-se a noção de que o líder do mundo livre quer-se que aja em função do seu Deus cristão. A julgar pela retórica de Bush, os Estados Unidos é uma

⁵⁰ George W. Bush, conservador republicano e cristão protestante metodista - *id est* demanda da relação pessoal entre o indivíduo e Deus - afirmou: 'My faith plays a big part in my life. And when I was answering that question what I was really saying to the person was that I pray a lot. And I do. And my faith is a very, it's very personal. I pray for strength. I pray for wisdom. I pray for our troops in harm's way. I pray for my family. I pray for my little girls' (Bush: 13 de outubro de 2004, Tempe).

nação engendrada pela concepção imaculada que, algures, alcançou a santidade. Todavia, aos inimigos do país e dos seus aliados, Bush atribuiu, com toda a convicção, a doutrina calvinista⁵¹ do cinismo humano: nada poderá justificar a conduta nociva desses indivíduos ou instituições. Em seguimento, as suas declarações públicas cismaram no cânon bíblico e na dualidade pecado/santificação. No discurso que serviu de esclarecimento da ocorrente operação no Afeganistão, Bush proclamou, em termos edulcorados, que os Estados Unidos era uma nação pacífica, mas feroz, consoante os eventos que se urdem.

I'm speaking to you today from the Treaty Room of the White House, a place where American Presidents have worked for peace. We're a peaceful nation. Yet, as we have learned, so suddenly and so tragically, there can be no peace in a world of sudden terror. In the face of today's new threat, the only way to pursue peace is to pursue those who threaten it (Bush: 7 de outubro de 2001, The Treaty Room of the White House - Washington, D. C.).

Não deixa de ser surpreendente que exista no mundo um país, afirmam, totalmente altruísta, que se subsidia ideologicamente somente na luta constante e interminável contra o que acreditam ser o mal.

3.3. Uma retórica para quem?

Toda a retórica política está intimamente relacionada com a linguagem utilizada, pelo que esta quer-se que persuada as massas segundo uma ideologia. Nesse sentido, trata-se de uma técnica discursiva com o intuito de transmitir os anseios do seu orador. Já dizia Aristóteles (2007) que, quanto mais o público for deleitado, mais ele abandona o *logos* - razão - e deixa-se influenciar pelo *pathos* - valores e emoções do

⁵¹ 'O Deus do calvinismo exige aos seus fiéis não «boas ações» isoladas, mas uma vida inteira de boas ações erigidas em sistemas. Não havia traço da oscilação católica, bem humana, entre pecado, arrependimento, penitência, purificação, novo pecado' (Weber, 1983: 99). Ou seja, o crente calvinista não entendia os fundamentos das ações consideradas cruéis, pelo que nada poderia salvar as almas dos intervenientes dessas mesmas ações.

auditório. Os Estados Unidos é uma nação que alberga uma sociedade educada segundo princípios religiosos: a Religião apresenta-se como unificadora de um grupo amplamente diversificado e como base de uma organização sociológica. Desse modo, a retórica dos seus presidentes tem inegavelmente contornos religiosos e de caráter messiânico e apocalítico. Com efeito, o discurso caracteriza-se como mobilizador a nível interno, mas visto com desconfiança pelas sociedades externas, uma vez que não partilham os fundamentos das convicções religiosas e políticas norte-americanas. Não será exagerado afirmar que, a religião condiciona o quotidiano americano e, conseqüentemente, o pensamento coletivo e individual.

(...) com a adesão da sua ética à doutrina da predestinação, a aristocracia espiritual e monástica, estranha e superior ao mundo, foi substituída pela aristocracia dos santos terrenos predestinados por Deus desde a eternidade. Uma aristocracia que, com o seu *character indetebilis*, estava separada por um fosso do resto da humanidade eternamente condenado (Weber, 1983: 102).

A famosa frase, *In God We Trust*, estampada nas notas de dólar, refletem claramente a predisposição norte-americana para a livre invasão d'Ele na vida privada e pública da nação, tal como nas suas instituições. Deveras, por detrás de um presidente, está sempre Deus, que encaminha os desígnios da nação à Sua semelhança: a Sua presença é assumida e não há de todo a inibição para a Sua constante referência nos demais domínios sociais que compõem os Estados Unidos, contrastando com a postura laica da sociedade europeia.

(...) o rastreio das motivações psicológicas criada pela crença e pela prática religiosa, que indicavam a orientação da vida e mantinham o indivíduo ligado a ela (...). O mundo está destinado apenas e exclusivamente para servir à auto glorificação de Deus. O cristão eleito existe unicamente para aumentar, tanto quanto lhe for possível, a glória de Deus no mundo, ao cumprir os seus mandamentos (Weber, 1983: 94).

Afirmações como 'We, the People, have remained faithful to the ideals of our

forebears, and true to our founding documents’ (Obama: 21 de janeiro de 2009, Washington, D. C.), sublinham a veracidade da crença de que eles, o Povo, estão destinados por Deus a serem, se não a maior nação no mundo, aquela que se destacará das demais; e isso, acreditam, não é uma alucinação sua, mas algo que estará para sempre registado nos seus documentos fundadores e ‘in the words of the Scripture’ (Obama: Idem). As outras nações jamais terão ‘to carry forward that precious gift, that noble idea, passed on from generation to generation’ (Idem) como eles o tiveram de fazer, na medida em que ‘the God-given promise that all are equal, all are free, and all deserve a chance to pursue their full measure of happiness’ (Idem) apenas será obtida naquele lugar, por aquelas pessoas. Não acreditassem eles veemente de que aquela terra era a prometida por Deus e eles o *Povo Eleito*, o Adão inocente.

Certo é que, atualmente e essencialmente em tempos de crise, a imagética americana recorda a sua retórica primordial, mas nunca com tanto fervor como os seus antepassados, que ‘packed up their few worldly possessions and travelled across oceans in search of a new life’ e que ‘toiled in sweatshops and settled the West’ (Idem), carregando na bagagem apenas a utopia e a crença de que a América seria ‘as bigger than the sum of our individual ambitions; greater than all the differences of birth or wealth or faction’ (Idem). Não é ao acaso que Obama relembra aquela viagem como algo a reter e que eles ‘remain the most prosperous, powerful nation on Earth’ (Idem), muito devido à rebeldia daqueles que souberam dizer Não. Esta é a mensagem que pretendem fazer perdurar no tempo e ‘let it be said by our children’s children that when we were tested we refused to let this journey end, that we did not turn back nor did we falter; and with eyes fixed on the horizon and God’s grace upon us, we carried forth that great gift of freedom and delivered it safely to future generations’ (Idem). Esta é a convicção contemporânea e o aviso que promovem sem cessar, lembrando ao mundo, não a sua hegemonia terrena, mas o seu domínio moral.

Persuade-se pelo carácter quando o discurso é proferido de tal maneira que deixa a impressão de o orador ser digno de fé. Pois acreditamos mais e bem mais depressa em pessoas honestas, em todas as coisas em geral, mas sobretudo nas de que não há conhecimento exacto e que deixam margem

para dúvida (Aristóteles, 2007: 96).

Segundo as diretrizes aristotélicas, a retórica caracteriza-se por um discurso feito em público, com fins persuasivos. Ademais, o orador aristotélico controla as paixões dos seus ouvintes através do recurso a metáforas, epítetos e descrição. Tomando o exemplo prestado de Obama, a retórica utilizada assenta no recurso exaustivo a metáforas - pelo que há a menção de expressões que produzem sentidos figurados na imagética da sociedade em questão -, epítetos - ex. 'We, the People' - e à descrição de uma história que terá de ser lembrada, para que a nação norte-americana prossiga 'in this winter of our hardship' (Obama: 21 de janeiro de 2009, Washington, D. C.).

(...) os argumentos com base em factos históricos são mais úteis nas deliberações públicas, porque, na maior parte dos casos, os acontecimentos futuros são semelhantes aos do passado (Aristóteles, 1983: 208).

Tal como Aristóteles referencia na sua *Retórica*, será 'conveniente usar máximas triviais e comuns' (Aristóteles, 1983: 211) para que o discurso obtenha o aplauso. Assim sendo, 'as máximas são de grande utilidade nos discursos, por causa da mente tosca dos ouvintes, que ficam contentes quando alguém, falando no geral, vai de encontro às opiniões que eles têm sobre casos particulares' (Idem).

Deveras, Obama - e também Bush - soube utilizar máximas tão bem conhecidas no seio da sociedade onde também ele se insere, apelando à memória coletiva. Deste modo, persuade os seus ouvintes a que, com ele, encontrem um novo caminho para a nação, um caminho que só ele e 'the People', a nação eleita por Ele, saberão percorrer.

3.4. O espetáculo da política, floreado de retórica religiosa

A língua é uma obra de arte e deve ser considerada como tal, portanto objetivamente; assim, tudo o

que é expresso nela deve seguir regras e corresponder à sua intenção; em cada frase, é preciso que se comprove o que deve ser dito como algo que objetivamente se encontra ali (Schopenhauer, 2009: 124).

Sabe-se que, as palavras desempenham um papel solene na Religião, uma vez que a linguagem é condição sem a qual não é possível a interpelação da(s) figura(s) divina(s), para dela(s) se doutrinar e para a expressão do sentimento devoto. Parte-se do princípio que o discurso religioso poderá ser examinado retoricamente como persuasivo, respeitando uma panóplia de formas e estruturas.

To explore the points of contact between rhetoric and religion, it may be convenient to start by locating rhetorical forms of religious expression in order to establish a kind of map of religious discourse (Pernot, 2006: 237).

Ou seja, o enunciado religioso consiste na abordagem da figura celestial, que inclui a narração dos seus feitos e poderes. Assim, as mensagens religiosas poderão ser analisadas retoricamente, e na retórica *per se* há uma dimensão religiosa, já que o ‘dialogue between these two realities, religion and rhetoric, can be explained by the affinities that exist between persuasion and belief and between art and the sacred’ (Idem: 253). Encadeado, é do conhecimento comum que a Igreja é uma entidade detentora de um poderio de coesão das massas e o discurso religioso evoca uma identidade externa - no caso das Igrejas Católicas e Protestantes, a imagem de Cristo - para a manutenção do grupo reunido, segundo um credo. Por conseguinte, as instituições religiosas agregam os fiéis, pela identificação com a figura de Cristo.

O discurso político realiza uma tarefa *sui generis* enquanto mecanismo de comunicação, pois, se os demais podem vir a revelar a voz do sujeito falante, nele resta apenas a noção de dogma. Não deixa de ser uma situação curiosa estar diante da mais visível forma de persuasão e do mais invisível eu persuasivo! Deus não fala, dado ser uma realidade imaterial; quem fala em seu nome não é dono do discurso: o pastor é apenas veículo, porta-voz, no máximo um ‘interpretador’ da palavra do Senhor

(Amaral, 2003: 167).

É incognoscível ignorar a influência dos princípios básicos cristãos no sistema democrático norte-americano, sendo que a importância destes assenta na ‘information it conveys about the expected behavior of other political actor’ (Posner, 2005: 104). Ademais, transporta os mecanismos através do quais os símbolos, as tradições, os rituais e os mitos influenciam as interações sociais e políticas: a religião induz o comportamento político, na medida em que delimita as percepções face a problemáticas políticas.

Todavia, a intensidade segundo a qual a política é motivada pelas normas religiosas, não demonstra ser consistente no decorrer da história presidencial norte-americana: alguns presidentes foram manifestamente mais regidos pelos valores cristãos do que outros, conquanto todos os presidentes dos Estados Unidos terem sido guiados, mesmo que tenuemente, por fundamentos religiosos⁵².

Religion can thus function not only as a source of communal loyalty and shared identity and understandings, but also as a powerful ideology, a set of normative principles and claims about how the world ought to function (Busse, 2012: 427).

Quiçá, os discursos políticos, adornados de apelos de caráter religioso, foram grandes pontos de partida para a criação de imagens, de valores, do caráter e das possíveis aspirações dos candidatos presidenciais pela massa eleitoral e pelas oposições partidárias. A arenga manifesta-se de forma subtil, como a figura presidencial ler passagens bíblicas no horário eleitoral gratuito, ou de forma evidente, como a questão do aborto ou outras demais que se sirvam dos valores morais da Igreja Católica e Protestante, com lente estratégica na atração e persuasão do auditório eleitoral, criando imagens sedutoras e narrações sugestivas.

⁵² Dita a história que a esmagadora maioria dos 44 presidentes dos Estados Unidos era cristã; Thomas Jefferson, Andrew Johnson e Abraham Lincoln não eram afiliados a qualquer instituição religiosa; John F. Kennedy era católico. O atual presidente dos Estados Unidos, Barack Obama, converteu-se recentemente ao Cristianismo moderado; Entende-se, por conseguinte, que a afiliação religiosa não é condição *sine qua non* para o uso ou não de concepções religiosas na retórica política norte-americana.

America will not bow down to tyrants (...). Image a world in which they [os terroristas] were able to control governments (...). America did not seek this global struggle, but we're answering history's call with confidence and a clear strategy (...). We fight for this day, because the security of our own citizens depends on it. This is the great ideological struggle of the 21st century - and it is the calling of our generations (Bush: 5 de setembro de 2006, Washington, D.C.).

O presidente George W. Bush é um óbvio espécime de alguém que se serviu dos seus valores privados como força motriz no processo de decisão política interna e externa. Tais tendências não demonstram ser tão acentuadas como as do atual presidente, Barack Obama. Atente-se que, os motivos que delimitam a tomada de decisão presidencial são concebidos como consequência de uma multitude de fontes. Isto posto, há inúmeras premissas que elucidam qual a fonte com mais influxo e proeminência, contudo, este estudo cingir-se-á ao da Religião. Como George Edwards previu, 'presidents are not robots', na medida em que eles 'have choices and exercise them' (Edwards; George; Wayne, 2006: 254); *id est*, o presidente deverá ser tido com vista na sua orientação psicológica e dimensão cognitiva, pelo que, a análise destas, auxilia no entendimento de como a personalidade 'shapes, motivates, activates, and conditions responses, and influences judgment' (Idem: 261).

Na administração Bush, denotou-se a repetida abordagem cristã metodista, evidente nos assuntos de teor externo: numa entrevista pública admitiu que 'accepted Christ (...) which led [a Bush] to believe that if you change your heart, you can change your behavior'⁵³. Sabe-se que, o presidente Bush não revela timidez aquando da exteriorização da sua fé na figura de Deus ou na sua religião, como alicerce para a sua tomada de decisão. Consequentemente, quando a problemática de Saddam Hussein despontou em 2002, Bush e a sua filosofia evangélica surgiu igualmente em ocasião. Aliás, sobre o ditador, o presidente norte-americano declarou ser 'a terrible guy who is teaming up with Al Qaeda', adicionando que 'tortures his own people and hates

⁵³ Trecho de uma entrevista a George W. Bush pelo *The Washington Post*. In *His Own Words: 'I Made Mistakes'*. Austin, 1999. Disponível no Anexo B. Acedido a Julho, 2016, em: <http://www.washingtonpost.com/wp-srv/politics/campaigns/wh2000/stories/bushtext072599.htm>

Israel' (Woodward, 2004: 188). Tal transpõe a evidência dos dois primordiais objetivos para os cristãos protestantes - a defesa dos direitos humanos e a sobrevivência de Israel - que contraria os ideais conservadores sobre os quais Bush tão orgulhosamente se sustenta. A perseverança de tal credo subsistia-se simplesmente porque faria sentido que a população, súbdita a um líder opressivo, almejasse mudança e liberdade; Bush supunha que os iraquianos necessitavam de serem libertados dos devaneios de um ditador autoritário. Mesmo que as suas intenções no Iraque fossem moralmente válidas, Bush viu a guerra no território através de uma lente precipitada, com uma urgência desnecessária, provocada pelos seus valores cristãos.

Depreende-se que, o presidente supramencionado permitiu que a sua visão metodista dominasse o seu comportamento e recomendações face à política externa, antes de considerar as implicações de uma campanha militar no Iraque. Note-se que, os crentes cristãos tendem a elevarem-se a totais detentores da solução de problemas, antes de se comprometerem na criação de instituições. E esta filosofia busheana tornou-se óbvia com a incapacidade de elaboração de planos para a estabilidade a longo prazo no Iraque. Nada obstante da fragilidade do plano de guerra não poder ser atribuído exclusivamente ao presidente ou à sua filosofia religiosa, os motivos básicos da imediata e poderosa campanha militar, com vista na destituição de um ditador imoral e tirânico, ecoam uma mentalidade protestante. Mas terá sido a convicção religiosa que igualmente conduziu ao abalo nas Relações Transatlânticas?

3.5. Bush, Obama e as Relações Transatlânticas: a Retórica Política em mudança

We, too, have miserable failed to solve the problems of our epoch. And nowhere in the world have men's failures been so little excusable as in the United States of America (Luce, 1999: 160).

Os meses que entre-correram os ataques de 2001, traduziram-se em tensão

mundial e ação política e militar norte-americana. O presidente Bush valeu-se de conceitos como, ‘Tonight we are a country awakened to danger and called to defend freedom’ (Bush: 20 de setembro de 2001, Washington D. C.); ou ainda ‘Americans have known wars, but for the past 136 years, they have been wars on foreign soil, except for one Sunday in 1941’ (Idem), ‘The advance of human freedom, the great achievement of our time, and the great hope of every time, now depends on us’ (Idem) e ‘Freedom and fear, justice and cruelty, have always been at war, and we know that God is not neutral between them’ (Idem).

O intuito de tal retórica seria mobilizar a opinião pública doméstica, agregar a internacional e destacar a posição dominante dos Estados Unidos no mundo, posição essa reivindicada após o término oficial da Guerra Fria. O uso de referências ao fardo da missão no mundo, não indica *per se* que todo o cidadão tenha aplaudido a argumentação, neste caso, do presidente George W. Bush. Todavia, indica que, todo o norte-americano a reconhece e nela se identifica. Veja-se o historiador inglês Philip John Davies (1996), que afirmara que o mito que torneia o imaginário da nação é tão consistente e vigoroso que a realidade tende a confundir-se com ele (Cf. Davies, 1996).

Em continuação, a ideologia individual, quando integrada na coletiva, é importante para o entendimento das ações de caráter externo, uma vez que ela legitima os atos isolados dos protagonistas políticos. Relembre-se diplomatas como Benjamin Franklin, John Adams e John Quincy Adams, que viram a sua vitória através das derrotas militares, trabalhando com figuras intemporais como George Washington ou James Monroe⁵⁴. Quiçá, o credo ideológico popular mais difundido acerca da política externa seja o da missão, de um destino particular de encaminhar a democracia até aos mais recônditos locais do planeta. Pois, a democracia crê-se ser o único regime político capaz de ofertar aos demais povos a liberdade e a paz.

⁵⁴ George Washington e James Monroe são figuras presidenciais associadas a alguns dos mais importantes acontecimentos históricos no território norte-americano: respectivamente a Guerra de Independência dos Estados Unidos e a Doutrina Monroe. Benjamin Franklin, John Adams e John Quincy Adams, diplomatas a mando da administração de, maioritariamente, Pais Fundadores e igualmente na qualidade de presidentes, tiveram a sua quota parte quer na redação da Declaração de Independência e Constituição dos Estados Unidos, quer na Doutrina Monroe. Todas estas figuras e seus legados perduram no imaginário da nação norte-americana, pelos valores que propagaram e pela perseverança, em tempos de crise.

O segundo discurso inaugural de Bush (2005) demonstra estar farto em justificações face à sua política externa e, a par de outros direcionados para a intervenção no exterior, há referências à história ideológica norte-americana. Adicionalmente, a América, segundo Bush, ‘has a visible direction, set by liberty and the Author of Liberty’ (Bush: 22 de janeiro de 2005, Washington, D. C.). Certo é que, a política externa da administração Bush fora continuamente reprovada, primeiramente pelo seu semblante isolacionista, posteriormente pela sua precipitação militar no Iraque.

It is untenable for Israeli citizens to live in terror. It is untenable for Palestinians to live in squalor and occupations. And the current situation offers no prospect that life will improve. Israeli citizens will continue to be victimized by terrorists, and so Israel will continue to defend herself (...). My vision is two states, living side by side in peace and security. There is simply no way to achieve that peace until all parties fight terror (Bush: 24 de junho de 2002, Washington, D. C.).

Essa leviandade justificada somente pela missão moral de paz e segurança foi, no segundo discurso inaugural, desconstruída: ‘The survival of liberty in our land increasingly depends on the success of liberty in other lands. The best hope for peace in our world is the expansion of freedom in all the world’ (Bush: 20 de janeiro de 2005, Washington, D. C.). Assim, Bush esclareceu o fracasso da sua política externa por intermédio de uma retórica implacável, sustentada em valores e premissas religiosas, radicadas e partilhadas no imaginário do povo americano. O paradigma, para os críticos estrangeiros, sumariou-se na questão: por que é que os americanos se deixaram encantar com a sua retórica bélica apocalítica?

A Religião é bem-vista pelo povo norte-americano, quando explanada na retórica política, e é certo que Barack Obama teve de reprimir o seu alegado desvio religioso⁵⁵,

⁵⁵ Muito se tem especulado acerca da religião do atual presidente dos Estados Unidos, Barack Obama. Por na sua infância ter frequentado uma escola católica, uma escola muçulmana, uma escola pública e uma escola privada, poder-se-á admitir que seja consciente e informado da diversidade de sistemas de credo religiosos. Porém, desde que prosseguiu uma carreira política, é oficialmente Cristão Protestante. Pela sua experiência religiosa e por estar aberto ao diálogo com outras instituições religiosas, parte-se da aceção de que não pratica a sua religião oficial tão afincadamente como os seus antecessores presidentes.

asseverando publicamente que seria um devoto cristão. Por várias vezes, mormente a frente cristã evangélica da direita política, criticou Obama, pela sua falta de capacidade em evocar devidamente as figuras divinas nos seus discursos e pelas suas citações sinuosas relativamente à religião muçulmana. A julgar por tais críticas, o seu primeiro e segundo discurso inaugural, repletos de referências um pouco ao estilo de Bush - históricas, míticas e apocalíticas - esconderá, portanto, uma postura mais moderada e, talvez, laica. Decerto, a separação secular constitucional entre o Estado e Igreja não seja tão linear como teoricamente aparente, uma vez que, a pressão de popularidade dos políticos radica na menção de conceitos que apelem à emoção do povo: nos Estados Unidos, a religião - cristã - e a alusão a noções que dela brotaram, estão na vanguarda da estima dos norte-americanos.

This is the source of our confidence, the knowledge that God calls on us to shape an uncertain destiny (...). Let it be said by our children's children that when we were tested we refused to let this journey end, that we did not turn back nor did we falter; and with eyes fixed on the horizon and God's grace upon us, we carried forth that great gift of freedom and delivered it safely to future generations (Obama: 21 de janeiro de 2009, Washington, D. C.).

My fellow Americans, the oath I have sworn before you today, like the one recited by others who serve in this Capitol, was an oath to God and country, not party or faction (Obama: 21 de janeiro de 2013, Washington, D. C.).

Credos religiosos e análises das menções d'Ele à parte, se há algo que é transversal a todos os presidentes dos Estados Unidos é a referência assídua dos mitos fundadores da nação, sendo que Obama não é exceção. Apesar de mais comedido, no que à oratória no estrangeiro concerne, Barack Obama tem igualmente empregado termos que reportam aos primórdios da nação, justificando a sua ação externa como 'missão'.

Our alliance is the foundation of global security. Our trade and our commerce is the engine of our

global economy. Our values call upon us to care about the lives of people we will never meet. When Europe and America lead with our hopes instead of our fears, we do things that no other nations can do, no other nations will do. So we have to lift up our eyes today and consider the day of peace with justice that our generation wants for this world (...). America will stand with Europe as you strengthen your union. And we want to work with you to make sure that every person can enjoy the dignity that comes from work -- whether they live in Chicago or Cleveland or Belfast or Berlin, in Athens or Madrid, everybody deserves opportunity. We have to have economies that are working for all people, not just those at the very top (...). And the greatest tribute that we can pay to those who came before us is by carrying on their work to pursue peace and justice not only in our countries but for all mankind (Obama: 19 de junho de 2013, Berlim).

A oratória de Obama, ‘in the heart of Europe’ (Idem), patenteia os seus anseios no exterior: uma aliança transatlântica firme, com uma Europa estável, para, juntos, suprimirem as problemáticas e alcançarem a paz mundial. Esta revela ser a atual missão norte-americana no mundo, na medida em que o povo aprendeu, com o neo-isolacionismo do seu antecessor George W. Bush, que o fardo do seu destino não carece de ser suportado somente por eles: a cooperação internacional, em especial com a sua aliada transatlântica, Europa, auxiliará a concretização daquilo que Deus lhes destinou. Adicionalmente, Obama despediu-se de Berlim com o vocábulo perpetuado por gerações na retórica presidencial: ‘Vielen Dank. God bless you. God bless the peoples of Germany. And God bless the United States of America’ (Idem). Apesar da impopularidade da retórica religiosa política na laica Europa, não deixa de ser curioso que o líder da aliança e do outrora crido *Povo Eleito*, se despeça do continente que um dia os fez partir para lá do Oceano, partilhando com ele a maior graça de Deus: a sua e a Sua.

Considerações finais

An ethics of rhetoric requires that ultimate terms be ultimate in some rational sense. The only way to achieve that objective is through an ordering of our own minds and our own passions (Weaver, 1985: 232).

As premissas que motivam as decisões presidenciais são desenhadas consoante díspares fontes. A personalidade, motivos e orientações sociais e políticas influenciam a tomada de decisões, pelo que, para um melhor entendimento do fenómeno de influencia religiosa na política dos Estados Unidos, dever-se-á ter em atenção a componente psicológica dos seus líderes: a filosofia religiosa ou o sistema de crenças, referentes às decisões na política externa, são fatores que contribuem para a delimitação da sua atitude e, consequentemente, da sua personalidade e visão do mundo. Constate-se que, a generalidade dos presidentes dos Estados Unidos foram praticantes do Cristianismo e, aparentemente, impressionados por esta nuance religiosa e seus escritos.

A influência da Religião na política, que se quer laica, é evidente em todo o mundo, até em Estados seculares como os Estados Unidos. O impacto da filosofia religiosa, perceptível no comportamento dos presidentes norte-americanos, tem sido induzido pelo sistema de valores cristãos, enraizados na própria cultura e história daquele lugar. Por conseguinte, esta perspetiva religiosa enfatiza o otimismo urgente no auxílio e redenção daqueles que não partilham as mesmas convicções do que eles, e a missão desconstrói-se na ação contra regimes políticos não democráticos, opressivos, subdesenvolvidos e, acima de tudo, não cristãos: o intento será resgatar a população para a democracia cristã e a demanda será a conversão de todos.

Relembre-se que, os Estados Unidos foram fundados, em larga escala, por indivíduos dissidentes do protestantismo, sendo alguns vítimas de perseguições religiosas, advindas de uma igreja nacional institucionalizada. Dessarte, os colonos

ingleses partiram para o novo continente, determinados em evitar a realidade que vivenciaram e os erros europeus que os afligiram: havia na Inglaterra um estabelecimento nacional de uma religião que, pela sua definição, favorecia setores sociais em detrimento de outros. Com efeito, a Religião, continuamente e inegavelmente, consolidou-se como justificativa mor para a construção de uma sociedade na América do Norte.

Não obstante, presidentes, candidatos e demais atores políticos têm continuamente evocado temas religiosos para justificarem assuntos políticos de intervenção externa, económicos, sociais ou a sua própria convicção. Adicionalmente, os políticos frequentemente discutem a sua religião aquando da campanha, e muitas igrejas e figuras religiosas são ativamente evocadas na política.

Certo é que, a Religião de cada indivíduo é deveras íntima e a crença nesta tem sido justificada de múltiplas valências, quer sejam elas de violência/terrorismo ou compaixão/caridade. Aliás, o terrorismo demonstra estar no cerne da preocupação contemporânea e, lembrando os ataques daquele fatídico Setembro de 2001, argumenta-se que, o fator intencional na vanguarda dos preceitos daqueles proclamados terroristas, assentou na forma como os atores dos demais estados e nações foram claramente influenciados pela Religião, em particular no processo de decisão de intervenção externa. Os Estados Unidos, como sumariamente comprovado no decorrer da redação, não são exceção em tal fenómeno de influência religiosa nas diásporas sociais.

Em continuidade, a ideologia demonstra ser um tópico também ele relevante no seio do estudo social, político e cultural - para efeitos deste estudo - norte-americano. McLellan (1986) já denotara a conceção da tradição moral como ‘the most elusive concept in the whole of social science’ (McLellan, 1986: 1).

We propose that a given ideology can reflect both genuine (...) attempts to understand, interpret, and organize information about the political world as well as conscious or unconscious tendencies to rationalize the way things are or alternatively the desire for them to be different (McLellan, 1986: 4).

A redação propôs-se a corroborar que os credos, mitos e ideologias ancestrais norte-americanas poderão prontamente serem coletados na retórica política dos atuais líderes. Ou melhor, tais valores morais, manuseados no discurso, são alvo de aplauso por parte do povo. Depreende-se que, apesar de não tão fervorosamente divagados como outrora, os conceitos permanecem ativos no imaginário da nação e são partilhados, significando algo que apenas eles entendem.

Cruzando a retórica de George W. Bush e Barack Obama é evidente a continuidade no uso de tais conceitos, por serem eles vangloriados. O estudo sugeriu justamente que, independentemente do público-alvo ser nacional ou internacional, a retórica religiosa e ideológica, empregada no discurso político dos presidentes ilustrados, são legitimadas. Quer o discurso de Bush em Praga (2002) ou o de Obama em Berlim (2013), em cenários culturais leigos, pressupõem a aprovação e, quiçá, a adesão do povo europeu àquela retórica. Tais empregos não são denotados no seio da retórica europeia, porém acolhidos como se de uma linguagem genérica se tratasse - *id est*, mesmo que os vocábulos não sejam entendidos, na sua real aceção de sentido, são aceites pelo sistema de valores ocidental, que se quer universal.

Atualmente, a nação norte-americana lida com evoluções, metamorfoses e conjunturas internas e externas, tal como a obsoleta oscilação de visões, credos e interesses das subseqüentes administrações presidenciais, entre os supremos Partidos Democrata e Republicano, ou entre a administração vigente e o Congresso. Nada obstante, deverá o presidente ser capaz de responder às reivindicações de caráter interno e externo e, acima de tudo, ‘afirmar e promover os interesses e valores dos Estados Unidos nos demais palcos internacionais’ (Freire, 2011: 125).

(...) if the United States is drawn into conflicts around the world, it will become the hated object of machination by others, including those who practise terrorism or seek to develop biological and chemical as well as nuclear weapons of mass destruction (Jones; Wittkopf, 2008: 11).

Axiomático é que, e mesmo que num tom atualmente ténue, os norte-americanos creem ser eles os únicos detentores do supremo juízo, o seu regime aquele a ser

rastreado por todos, a sua sociedade aquela a ser replicada e os seus credos aqueles ímpares fidedignos. A retórica dos seus líderes emana repetidamente vocábulos à vista disso, e é nessa linguagem que, em pleno século XXI, o povo encontra reconforto.

Tal como Aristóteles referenciara n' *A Retórica* (2005), será 'conveniente usar máximas triviais e comuns' (Aristóteles: 211) para que o discurso obtivesse o aplauso. Assim sendo, 'as máximas são de grande utilidade nos discursos, por causa da mente tosca dos ouvintes' (Idem), que se alegram 'quando alguém, falando no geral, vai de encontro às opiniões que eles têm sobre casos particulares' (Idem). Com efeito, os presidentes Bush e Obama souberam usar premissas tão bem conhecidas no seio da sociedade onde também eles se inserem, máximas ancestrais e já também manuseadas *ad tedium* pelos seus antecessores.

A Religião na América continua a ser uma força motriz na política e na vida social dos Estados Unidos, e se há algo excecional na nação é o livre-trânsito da fé em todas as componentes sociais. Veja-se que, quando um funcionário público assume o seu cargo, ergue a mão direita sobre a Bíblia e jura que preservará a Constituição; a América do Norte como elegida por Deus para um destino *sui generis* no mundo é o mote das cerimónias sacras, dos discursos presidenciais e da Religião Civil. Quiçá, os norte-americanos já não aguardem a chegada do Divino e já não se considerem o *Povo Eleito* da Bíblia. Todavia, a missão que Ele lhes atribuiu de realizar a bondade d'Ele na Terra, subsiste como ideal; o povo reconhece este mito, e os líderes políticos reforçam-nos na sua retórica.

Referências Bibliográficas

Monografias:

ALMEIDA, Marco Antonio Bettinede; CORRÊA, Felipe; SILVA, Alessandro Soares da. *Psicologia Política: Debates e Embates de um campo Interdisciplinar*. São Paulo: Each, 2012.

ARISTÓTELES. *Arte Retórica e Arte poética*. 17ª ed. Rio de Janeiro: Ediouro, 2005.

ARISTÓTELES. *On Rhetoric: A theory of Civic Discourse*. Trad. George A. Kennedy. 2ed. Nova Iorque: Oxford University Press, 2007.

ARISTÓTELES. *Retórica*. 2ª ed. Trad. Abel do Nascimento Pena; Manuel Alexandre Júnior; Paulo Farmhouse Alberto. Lisboa: Casa da Moeda, 2005.

AVELAR, Mário. *História(s) da Literatura Americana*. Lisboa: Universidade Aberta, 2004.

BADIE, Bertrand; BERG-SCHLOSSEN, Dirk; MORLINO, Leonardo. *International Encyclopedia of Political Science*. Los Angeles: Sage, 2011.

BADIE, Dina; FOLKER, Jennifer Sterling. *Routledge Handbook of American Foreign Policy*. Abingdon on Thames: Routledge, 2012.

BALANDIER, Georges. *O Poder em Cena: Pensamento Político*. Trad. Luiz Tupy Caldas de Moura. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1980.

BARTHES, Roland. *Image Music Text*. Trad. Stephen Heath. Londres: Fontana, 1977.

BECK, Ulrich. *The Brave New World*. Trad. Patrick Camiller. Reino Unido: MPG, 2000.

BELL, Daniel. *The Cultural Contradiction of Capitalism: 20th Anniversary Edition*. Nova Iorque: Basic Books , 1996.

BERCOVITCH, Sacvan. *A Retórica como Autoridade: puritanismo, a Bíblia e o mito da América*. In: *Brasil & EUA: Religião e Identidade Nacional*. Trad. Sérgio Lamarão. Rio de Janeiro: Graal, 1988.

BERCOVITCH, Sacvan. *The American Jeremiad*. Wisconsin: University of Wisconsin Press, 2012.

BERLIN, Isaiah. *The Crooked Timber of Humanity Chapters in the History of Ideas*. Ed. Henry Hardy. Londres: John Murray, 1990.

BILLIG, Michael. *Ideology and Opinions: Studies in Rhetorical Psychology*. Reino Unido: Sage, 1991.

BÖHN-BAWERIC, Eugen von. *A teoria da exploração do socialismo-comunismo*. Rio de Janeiro: José Olympio Editora/Instituto Liberal, 1982.

BOUILLAND, Henri. *La formation du concept de Religion en Occident, 'Humanism et Foi Chrétienne*. Paris: Beauchesne, 1976.

BRADFORD, William. *Of Plymouth Plantation*. Nova Iorque: Dover, 2006

BROADWATER, Jeff. *George Mason: Forgotten Founder*. Chapel Hill: University of

North Carolina, 2006.

BUENO, Eduardo. *Náufragos, Traficantes e Degradados: as primeiras expedições ao Brasil*. Brasil: Brasiliis, 2016. Vol. 2.

BURNS, J. H. *The Cambridge History of Political Thought: 1450-1700*. Reino Unido: Cambridge University Press, 1991.

BURKE, Kenneth. *A Rhetoric of Motives*. Berkeley: University of California Press, 1969.

BURKE, Kenneth. *The Rhetoric of Religion Studies in Logology*. Londres: University of California Press, 1970.

CABRAL, A. L. T. *A força das palavras: dizer e argumentar*. São Paulo: Contexto, 2010.

CALDEIRA, Isabel; CANELO, Maria José; SANTOS, Irene Ramalho. *America Where? Transatlantic Views of the Unites States in the Twenty-first Century - Transatlantic Aesthetics and Culture*. Bern: Peter Lang, 2008. Vol. 6.

CASTRO, Zília Osório de. *Ideias Políticas (Séculos XVII-XIX)*. Lisboa: Horizonte, 2002.

CHALIS, Paul. *L'Homme et la Religiôn: Recherches sur les sources psychologiques des croyances*. Paris: Albin Michel, 1963.

CHEVALLIER, Jean-Jacques; GUCHET, Yves. *As Grandes Obras Políticas: De Maquiavel à Actualidade*. Mem Martins: Europa-América, 2004.

CONDREN, Conal. *George Lawson's Politics and the English Revolution*. Reino Unido: Cambridge University Press, 1989.

CRAVO, Teresa; HENRIQUES, Miguel; MIGUEIS, Ricardo; PINTO, Ana; REIS, Bruno; RODRIGUES, Pedro Caldeira; *Europa, Estado Unidos e a Gestão de Conflitos*. Lisboa: Fundação Friedrich Ebert, 2006.

CRÈVECOEUR, J. Hector St. John de. *Letters from an American Farmer and the Sketches of Eighteenth-Century America*. Nova Iorque: Penguin, 1981.

CROCKER, Chester A.; PICKERING, Thomas R. *America's Role in the World: Foreign Policy Choices for the Next President*. Georgetown: Institute for the Study of Diplomacy, 2008.

CURTRIGHT, Travis. *Thomas More: Why Patron of Statesman?*. Londres: Lexington, 2015.

DAVIES, Philip John. *Representing and Imagining America*. Cornwall: Keele University Press, 1996.

DIAS, Geraldo José Amadeu Coelho. *Religião e Simbólica: O sonho da Escada de Jacob*. Águeda: Artipol, 2001.

DOSTOIÉVSKI, Fiódor. *O Duplo*. Trad. Nina Guerra; Filipe Guerra. Barcarena: Presença, 2003.

DUARTE, Newton. *Sobre o Construtivismo: Polémicas do Nosso Tempo*. Brasil: Autores Associados, 2000.

DURAND, Gilbert. *Campos do imaginário*. Lisboa: Instituto Piaget, 1996.

DYKE, Henry van. *The Poems of Henry van Dyke*. Charleston: BiblioBazaar, 2004.

DURKHEIM, Émile. *A ciência social e acção*. Amadora: Bertrand, 1975.

DUVERGER, Maurice. *Sociologia da Política: Elementos de Ciência Política*. Coimbra: Almedina, 1983.

EDWARDS III, George C; WAYNE, Steven J. *The Psychological Presidency: Presidential Leadership*. Austrália: Thompson Wadsworth, 2006.

ELIADE, Mircea. *Tratado da História das Religiões*. Lisboa: Cosmos, 1977.

ELIAS, Norbert. *What is Sociology?*. Londres: Hutchinson, 1978.

ERIKSON, Erik H. *Childhood and Society*. Nova Iorque: Norton, 1950.

FERRREIRA, L. A. *Leitura e persuasão: princípios de análise retórica*. São Paulo: Contexto, 2010.

FIGUEIREDO, Laura Costa Dias de; FIGUEIREDO, António Leitão de. *Great Britain and the U.S.A.: Past and Present*. Gaia: Litografia União, 1969.

FEHR, Michael; RAMSBROCK, Annelie; RÜSEN, Jörn. *Utopische Literature und die Schaffung nationaler und personaler Identitäten: Die Unruhe der Kultur - Potentiale des Utopischen*. Weilerswist: Velbrück, 2004.

FLORIVAL, Cárceres. *História do Brasil*. São Paulo: Moderna, 1993.

FREIRE, Maria Raquel. *Política Externa: As Relações Internacionais em Mudança*. Coimbra: Imprensa da Universidade de Coimbra, 2011.

FREUD, Sigmund. *Psicologia de grupos e análise do Ego*. In: *Além do princípio do prazer, psicologia de grupo e outros trabalhos: Obras completas*. Rio de Janeiro: Imago, 1995.

FROST, Robert. *The Poetry of Robert Frost: The Collected Poems, Complete and Unabridged*. Ed. Edward Connery Lathem. Nova Iorque: Henry Holt and Company, 1979.

GATELL, Frank Otto; GOODMAN, Paul; WEINSTEIN, Allen. *The Growth Of American Politics: A Morden Reader*. Estados Unidos da América: Oxford University Press, 1972. Vol. 1.

GIBSON, Michael. *Simbolismo*. Lisboa: Taschen, 1999.

GILL, Ann. *Rhetoric and human understanding*. Illinois: Waveland, 1994.

GOLDBERG, Steven. *Seduced by Science: How American Religion has lost its way*. Nova Iorque: New York University Press, 1999.

GOODIN, Robert E; KLINGEMANN, Hans-Dieter. *A New Handbook of Political Science*. Oxford: Oxford University Press, 1996.

HOBBS, Thomas. *De Cive: The English Version*. Ed. Howard Warrend. Oxford: University Printing House, 1983. Vol. 3.

HOMERO. *Odisseia*. Trad. Frederico Lourenço. Lisboa: Cotovia, 2003.

HUDDY, Leonie; LEVY, Jack S., Robert; SEARS, David O. *Oxford Handbook of Political Psychology*. Nova Iorque: Oxford University Press, 2003.

HURD, Ian. *Constructivism*. In: *The Oxford Handbooks of Political Science*. Ed. Robert E. Goodin. Nova Iorque: Oxford University Press, 2008.

JAMES, William. *Pragmatist's conception of truth*. In LYNCH, M. P. *The Nature of Truth*. Cambridge: The MIT Press, 2001.

JONES, Howard Mumford. *O Strange New World - American Culture: The Formative Years*. Nova Iorque: Viking, 1964.

JONES, Christopher; Wittkopf, Eugene R. *American Foreign Policy: Pattern and Process*. 7ª ed. Belmont: Thomson Wadsworth, 2008.

JUDIS, John. *The Folly of Empire: What George W. Bush could learn from Theodore Roosevelt and Woodrow Wilson*. Nova Iorque: Scribner, 2004.

KANT, Immanuel. *The Critique of Pure Reason*. Trad. J. M. D. Meiklejohn. Seattle: Pacific Publishing Company, 2011.

KINNVALL, Catarina; NESBITT-LARKING, Paul W. *Political psychology of Globalization: Muslims in the West*. Nova Iorque: Oxford University Press, 2011.

KISSINGER, Henry. *Diplomacy*. Nova Iorque: Simon & Schuster, 1994.

KLOECKNER, Christian; KNEWITZ, Simone; SIELKE, Sabine. *Beyond 9/11: Transdisciplinary Perspectives on Twenty-First Century U.S. American Culture*. Frankfurt am Main: Peter Lang, 2013.

KNOWLES, Dudley. *Political Philosophy*. Londres: Routledge, 2001.

KOCH, Ingedore Villaça. *O texto e a construção dos sentidos*. 3ª ed. São Paulo: Contexto, 2000.

KRATOCHWIL, Friedrich V. *Rules, Norms, and Decisions: On the Conditions of Practical and Legal Reasoning in International Relations and Domestic Affairs*. Nova Iorque: Cambridge University Press, 1991.

LACERDA, Aarão de. *O fenómeno religioso e a simbólica*. Porto: Edição do Autor, 1924.

LE BON, Gustave. *Caraterísticas gerais das massas*. In: *Psicologia das Massas*. Buenos Aires: Albatros, 1947.

LEDER, Lawrence H. *Liberty and Authority: Early American Political Ideology*. Estados Unidos da América: Norton, 1976.

LIMA, Bernardo Pires de. *As Relações entre a NATO e a União Europeia pós-11 de Setembro*. Lisboa: Universidade Nova de Lisboa, 2009.

LOCKE, John. *Essay Concerning Human Understanding*. 4ª ed. Ed. Peter Nidditch. Oxford: Oxford University Press, 1975.

LOCKE, John. *Two treatises of Government*. Ed. Peter Laslett. Reino Unido: Cambridge University Press, 1988.

LOCKE, John. *Venditio: Political Essays*. Ed. Mark Goldie. Reino Unido: Cambridge University Press, 1997.

LONG, Eugene Thomas. *Twentieth-Century Western Philosophy of Religion: 1900-2000*. The Netherlands: Kluwer Academic Publishers, 2000.

LUEDTKE, Luther S. *Making America: The Society and Culture of the United States*. The Philippines: United States Information Agency, 1987.

MAQUIAVEL, Nicolau. *O príncipe*. 4ª ed. Trad. Fernando Pinto Rodrigues. Mem Martins: Europa-América, 2000.

MATEUS, Maria Helena; XAVIER, Maria Francisca. *Dicionário de Termos Linguísticos*. Lisboa: Cosmos, 1992.

MCCLELLAND, J. S. *A History of Western Political Thought*. Londres: Routledge, 1996.

MEAD, Walter Russell. *Special Providence: American Foreign Policy and How it changed the World*. Nova Iorque: Routledge, 2009.

MESQUITA, Alfredo de. *A América do Norte*. Lisboa: Tinta da China, 2014.

MESSARI, Nizar; NOGUEIRA, João Pontes. *Teoria das Relações Internacionais: correntes e debate*. Rio de Janeiro: Campus, 2005.

MONTEIRO, Paulo Filipe. *O Espectáculo da Política*. In: *Drama e Comunicação*. Coimbra: Imprensa da Universidade de Coimbra, 2010.

MORE, Thomas. *Utopia*. 3ª ed. Trad. Maria Isabel Gonçalves Tomás. Mem Martins: Europa-América, 1995.

MUÑOZ, Maurício Pastor. *Viriato: A luta pela liberdade*. 4º ed. Lisboa: Ésquilo, 2003.

NIETZSCHE, Friedrich. *O Anticristo*. 4ª ed. Trad. Tavares Fernandes. Mem Martins:

Europa-América, 2003.

ONUF, Nicholas. *World of Our Making: Rules and Rule in Social Theory and International Relations*. Columbia: University of South Carolina, 1989.

PERELMAN, Chaïm. *El Imperio retórico: retórica y argumentación*. Trad. Adolfo León Gómez Giraldo. Colombia: Norma, 1997.

PERELMAN, Chaïm; OLBRECHTS-TYTECA, Lucie. *Tratado da argumentação: a nova retórica*. Trad. Mario Ermantina de Almeida Prado Galvão. São Paulo: Martins Fontes, 2005.

PETERSSON, Magnus. *The US NATO Debate: From Libya to Ukraine*. Nova Iorque: Bloomsbury, 2015.

PHILLIPS, Kevin. *American Theocracy*. Nova Iorque: Penguin, 2006.

PINTO, Sérgio. *O Edifício Cultural Norte-Americano: entre a 'Utopia Dominante' e a 'Utopia Marginal'*. 2010. 78 f.. Dissertação (Mestrado em Estudos Anglo-Americanos) - Faculdade de Letras, Universidade do Porto, Porto.

PLANTIN, C. *A argumentação*. Trad. Marcos Marcionilo. São Paulo: Parábola, 2008.

POSNER, D. *Institutions and Ethnic Politics in Africa*. Reino Unido: Cambridge University Press, 2005.

QUINTILIANO. *The Institutio Oratoria*. Trad. H. E. Butler. Londres: Harvard University Press, 1968.

RAMOS, Manuel João. *Essays in Christian Methodology: The Metamorphosis of*

Prester John. Nova Iorque: University Press of America, 2006.

RAPOSO, Henrique. *Um Mundo sem Europeus: Barack Obama entre o fim do Eurocentrismo e o Novo Ocidente*. Lisboa: Guerra & Paz, 2010.

RIBEIRO, R. M. *A construção da argumentação oral no contexto de ensino*. São Paulo: Cortez, 2009.

REYES, Antonio. *Voice in Political Discourse*. Edimburgo: Bloomsbury Publishing PLC, 2013.

SAID, Edward W. *Cultura e Imperialismo*. Trad. Denise Bottmanm. São Paulo: Companhia de Bolso, 1993.

SANTOS, Maria Irene Ramalho de Sousa. *Literatura Norte-Americana*. Lisboa: Universidade Aberta, 1998.

SARGENT, Lyman Tower. *Contemporary Political Ideologies: A Comparative Analysis*. Stanford: Cengage Learning, 2005.

SCHOPENHAUER, Arthur. *A Arte de Escrever*. Trad. Pedro Süsskind. Brasil: L & PM, 2009.

SERVIER, Jean. *Histoire de l'utopie*. Paris: Gallimard, 1967.

STEWART, Donald Jr. *O que é o Liberalismo?*. Rio de Janeiro: Instituto Liberal, 1988.

STIRN, F. *Compreender Aristóteles*. Trad. Ephraim Ferreira Alves. Petrópolis: Vozes, 2006.

SYLVERS, Malcolm. *Os Estados Unidos Entre Domínio e Declínio: Política Interna, Relações Internacionais e Capitalismo Global*. Porto: Campo das Letras, 2003.

TALMON, Jacob. *Utopianism and Politics*. Londres: Conservative Political Centre, 1957.

TAYLOR, Benjamin; WHITE, Thurman J. *Issues and Ideas in America*. Estados Unidos: University of Oklahoma Press, 1976.

TOCQUEVILLE, Alexis de. *A Democracia na América: Leis e Costumes; De certas leis e costumes políticas que forma naturalmente sugeridas aos americanos por seu estado social democrático*. Trad. Eduardo Brandão. São Paulo: Martins Fontes, 2005.

TOUCHARD, Jean. *História das Ideias Políticas*. Trad. Mário Braga. Mem Martins: Europa-América, 1959.

TRINGALI, D. *Introdução à retórica: a retórica como crítica literária*. São Paulo: Duas Cidades, 1988.

TURNER, Frederick Jackson. *The Fronteir in American History*. Nova Iorque: Henry Holt and Company, 1921.

WALT, Stephen M.. *The origins of alliances*. Nova Iorque: Cornell University Press, 1987.

WARNER, Carolyn M.; WALKER, Stephen G. *Thinking about the Role of Religion in Foreign Policy: A Framework for Analysis*. Arizona: Arizona State University, 2011.

WEAVER, Richard M. *The Ethics of Rhetoric*. Nova Jersey: Hermagoras, 1985.

WEBER, Max. *A Ética Protestante e o Espírito do Capitalismo*. Lisboa: Presença, 1983.

WHATELY, Richard. *Elements of Rhetoric*. Nova Iorque: Idebate, 2009.

WILLIAMS, George Hunstston. *Wilderness and Paradise in Christian Thought: The Biblical Experience in the History of christianity of the Paradise Theme in the Theological Idea of the University*. Nova Iorque: Harper & Brothers, 1962.

WINTHROP, John. *A Model of Christian Charity*. (1630). Kindle Edition (Amazon).

WOODWARD, Bob. *Plan of Attack: The Definitive Account of the Decision to Invade Iraq*. Nova Iorque: Simon & Schuster, 2004.

ZAKARIA, Fareed. *From Wealth to Power: the unusual origins of America's world role*. Princeton: Princeton University Press, 1998.

ZANDT, Cynthia J. Van. *Brothers among Nations: the pursuit of intercultural alliances in early America, 1580-1660*. Nova Iorque: Oxford University Press, 2008.

Webgrafia:

ADLER, Emanuel. *O Construtivismo no estudo das Relações Internacionais*. (1999).
Acedido a Março, 2016, em: <http://www.scielo.br/pdf/ln/n47/a11n47>

ALMENDRA, Sandra. *O Presidente Obama e as novas prioridades de segurança nacional*. (2010). Acedido a Fevereiro, 2016, em:

http://repositorio.ulusiada.pt/bitstream/11067/1004/1/LPIS_n4_5.pdf

BIDDLE, Stephen D. *American Grand Strategy After 9/11: An Assessment*. (2005).
Acedido a Junho, 2016, em:
<http://www.strategicstudiesinstitute.army.mil/pdf/files/pub603.pdf>

BUSSE, Anna Grzymala. *Why Comparative Politics Should Take Religion (More) Seriously*. In: *Annual Review of Political Science*. (2012). Acedido a Julho, 2016, em:
https://www.researchgate.net/publication/234146729_Why_Comparative_Politics_Should_Take_Religion_More_Seriously

CARVALHO, Fernando J. Cardim de. *Bretton Woods aos 60 anos*. (2004). Acedido a Maio, 2016, em: http://www.ie.ufrj.br/moeda/pdfs/bretton_woods_aos_60_anos.pdf

DREZNER, Daniel W. *The Future of U.S. Foreign Policy*. (2008). Acedido a Maio, 2016, em: http://library.fes.de/pdf-files/ipg/ipg-2008-1/03_a_drezner.pdf

DURHAM, Martin. *Evangelical Protestantism and Foreign Policy in the United States after September 11*. (2010). Acedido a Julho, 2016, em:
<http://dx.doi.org/10.1080/00313220410001692349>

FALKE, Andreas. *The Long-Term Foreign Policy Consequences of 9/11: An American Neo-Isolationism*. (2012). Acedido a Maio, 2016, em:
http://www.awen.wiso.uni-erlangen.de/team/falke/files/Consequences_final.pdf

FEDERICO, Christopher M.; JOST, John T.; NAPIER, Jaime L.. *Political Ideology: Its Structure, Functions, and Elective Affinities*. In: *The Annual Review of Psychology*. (2009). Acedido a Fevereiro, 2016, em:
<http://www.annualreviews.org/journal/psych>

FIGUEIREDO, Maria Flávia; SENA, Geane Cássia Alves. *Um estudo da Teoria da Argumentação: Da Retórica Aristotélica à Teoria dos Blocos Semânticos*. (2013). Acedido a Maio, 2016, em: <http://periodicos.uern.br/index.php/dialogodasletras/article/viewFile/539/279>

FINLAYSON, Alan. *From Beliefs to Arguments: Interpretive Methodology and Rhetorical Political Analysis*. (2007). Acedido a Julho, 2016, em: <http://onlinelibrary.wiley.com/doi/10.1111/j.1467-856X.2007.00269.x/abstract>

GHIRALDELLI, Paulo Jr.. *O que é a virada linguística - Um verbete*. Acedido a Março, 2016, em: <https://ghiraldelli.files.wordpress.com/2008/07/virada.pdf>

GOETHE, Johann Wolfgang von. *Den Vereinigten Staaten*. Acedido a Outubro, 2015, em: <http://freiburger-anthologie.ub.uni-freiburg.de/fa/fa.pl>

JEFFERSON, Thomas. *Declaration of Independence: The Unanimous Declaration of the Thirteen United States of America*. (1776). Acedido a Outubro, 2015, em: <http://www.gutenberg.org/files/16780/16780-pdf.pdf>

JUDIS, John. *The Chosen Nation: The Influence of Religion on U. S. Foreign Policy*. (2005). Acedido a Junho, 2016, em: <http://carnegieendowment.org/files/PB37.judis.FINAL.pdf>

KANG, Ning. *Puritanism and Its Impact upon American Values*. (2009). Acedido a Dezembro, 2015, em: <http://www.ccsenet.org/journal/index.php/res/article/viewFile/4585/3924>

KENNAN, George F. *Morality and Foreign Policy*. In: *Council on Foreign Policy*. (1985). Acedido a Março, 2016, em: <http://www.jstor.org/stable/20042569>

LEFFLER, Melvyn P. *9/11 and the Past and Future of American Foreign Policy*. In: *International Affairs (Royal Institute of International Affairs 1944)*. (2003). Acedido a Maio, 2016, em: <http://www.jstor.org/stable/3568953>

LIMA, Aluísio. *Para uma reconstrução dos conceitos de massa e identidade*. In: *Revista de Psicologia Política*. (2007). Acedido a Novembro, 2015, em: http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1519-549X2007000200003

LIND, William S. *Political Correctness: A Short Story of an Ideology*. (2004). Acedido a Dezembro, 2015, em: http://commons.wikimannia.org/images/William_S_Lind_-_Political_Correctness_-_A_Short_History_of_an_Ideology_-_Part_I.pdf

LUCE, Henry R. *The American Century*. In: *Diplomatic History: The Journal of the Society for Historians of American Foreign Relations*. (1999). Acedido a Novembro, 2016, em: <http://onlinelibrary.wiley.com/doi/10.1111/1467-7709.00161/abstract>

MCCLOSKEY, Donald N. *The Rhetoric of Economics*. In: *Journal of Economic Literature*. (1983). Acedido a Junho, 2016, em: http://www.manoa.hawaii.edu/ctahr/aheed/Carl/supplementary%20readings/McCloskey_1983_The_rhetoric_of_economics.pdf

MCGEE, Michael Calvin. *The ideograph: A link between Rhetoric and Ideology*. In: *Quarterly Journal of Speech*. (1980). Acedido a Julho, 2016, em: https://www.researchgate.net/publication/248926911_The_ideograph_A_link_between_rhetoric_and_ideology

MEERNIK, James. *U.S. Foreign Policy and Regime Instability*. (2008). Acedido a Maio, 2016, em: <http://www.strategicstudiesinstitute.army.mil/pdf/files/pub845.pdf>

NGUYEN, Hang Thi Thuy. *Theories of U.S. Foreign Policy: An Overview*. (2014).
Acedido a Maio, 2016, em:
<http://www.sciedupress.com/journal/index.php/wjss/article/download/3213/1896>

OLIVEIRA, Lilian Crepaldi de. *A Mitologia da intolerância norte-americana a partir da perspectiva de D. W. Griffith*. Acedido a Dezembro, 2015, em:
<https://revistas.ufg.br/VISUAL/article/download/18372/10935>

PERNOT, Laurent. *The Rhetoric of Religion*. In: *Rhetorica: A Journal of the History of Rhetoric*. (2006). Acedido a Julho, 2016, em: <http://rh.ucpress.edu/content/24/3/235>

SALLES, Adriana Amaral Flores. (2003). *O discurso político sob o discurso religioso e o fazer persuasivo*. Acedido a Junho, 2016, em:
<http://www.celsul.org.br/Encontros/05/pdf/018.pdf>

SIMON, Silvana Aline Soares. *Do Isolacionismo ao Intervencionismo: a participação dos Estados Unidos nas Grandes Guerras Mundiais dos século XX (1914-1944)*. (2011). Acedido a Março, 2016, em:
http://ojs.ws.ufgd.edu.br/index.php?journal=videre&page=article&op=view&path%5B%5D=1197&path%5B%5D=pdf_146

STAM, Juan. *El lenguaje religioso de George W. Bush: análisis semántico y teológico*. (2003). Acedido a Julho, 2016, em:
<http://www.rebelion.org/hemeroteca/imperio/030727stam.htm>

VALLEJO, Alvaro Pablo. *Razón, seducción y engaño en la retórica antigua: la crítica platônica*. Acedido a Julho, 2016, em:
<http://antiqua.gipuzkoakultura.net/pdf/vallejo.pdf>

WARD, Lee. *Locke on the Moral Basis of International Relations*. (2006). Acedido a

Abril, 2016, em:
<http://onlinelibrary.wiley.com/doi/10.1111/j.1540-5907.2006.00210.x/abstract>

WENDT, Alexander. *Anarchy is what States Make of it: The Social Construction of Power Politics*. (1992). Acedido a Março, 2016, em:
<https://ic.ucsc.edu/~rlipsch/Pol272/Wendt.Anarch.pdf>